

Estudo Técnico: análise retrospectiva e projetiva do universo dos pequenos negócios no desenvolvimento econômico da Bahia no ciclo 2024-2027



TODOS OS DIREITOS RESERVADOS

A reprodução não autorizada desta publicação, no todo ou em parte, constitui violação dos direitos autorais (Lei nº 9.610).

INFORMAÇÕES E CONTATOS

Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE
Unidade de Gestão Estratégica - Estudos e Pesquisas
Rua Arthur de Azevedo Machado, nº 1225, Edifício Civil Towers,
Torre Cirrus, 22º andar, Costa Azul, Salvador - BA, 41770-790
Telefone (71) 3320-4422
E-mail: uge.sebrae@ba.sebrae.com.br

PRESIDENTE DO CONSELHO DELIBERATIVO ESTADUAL

Humberto Miranda Oliveira

DIRETORIA DA SUPERINTENDÊNCIA

Jorge Khoury

DIRETORIA TÉCNICA

Franklin Santos

DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

Vitor Lopes

REALIZAÇÃO

UNIDADE DE GESTÃO ESTRATÉGICA

Frutos Gonzalez Dias Neto | Gerente
Isabel de Cássia Santos Ribeiro | Gerente Adjunta
Anderson dos Santos Teixeira | Analista
Fernando Edmar de Oliveira Silva | Analista
Ludmila Ribeiro Cruz Santos | Analista
Amanda dos Santos Medeiros | aux. Administrativo

EXECUÇÃO

Valor & Foco Inteligência de Negócios

EQUIPE TÉCNICA

Flávio L. S. Lima
Guilherme G. C. Neubert
Lukas Reiter Pezzini
Gabriel Prichoa Scapini
Amanda Santos Lima
Vitor Guillard Bastos

Lista de Figuras

Figura 1 – Comparação Bahia e Demais Estados – PPPs	9
Figura 2 – Investimentos 2020-2023 em Implantação	12
Figura 3 – Investimento Público em C&T, medido pela FIEC.	33
Figura 4 – Perfil das Startups do Brasil.	38
Figura 6 – Índice FIEC de Inovação Nordeste e Bahia	55
Figura 7 – Infográfico – Mercado de Trabalho na Bahia – 2021	97
Figura 9 – Infográfico resumido RMS	105
Figura 9 – Infográfico resumido RMS	106
Figura 10 – Infográfico resumido Portal do Sertão	108
Figura 11 – Infográfico resumido Sudoeste da Bahia	110
Figura 12 – Infográfico resumido Metropolitana de Salvador	159
Figura 13 – Infográfico Portal do Sertão Comércio e Serviços	162
Figura 14 – Infográfico Sudoeste Baiano Comércio e Serviços	163
Figura 15 – Infográfico Costa do Descobrimento Comércio e Serviços	164

Lista de Mapas

Mapa 1 – Mapa da Infraestrutura da Bahia por tipo de atividade predominante.	8
Mapa 2 – Representação cartográfica do IMLEE 2022 (em quintis)	61
Mapa 3 – Distribuição da produção agropecuária baiana por município	117
Mapa 4 – Dispersão da agricultura familiar na Bahia (TI)	117
Mapa 5 – Zonas Turísticas da Bahia	146

Lista de Gráficos

Gráfico 1 – Taxa de Pessoas Desocupadas e Desalentadas comparando Brasil-Bahia	16
Gráfico 2 – Abandono Escolar Entre Pessoas de 14 a 29 anos no Brasil por motivação	20
Gráfico 3 – Evolução do Ensino Superior – Bahia – 2013-2021 (pessoas)	22
Gráfico 4 – Dispendio do estado com ciência e tecnologia (2020).	32
Gráfico 5 – Patentes (PI, MU e Certificados de Adição) de estados do NE de 2000 a 2020.	40
Gráfico 6 – Evolução histórica do número de empresas participantes da Lei do Bem – Brasil.	41
Gráfico 7 – Índice Mackenzie de Liberdade Econômica Estadual 2022	60
Gráfico 8 – Crédito para pessoa jurídica Participação no saldo por porte	73
Gráfico 9 – Crédito de recursos livres Participação no saldo por porte (percentual)	74
Gráfico 10 – Modalidades de crédito Participação no saldo por porte – 2022	75
Gráfico 11 – Taxa de inadimplência Pessoa jurídica, por porte (percentual)	76
Gráfico 12 – Indicador de Custo de Crédito, Série Histórica	77
Gráfico 13 – Número de Inadimplentes MPE Bahia	78
Gráfico 14 – Volume de exportação da RMS, 2016-2021 (FOB US\$ milhões)	89
Gráfico 15 - Participação do Top 5 SH2 nas exportações da RMS, 2016-2021 (R\$ mil, preços correntes)	90
Gráfico 16 – Evolução macrosssegmentos do PIB da Bahia, 2002-2020 (R\$ milhares, líquido de imposto)	95
Gráfico 17 – Evolução macrosssegmentos do PIB, 2002-2020 – Bahia (R\$ milhões, líquido de imposto)	96
Gráfico 18 – Participação dos grandes setores na economia baiana (PIB)	97
Gráfico 19 – Parcela da Indústria Percentual da Bahia com Relação ao PIB (sem impostos)	99
Gráfico 20 – Gêneros da indústria geral – Bahia – Jan./Dez. 2022 (comparativo percentual)	100
Gráfico 21 – Produção da Indústria de Transformação e Extrativa da Bahia por intensidade tecnológica (2012 = 100)	101
Gráfico 22 – Evolução do PIB da agropecuária (2002-2021 R\$ milhares)	115
Gráfico 23 – VA agricultura Familiar e Não Familiar (2010-2018)	120
Gráfico 24 – Evolução do PIB dos Serviços Intermediários e Finais (2002; 2010 e 2021, R\$ milhares)	136
Gráfico 25 – Evolução do Índice de receita do setor de serviços por atividade (2014 = 1000)	137
Gráfico 26 – Pessoas ocupadas como empregador ou por conta própria na Bahia, sem registro de CNPJ (mil pessoas)	138
Gráfico 27 – Rendimento Médio Per Capita nos Domicílios baianos	138
Gráfico 28 – Média Salarial por Setor no estado da Bahia	140
Gráfico 29 – Distribuição percentual do VAB das ACT, por atividade Bahia	148
Gráfico 30 – Histórico de Receita Total da economia criativa da Bahia (R\$ mil)	152
Gráfico 31 – Valor Agregado da Economia Criativa no PIB (Bilhões de Reais)	153

Lista de Quadros

Quadro 1 – Principais Instituições de Ensino Superior da Bahia	31
Quadro 2 – Limites de Garantia do FAMPE	80
Quadro 3 – Lista de Indicações Geográficas de Procedência (IGP) reconhecidas na Bahia	92
Quadro 4 – Classificação dos segmentos da Indústria Geral da por intensidade tecnológica	102
Quadro 5 – Priorização Territorial	104
Quadro 6 – Priorização de Atividades	104
Quadro 7 – Priorização Territorial	104
Quadro 8 – Priorização de Atividades	104
Quadro 9 – IP Indústria	112
Quadro 10 – IP Indústria Atividades	112
Quadro 11 – IP Agricultura e Pecuária	128
Quadro 12 – IP Agricultura e Pecuária Atividades	128
Quadro 13 – IP Comércio e Serviços	165
Quadro 14 – IP Comércio e Serviços Atividades	166

Lista de Tabelas

Tabela 1 - Taxa de crescimento do PIB, VA, Impostos e atividades	4
Tabela 2 – Empreendimentos em implantação / ampliação / realocizados / modernizados – Bahia – 2020/2023	10
Tabela 3 – Taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais de idade, por sexo e grupo de idade	24
Tabela 5 – Distribuição Regional das Startups	38
Tabela 6 – Número de empresas participantes da Lei do Bem em 2014	41
Tabela 7 – Número de empresas participantes da Lei do Bem em 2021	41
Tabela 8 – Dimensão Infraestrutura Tecnológica	44
Tabela 9 – Dimensão Capacidades	48
Tabela 10 – Dimensão Resultados	49
Tabela 11 – Dimensão Investimento Público em CTI	50
Tabela 12 – Ambiente Institucional	52
Tabela 13 – Dimensão de Cooperação	54
Tabela 14 – Evolução dos scores de liberdade econômica 2014-2019	62
Tabela 15 – Saldo de operações de crédito para pessoa jurídica por porte (R\$ Bilhões)	73
Tabela 16 – Histórico da Quantidade de Operações de Crédito e Valor Concedido (em R\$ milhões) por Porte (2021)	76
Tabela 17 – FNE: Contratações no Semiárido por Setor Econômico (R\$ milhões)	79
Tabela 18 – Operações com FAMPE - 2018 - Junho/ 2023	80
Tabela 19 – Estados com Maior Volume de Operações	81
Tabela 20 – Bahia: Exportação por Territórios de Identidade (2022/2021)	88
Tabela 21 – Estoque e remuneração nominal média de empregos formais conforme natureza jurídica do vínculo - 2021	98
Tabela 22 – Condição legal do produtor, segundo a agricultura familiar e Pronaf – Bahia – 2017	120
Tabela 23 – Estrutura VA agropecuária segundo estabelecimentos	120
Tabela 24 – Estimativa do VA da agropecuária segundo estabelecimentos	120
Tabela 25 – Variação da quantidade produzida dos top 3 produtos (2021/2017, R\$ correntes)	124
Tabela 26 – Produtividade do top 3 produtos (2021/2017, R\$ correntes)	125
Tabela 27 – Municípios com maior número de cabeças (representados pelos respectivos TI), taxa de crescimento e participação no Brasil (2017-2021)	127
Tabela 28 – Estoque Formais de Emprego – Bahia -2021	139
Tabela 29 – Pessoas de 15 anos ou mais, analfabetas, por sexo e grupo de idade (Regiões)	140
Tabela 30 – Pessoas de 15 anos ou mais, analfabetas, por sexo e grupo de idade (Estados)	141
Tabela 31 – Participação das regiões turísticas no total das ACT Bahia — 2018/2019/2020	147
Tabela 32 – Participação das ACT em cada região turística Bahia — 2017/2018/2019	148

Sumário

Sumário

Introdução.....	1
Conjuntura e Planejamento Econômico	4
Educação Empreendedora	19
Ciência, Tecnologia e Inovação	29
Ambiente de Negócios e Tributação.....	58
Acesso a Crédito.....	71
Internacionalização	86
Evolução da Indústria.....	98
Evolução da Agropecuária	113
Evolução do Comércio e Serviços	131
Evolução do Turismo	152
Economia Criativa	159
Conclusões e Recomendações	165
Bibliografia	166
Apêndice	171

Introdução

O Sebrae Bahia, conforme seu mapa de direcionamento estratégico 2021-2025, tem como propósito "Transformar os pequenos negócios em protagonistas do desenvolvimento sustentável do Brasil", como visão de futuro "Ser referência na promoção do empreendedorismo e geração de valor para os pequenos negócios" e, entre os objetivos estratégicos na perspectiva da Sociedade/Ecosistema "Contribuir para a transformação do ambiente de negócios e territórios por meio da atuação em rede".

Considerando as atribuições, propósito e visão de futuro do Sebrae Bahia, as aspirações e necessidades das entidades que compõem o seu Conselho Deliberativo Estadual do Sebrae Bahia (CDE), representando e defendendo os interesses dos empreendedores e donos de pequenos negócios, o documento a seguir apresentado será entregue ao Governo do Estado, propondo iniciativas em benefício do empreendedorismo e apoio aos pequenos negócios no Estado da Bahia para os próximos 04 anos.

Tais proposições consideram o desenvolvimento sustentável, a competitividade e o aperfeiçoamento técnico e tecnológico desses empreendimentos, sejam das atividades tradicionais da indústria, comércio, serviços e agronegócio, sejam da "nova economia": criativa, energias alternativas, negócios digitais, economia do cuidado e circular e negócios solidários, observando seus estágios e necessidades de apoio nos campos da gestão, finanças, fiscalização, legislação e tributação, da facilitação do acesso ao crédito e capitalização, da ciência, inovação, tecnologia, meio ambiente, entre outros.

Para construção deste documento foram contempladas as seguintes etapas:

1. Elaboração de um estudo sobre o cenário atual da economia baiana e do seu ambiente de negócios, utilizando referenciais documentos já publicados por órgãos governamentais, empresas públicas e privadas, universidades, entidades do Conselho Deliberativo do Sebrae/BA, do próprio Sistema Sebrae, e de outras organizações oficiais e/ou de notório reconhecimento público nas temáticas abordadas;

2. Prospecção de linhas de ações em favor do empreendedorismo e dos pequenos negócios, para os próximos 04 anos , por meio de entrevistas e grupos focais com representantes das entidades com assento no CDE e associações dos diversos segmentos empresariais, do governo do Estado, de instituições ligadas à educação, inovação, à cultura e outros segmentos, para levantar expectativas, demandas e contribuições dessas instituições para o respectivo ciclo, que contemplem o empreendedorismo, os pequenos negócios e melhorias no ambiente institucional para esse segmento.

3. A partir dos estudos de cenários retrospectivos e compilação das proposições levantadas nas entrevistas e grupos focais, proposições de linhas de ações que contribuam para a formulação de políticas públicas, para os próximos 04 anos, que vise:

3.1 A promoção do empreendedorismo e desenvolvimento sustentável dos pequenos negócios, que incorpore iniciativas para apoiar os setores tradicionais da indústria, comércio, serviços e do agronegócio, bem como da “nova economia” (criativa, energias alternativas, negócios digitais, economia do cuidado e circular e negócios solidários);

3.2 A promoção da geração de emprego, renda e crescimento econômico no âmbito estadual e dos territórios de identidade, considerando suas características, vocações e potencialidades;

3.3 A melhoria do ambiente de negócios para o empreendimento e desenvolvimento sustentável dos pequenos negócios a partir da análise de impacto e efetividades da Lei Geral das MPE nas esferas Federal, Estadual e Municipais, Código Tributário do Contribuinte e outras legislações a exemplo da trabalhista, fiscal, creditícia, lei da inovação, regulamentação das Startups etc.;

3.4 A modernização e agilidade do ecossistema de inovação para os pequenos negócios no âmbito estadual e dos territórios de identidade.

Torna-se relevante informar que o conteúdo do documento a seguir apresentado não tem por objetivo uma análise da trajetória da economia baiana

e a proposição de alternativas para resolução das limitações e desafios dessa economia, mas uma breve contextualização com vistas a compreender a inserção dos pequenos negócios nesse ambiente, considerando os setores produtivos e os aspectos transversais que impactam questões do empreendedorismo e do universo dos pequenos negócios.

A prospecção de linhas de ações contemplou as seguintes etapas: (a) para cada grupo focal foi discorrido sobre o panorama atual da economia da Bahia na perspectiva dos setores produtivos e aspectos transversais; (b) em seguida, foram captadas expectativas e proposições de melhoria para os aspectos discutidos, com ênfase no empreendedorismo e no universo dos pequenos negócios.

Os Grupos Focais foram organizados considerando as afinidades dos participantes com as temáticas apresentadas, incluindo analistas de Secretarias do Estado, representantes das Entidades Empresariais e Instituições Financeiras, em especial aquelas com assento no Conselho Deliberativo Estadual, Educadores, e representantes de Conselhos de Classes, a exemplo dos Conselhos Regionais de Economia e Contabilidade.

As informações a seguir apresentadas serão divididas em dois blocos, aspectos transversais que afetam o empreendedorismo e os pequenos negócios e análise dos setores produtivos: aspectos setoriais.

Capítulo 1 – Aspectos Transversais

Conjuntura e Planejamento Econômico

Segundo informações da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), entre janeiro e dezembro de 2022, a taxa de crescimento do PIB da Bahia se aproximou do PIB do Brasil, 2,6% e 2,9% respectivamente, liderada pelos serviços (2,9%), embora se perceba um declínio no comércio (-0,9%) e um indicador inferior ao do Brasil (4,2%), seguida pela agropecuária (2,6%), ao tempo em que se observa o declínio no Brasil (-1,7%) e pela indústria (2,0%), que também apresentou um índice superior ao do nacional (1,6%). A indústria de produção e distribuição de elétrica e gás, água, esgoto e limpeza urbana apresentou uma variação de 11,8%, a extrativa mineral um recuo de -10,9%, e a construção civil 2,6%.

**Tabela 1 - Taxa de crescimento do PIB, VA, Impostos e atividades
Bahia e Brasil, 2022**

Atividades	Variação JAN-DEZ 2022/ JAN-DEZ 2021 (%)	
	Bahia	Brasil
Agropecuária	2,6	-1,7
Indústria	2,0	1,6
Ind. Transformação	0,2	-0,3
Prod. E Distrib. De Elet. E gás, água, esgoto e limp. Urbana	11,8	10,1
Extrativa mineral	-10,9	-1,7
Construção Civil	2,6	6,9
Serviços	2,9	4,2
Comércio	-0,9	0,8
Transportes	5,4	8,4
Atividades Imobiliárias	2,1	2,5
Administração Pública (APU)	2,0	1,5
Valor Adicionado Básico	2,6	3,0
Imposto sobre o produto	2,4	2,1
PIB	2,6	2,9

Fonte: Adaptado de SEI/IBGE (2023).

Desde 2000 a Bahia vem investindo em uma série de empreendimentos visando a melhoria dos serviços de infraestrutura, almejando a diminuição do

custo de logística e transporte, e, conseqüentemente, aumentando a produtividade estrutural da economia. Tais investimentos se encontram nos estágios a seguir apresentados.

• **Ferrovias** – Infraestrutura Ferroviária da Bahia

- A perspectiva de continuidade das obras da **Ferrovia de Integração Oeste Leste (FIOL)** visando à expansão do sistema ferroviário da Bahia e interligando-a às principais ferrovias brasileiras e a importantes portos marítimos e fluviais. Esta ferrovia favorecerá o escoamento da produção do agronegócio, polos graneleiros e de fibra, biocombustíveis, mineração e comércio de mercadorias (carga geral). Dividida em três trechos, estando os trechos 1 e 2 já em obra e o trecho 3 em planejamento;
- Outro trecho com perspectiva de investimentos é a Ferrovia Centro-Atlântica (FCA), ainda que sem um plano fechado. A FCA faz ligação com outras ferrovias entre a Bahia e as regiões Nordeste, Sudeste e Centro-Oeste, que faz ligação com outras ferrovias como a Transnordestina, possibilitando conexão com as demais regiões do Brasil e servindo de porta de acesso ao Mercosul. A FCA passa por 07 estados: Bahia, Sergipe, Minas Gerais, Espírito Santo, Goiás, Distrito Federal, São Paulo e Rio de Janeiro. Possui as operações concentradas nos Corredores Centro-Leste, Centro-Sudeste e Minas-Rio, sem prestar serviço adequado no Corredor Minas-Bahia — há 27 anos. Nesse período, também foram abandonados trechos. A FCA passa por 7 estados (BA, SE, MG, ES, DF, GO, SP e RJ) e possui uma extensão de 7.897 km, sendo 2.216 km na Bahia. A falta de investimentos da concessionária VLI levou a ANTT a classificar os trechos baianos como ruins ou péssimos em documentos apresentados em audiência pública. O abandono dos trilhos prejudica a logística de cargas para empresas baianas, que enfrentam ainda desinvestimentos na malha. Dentre eles, a desativação total dos trechos Senhor do Bonfim-Juazeiro/Petrolina e Esplanada — Aracaju (SE) — Propriá (SE), e desativação parcial no Porto de Aratu. Nos quase 30 anos da concessão foram abandonados ou devolvidos à União 227 km de linhas na Bahia, além da totalidade dos 285 km que existiam no estado de Sergipe. Agora, com o processo de renovação da concessão, existe a discussão de investimentos

para revitalização de diversos trechos como parte do acordo, mas não está definido nem um planejamento nem um valor investido.

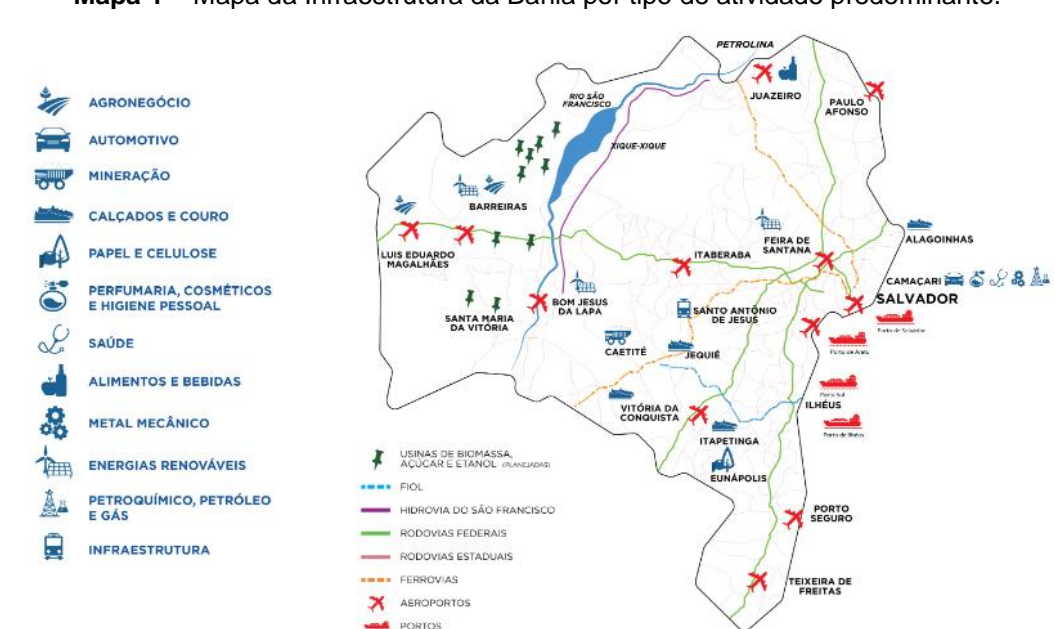
- Atualmente está em processo o estudo referente à Ferrovia de Integração Oeste-Leste (Fiol). Em seu trecho inicial, interliga Barreiras a Figueirópolis, no Tocantins, a 220 km de Mara Rosa em Goiás, começa a Ferrovia de Integração Centro-Oeste (FICO). A formação do corredor Centro-Oeste-Leste pela integração direta Fico-Fiol se caracteriza como uma boa oportunidade para um novo corredor Oeste-Leste, estabelecendo uma nova rota para a exportação nacional de grãos e importação de fertilizantes. Em etapa de projeto básico, o trecho se tornará uma importante linha de escoamento de produções agroindustriais, ligando a Fiol à Ferrovia Norte-Sul em Figueirópolis. Os trechos 1 e 2 da Fiol estão em processo de construção. A finalização deste projeto possibilitará uma integração logística ferroviária muito importante para o estado, conectando o oeste ao litoral sul. A ferrovia terá como principais produtos o minério de ferro da região do Caetité e os grãos da região de Barreiras;
- **Rodovias** – Investimentos de Infraestrutura Rodoviária
 - Projetos de requalificação das rodovias, com previsão de recuperação de mais de 670 km de rodovia, especialmente para as rodovias estaduais;
 - O Novo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), nasce com previsão de investimentos para Bahia, com a renovação das BRs-116 e 101, que passarão por obras nos trechos entre as cidades de Serrinha e Feira de Santana. Além da ampliação da BR-242 no trecho entre Barreiras e Luís Eduardo Magalhães;
 - O projeto do Sistema Viário Oeste (SVO), que se destaca com a ponte Salvador-Ilha de Itaparica, será a segunda maior ponte da América Latina. Há previsão de que o sistema beneficiará 10 milhões de pessoas, que vivem em cerca de 250 municípios da Bahia.
- **Portos**: a Bahia possui um dos mais relevantes complexos portuários do país, formado pelos portos públicos de Salvador, Aratu e Malhado, em Ilhéus. Além de sete terminais de uso privado (TUP);
 - **Porto Sul**: o projeto do Porto Sul é um investimento realizado pelo Governo do Estado e pela Bahia Mineração (Bamin), com R\$ 2,5 bilhões de reais. A obra pretende realizar a integração do porto ao complexo

logístico ferroviário da FIOLE e ao atual Distrito Industrial de Ilhéus próximo à rodovia federal BR-101. O Porto Sul é um empreendimento concebido no Planejamento Estratégico do estado da Bahia. Seu objetivo estruturante é reverter o processo de concentração da economia estadual na RMS, diversificando a economia de outras regiões do estado;

- **Polo Naval, Industrial e Logístico:** o projeto do polo naval às margens do Rio Paraguaçu, o Estaleiro Enseada, se orienta para um empreendimento de três cais e quatro berços operacionais que será utilizado para recepção, armazenamento temporário e distribuição de combustíveis (óleo diesel, gasolina, álcool hidratado, álcool anidro e biodiesel), com capacidade de estocagem de cerca de 50 mil metros cúbicos de combustíveis. Visando à geração de mais de 7 mil empregos diretos na região de Maragogipe, o estaleiro passou por diversas paralizações ocasionadas por processos de recuperação judicial e o governo federal têm perspectiva de voltar a investir visando dinamizar a economia local.
- **Aeroportos:** a oferta de infraestrutura aeroportuária no estado abrange um conjunto de 47 aeroportos. Com 79 aeródromos, a Bahia é o primeiro estado do Brasil a apresentar um plano de desenvolvimento aeroportuário (Investe Bahia, 2019).
 - **Salvador** é o primeiro do NE em carga e passageiros;
 - **A região de Porto Seguro** na Costa do Descobrimento será um dos principais aeroportos voltados para o turismo do estado (em processo de concessão e construção de novo aeroporto internacional no município de Santa Cruz Cabrália);
 - O aeroporto de **Ilhéus** atualmente suporta aeronaves de médio porte, mas com investimento para a implantação do Complexo Porto Sul, um novo complexo multimodal que prevê a integração de um aeroporto internacional, uma ferrovia, um centro industrial, uma Zona de Processamento de Exportação (ZPE), além de acessos rodoviários e sistema de gasoduto.
- Outro grande projeto em implantação é o Polo Agroindustrial e Bioenergético do Médio São Francisco, que segundo estimativas gerará cerca de 60 mil empregos para região a partir de investimento de R\$ 9 bilhões.

Com este panorama, o mapa a seguir visa demonstrar geograficamente a infraestrutura do estado sob a ótica das oportunidades de investimento expressas pelo Investe Bahia.

Mapa 1 – Mapa da Infraestrutura da Bahia por tipo de atividade predominante.



Fonte: Investe Bahia (2023).

A perspectiva de investimentos privados no estado reflete uma série de fatores ligados diretamente a ações do governo do estado para captar esses investimentos, como melhoria do ambiente de negócios, vantagens tributárias, parcerias público-privadas, dentre outras.

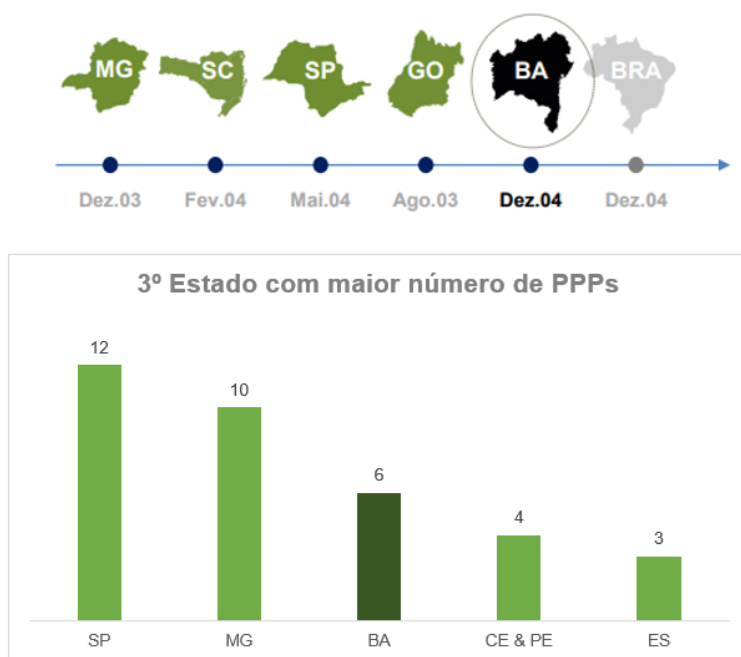
Investimentos e Auxílios Financeiros

Segundo Demonstrações Contábeis Consolidadas do Estado da Bahia para o exercício de 2022, o Governo fez investimento recorde de R\$ 10,2 bilhões em 2022, com prioridade para as áreas sociais. Deste total, em valores empenhados até o final de dezembro, a parte mais expressiva dos recursos foi destinada às áreas sociais (Educação, Saúde e Segurança Pública), que somaram R\$ 4,4 bilhões. As áreas de Transportes, com R\$ 2,5 bilhões, Urbanismo, com R\$ 1,4 bilhão, Agricultura, com R\$ 720 milhões e Saneamento, com R\$ 692 milhões. O estado receberá R\$ 10 bilhões em investimento para implantação de subestações, nos municípios de Barra, Correntina e Campo Formoso, além de linhas de transmissão. Na área de ciência e tecnologia, a

Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação do Estado da Bahia (SECTI) e a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB) assinaram acordo com a Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP) para o desenvolvimento de novos projetos de conectividade para todo o estado.

A Bahia ficou, além disso, em primeiro lugar no país em investimentos como proporção das receitas, de acordo com estudo divulgado pelo Tesouro Nacional. A Bahia investiu ao todo R\$ 22,77 bilhões entre janeiro de 2015 e agosto de 2022, ficando mais uma vez atrás apenas de São Paulo, que alcançou R\$ 64,14 bilhões no período. Os recursos investidos se traduzem em ampliação da infraestrutura e do alcance dos serviços públicos, geração de empregos e renda e maior capacidade de atração de investimentos privados pelo Estado (Bahia, 2022).

Figura 1 – Comparação Bahia e Demais Estados – PPPs
5º Estado a legislar sobre PPPs



Fonte: Bahia Oportunidades de Investimentos, SEPLAN (2019).

Investimentos Privados

Os investimentos privados industriais previstos para 2020/2023 estão estimados em R\$ 14,89 bilhões, destacando-se os setores Eletricidade e gás

(R\$ 9,98 bilhões), Minerais não metálicos (R\$ 1,50 bilhões) e Mineração (R\$ 1,0 bilhão).

Tabela 2– Empreendimentos em implantação / ampliação / realocizados / modernizados – Bahia – 2020/2023

Segmentos	Previsão de Investimentos (mil R\$)
Eletricidade e Gás	9.977.751
Minerais não metálicos	1.503.900
Mineração	1.001.500
Metalurgia/Siderurgia	927.600
Diversos	513.300
Plásticos e Borrachas	240.250
Químicos e Petroquímico	202.600
Alimentícios	190.750
Derivados do Petróleo e de Biocombustíveis	163.000
Máquinas e Equipamentos	42.700
Têxtil	40.000
Reciclagem	37.200
Bebidas	20.000
Metal/Mecânicos	17.000
Calçados, Couro e Componentes	9.000
Moveleiro	3.000
Informática/Eletrônico	1.800
Automotivo e Componentes	1.300
Total	14.892.651

Fonte: SEI (2016).

Dentre os setores que receberão mais investimentos, o segmento de eletricidade destaca-se por sua capacidade de rentabilidade e pelas condições geográficas favoráveis do território baiano para a produção de energia eólica e solar. O montante destinado a este setor para o período 2020/2023 chega a R\$ 9,98 bilhões, o equivalente a 67,0% do total de investimentos previstos para o período. Considerando-se apenas o segmento eólico, de acordo com informações divulgadas pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico (SDE), a Bahia, sozinha, é responsável por 26% da capacidade instalada de energia eólica do país e assumiu o protagonismo nacional nos últimos 10 anos, no segmento de renováveis. Ainda, segundo a SDE, a Bahia tem 38 parques em construção (562 MW) e 47 em construção não iniciada (962 MW), onde estão

previstos investimentos de R\$ 6,9 bilhões e geração de 22,8 mil empregos diretos e indiretos.

No segmento de energia solar, segundo a SDE, a previsão é de que mais 5 parques (142 MW) devem entrar em operação, com previsão de R\$ 737 milhões em investimentos e 4,2 mil empregos diretos e indiretos. O segmento de minérios não metálicos também se mostra promissor, considerando o setor da construção civil um dos maiores consumidores desses insumos. O montante em valores ultrapassa R\$ 1,5 bilhão, cerca de 10,0% dos investimentos previstos. A maior parte dos investimentos previstos para este segmento está relacionada à produção de cimento, principalmente, em unidade que será instalada no Nordeste Baiano, onde estão localizadas jazidas de calcário, matéria-prima para produção de cimento.

Outro setor que merece destaque é o de mineração, com a previsão de investimento no montante de R\$ 1,0 bilhão, em torno de 6,7% dos investimentos previstos, neste quesito a Bahia ocupa o terceiro lugar entre os estados produtores de minérios. A maior parte dos investimentos está voltada à produção de minérios de ferro, principalmente no Sertão do São Francisco. O setor de mineração reveste-se de uma importância estratégica, uma vez que ele é um dos pilares de sustentação para a construção da Ferrovia de Integração Oeste-Leste pelo interior do Estado.

Visando à desconcentração do setor industrial no Polo Petroquímico de Camaçari, que continuam sendo as mais importantes para a dinâmica industrial, são necessárias estratégias de desenvolvimento que objetivem interiorizar e desconcentrar a atividade econômica do Estado, razão pela qual, conforme se demonstra a seguir, é importante destacar, que a maior parte de novos projetos industriais previstos para esse período será de investimentos que deverão ser realizados no interior do Estado.

Figura 2 – Investimentos 2020-2023 em Implantação
Investimentos 2020-2023
Bahia



339 Projeto
 32.469 Empregos
 R\$ 26,4 bilhões
Grande Salvador
 26% Projetos
 26% Emprego
 15% Investimentos
Interior
 74% Projetos
 74% Empregos
 85% Investimentos

Fonte: SEPLAN – Apresentação Institucional – Bahia Oportunidades de Investimentos (2019).

Investimentos na área Social

Ainda, de acordo com Demonstrações Contábeis Consolidadas do Estado da Bahia para o exercício de 2022, foram realizados os seguintes investimentos na área social:

- (a) Construção de 15 hospitais, 26 policlínicas regionais e 19 Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), constituindo infraestrutura fundamental para a crise ocasionada pela pandemia do novo coronavírus. Os hospitais foram construídos para atender diversas regiões do estado, da RMS à Chapada Diamantina; de Feira de Santana a Ilhéus;
- (b) Melhoria da infraestrutura da rede pública estadual em educação, envolvendo a instalação de novos equipamentos como laboratórios, bibliotecas, quadras de esportes cobertas e campos society, e teve como destaque a entrega de 26 Complexos Poliesportivos Educacionais, destinados a fortalecer a aprendizagem no contexto da Educação em Tempo Integral. Entre os complexos já entregues estavam os de Irecê, Conceição do Coité, São Gonçalo dos Campos e Jequié;
- (c) Na área de Segurança, o governo implementou o inovador Centro de Operações e Inteligência de Segurança Pública 2 de Julho, em Salvador, e ainda 22 Centros Integrados de Comunicação no interior, além de ter inaugurado 32 Distritos Integrados de Segurança, os Diseps. Foram realizadas ainda reformas totais ou parciais de 200 delegacias. Houve também a aquisição de 5.424 novas viaturas, das quais 3.703 para a

Polícia Militar, 892 para a Polícia Civil, 711 para o Corpo de Bombeiros e 118 para a Polícia Técnica.

Limites e Desafios para a inclusão da pauta do empreendedorismo e apoio aos pequenos negócios no Planejamento Estratégico do Governo Estadual¹

Realizando-se uma análise retrospectiva das políticas de desenvolvimento adotadas pelo Governo Estadual a partir do estudo temático do DIEESE (2019), observa-se o histórico a seguir:

- (a) Entre os anos 1990 e a década atual, foram lançadas as bases do processo de diversificação e desconcentração da produção agrícola no estado, com o início da produção de grãos no oeste baiano, da fruticultura irrigada no norte, e o início da produção de papel e celulose no sul do estado, marcando assim um novo período do ponto de vista dos investimentos produtivos na Bahia. Foram também lançados uma série de programas, entre eles: o Programa de Promoção do Desenvolvimento Econômico da Bahia (Probahia); o Programa Estadual de Desenvolvimento da Indústria de Transformação de Plásticos na Bahia (Bahiaplast); o Programa de Incentivo ao Comércio Exterior (Procomex) e também o Programa Especial de Incentivo ao Setor Automotivo da Bahia (Proauto). O objetivo dessas políticas era impulsionar uma nova fase econômica a fim de superar o período depressivo anterior, possibilitando um dinamismo econômico maior, priorizando também a interiorização da indústria e a diversificação produtiva de forma a reduzir a vulnerabilidade da economia baiana diante das flutuações econômicas;
- (b) Outro fato importante foi a implantação do Complexo Automotivo Ford Nordeste, em Camaçari, além da instalação das Indústrias do setor de calçados, intensivas em mão de obra, que foram atraídas para o Nordeste e, especialmente, para a Bahia;
- (c) A partir de 2002, a política industrial estadual buscou promover a desconcentração do parque produtivo através da interiorização dos investimentos. O objetivo principal do programa DESENVOLVE foi a

¹ A redação dos tópicos de Limites e Desafios apresentados no decorrer deste documento foram formulados a partir de análises conjunturais e depoimentos dos participantes dos Grupos Focais.

diversificação dos parques produtivos, fomentando a instalação de novos empreendimentos industriais ou agroindustriais e expandindo, reativando ou modernizando os já instalados, por meio de incentivos fiscais. Com esse programa foi possível para o estado da Bahia atrair empreendimentos de diversos segmentos industriais, como têxtil, calçados, eletrodomésticos, químico, automobilístico e de papel e celulose. E, no transcorrer dessa década, a prospecção de parceiros privados para investimentos em obras de infraestrutura e prestação de serviços tipicamente públicos, considerando-se uma percepção mais conservadora do papel do Estado;

- (d) A partir de 2007, em alinhamento com o Governo Federal, o Governo da Bahia mudou a política econômica, integrando o estado na execução de grandes obras de infraestrutura promovidas pelo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), buscando estimular a retomada do planejamento e execução de grandes obras de infraestrutura social, urbana, logística e energética do país.

Em que pese os investimentos do poder executivo, a Bahia é o segundo estado com maior número de obras paralisadas. De acordo com levantamento realizado pelo Tribunal de Contas da União (TCU), são 807 construções interrompidas, atrás apenas do Maranhão, com 905. Completam a lista dos cinco estados mais atingidos com as paralisações Pará (671), Minas Gerais (657) e Ceará (577) (Jornal A Tarde, 26/11/2022).

No que se reporta aos setores primário e secundário, há dificuldades para promover a interiorização do desenvolvimento econômico, o encadeamento produtivo nos segmentos industriais e agregação de valor à produção primária. No que se relaciona ao setor terciário, observa-se baixa densidade tecnológica dos serviços intermediários e alta informalidade no comércio varejista e serviços finais. Todos os segmentos, conjuntamente, são afetados pela baixa qualificação da mão de obra, baixos rendimentos dos trabalhadores, gargalos na infraestrutura, segurança pública, pirataria e cobertura digital, sem se comentar o acesso a serviços financeiros, ambiente de negócios e aspectos tributários, que também serão apresentados neste documento.

No que se reporta a educação, tema que será mais aprofundado em um capítulo específico, o Estado encontra dificuldades na educação fundamental, ao tempo em que tem avançado no ensino profissionalizante e superior.

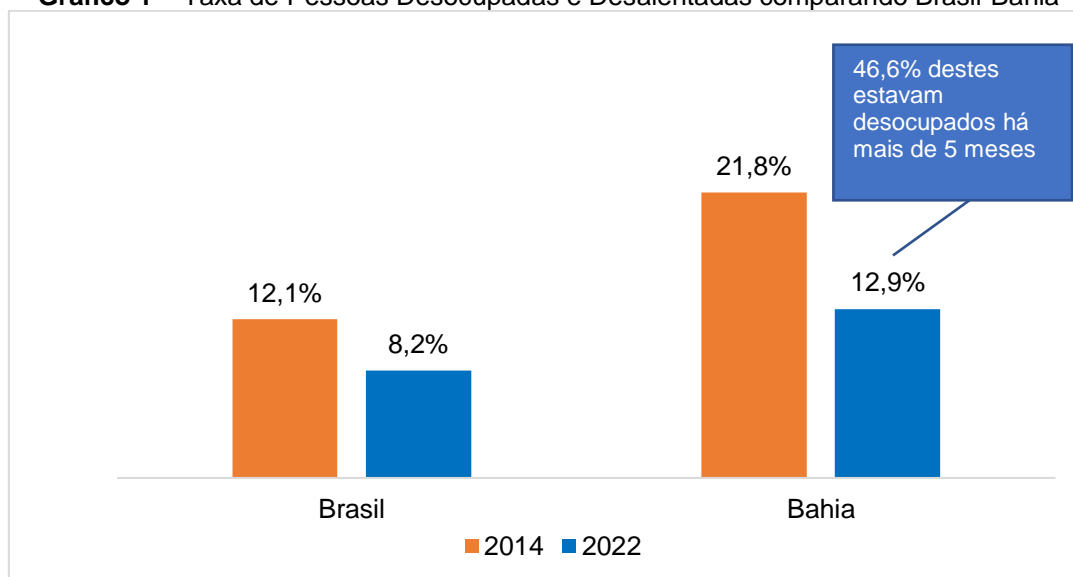
Avaliando-se aspectos de governança pública, empresarial e sociais, em especial os aspectos relacionados à governança pública, as barreiras apontadas dizem respeito à dificuldade de se obter um planejamento público de longo prazo, uma vez que tais planejamentos ocorrem mediante processos de médio e curto prazo, como no desenvolvimento de Planos Plurianuais (PPA) e das Leis Orçamentárias Anuais (LOA) e Leis de Diretrizes Orçamentárias (LDO), já que deve ser adequado às propostas do governo eleito e assim, a cada ano é preciso adequar mais o PPA ao Programa de Governo (no caso da Bahia o Programa de Governo Participativo — PGP). As dificuldades de estabelecer um planejamento de longo prazo resultam da própria Constituição Federal de 1988 e da estadual de 1989. A continuidade dos instrumentos de planejamento depende da vontade do governo em questão.

Além dos fatores acima mencionados, o estado não apresenta um planejamento com diretrizes especificadamente direcionadas ao empreendedorismo e aos micros e pequenos negócios, limitando o desenvolvimento do potencial desse universo empresarial como vetor de dinamização econômica, apesar de realizar ações pontuais destinadas a essa área. Há perspectivas de que no PPA 2024-2027 esse segmento seja contemplado através de um programa para micro e pequenas empresas, associado ao eixo de desenvolvimento produtivo, bem como ações que visem dinamizar a economia através do consumo local, a exemplo de compras de governo junto aos pequenos negócios, além do estímulo ao associativismo entre os empreendimentos desse universo empresarial, para melhoria do relacionamento entre os atores de todos os setores produtivos, com o objetivo de estimular encadeamentos produtivos.

Uma vez que no PPA 2024-2027 sejam contempladas ações para economia solidária, há expectativas de que o novo planejamento aponte soluções para as grandes massas de desocupados, onde o Estado da Bahia apresenta indicadores superiores ao cenário nacional, especialmente na Região Metropolitana de Salvador (RMS). Entende-se ainda que a economia solidária é um possível vetor positivo, uma vez que a lógica social precisa integrar-se aos

empreendimentos populares como alternativa complementar para produção de emprego e renda no estado

Gráfico 1 – Taxa de Pessoas Desocupadas e Desalentadas comparando Brasil-Bahia



Fonte: Adaptado de IBGE PNAD (2023).

Para que se viabilize a interiorização do desenvolvimento, não é possível se basear no transplante artificial de grandes empresas, pois em alguns momentos elas trazem dinâmica, mas possuem limitações quanto a possibilidade de encadeamento produtivo para o local, e sua saída resulta em danos sociais e ambientais. Portanto, outros vetores de desenvolvimento, com turismo e outros serviços ganham destaque, como possibilidades para o desenvolvimento e aprimoramento de cadeias produtivas. A Bahia precisa de iniciativas que consigam “criar raízes” em sua economia. Fator indispensável seria também a resolução dos gargalos relacionados à infraestrutura, considerado ponto central ao se discutir interiorização, promoção e integração de atividades econômicas.

Conjuntura e Planejamento Econômico – Linhas de Ações

1. Via Secretaria de Desenvolvimento Econômico (SDE), dinamizar e adensar cadeias produtivas (indústria, comércio, serviços e mineração), articulando redes de diferentes portes e empreendimentos solidários, com melhor distribuição territorial, através das seguintes iniciativas:
 - (a) desenvolvimento de segmentos com maior valor agregado, vinculados à indústria de transformação, fomentando indústrias e serviços com maior intensidade tecnológica;
 - (b) tratamento diferenciado (incentivos fiscais, acesso a crédito, redução da burocracia etc.) para os empreendimentos indústrias de média e média-baixa intensidade tecnológica concentrados, principalmente, nos Territórios de Identidade da Região Metropolitana de Salvador, Portal do Sertão e Sudoeste, a exemplo das indústrias de fabricação de produtos de materiais plásticos; metalurgia; preparação de couro e fabricação de artefatos de couro e calçados; fabricação de produtos alimentícios; confecção de artigos do vestuário e acessórios; fabricação de móveis e de produtos de madeira;
 - (c) apoio aos pequenos negócios nos territórios com presença de grandes empreendimentos agropecuários, a exemplo da Bacia do Rio Grande, estimulando, entre outros, os seguintes segmentos: produção de insumos (sementes, fertilizantes e pesticidas); processamento e transformação de matéria-prima; distribuição ao consumidor final e serviços de apoio (financeiros, consultorias, seguros, tecnologia da informação e comunicação, inteligência de dados, serviços de manutenção, reparação e instalação de máquinas e equipamentos);
 - (d) viabilizar a inserção dos pequenos negócios no setor de energias renováveis através do fomento às atividades, a exemplo dos serviços de consultoria, treinamento e capacitação, fabricação de peças e insumos, medição e monitoramento de vento, micro e minigeração (energia solar fotovoltaica, eólica, biogás e biodigestores);
 - (e) com o crescimento do comércio online e a chegada de grandes centros de distribuição no estado da Bahia, estimular a presença e participação dos pequenos negócios nos subprocessos inerentes a esses centros, a exemplo do transporte e distribuição de cargas e aos consumidores finais, serviços de inteligência de dados e automação dos processos gerenciais, além da

- inclusão desses empreendedores nas plataformas de e-commerce desses empreendimentos;
2. Modernizar os setores tradicionais da economia, onde há predominância do setor informal e dos pequenos negócios e empreendimentos solidários, através:
 - (a) da articulação entre a Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação (SECTI), Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte (SETRE), Universidades e instituições do Sistema S, para elevar as competências gerenciais, fluência digital e a sobrevivência, bem como as competitividades;
 - (b) da articulação entre as Secretarias de Cultura e Turismo para viabilizar tratamento diferenciado para os negócios da economia criativa e do turismo, considerando políticas de recuperação da imagem e atração nas 13 zonas turísticas do Estado da Bahia;
 - (c) da continuidade e apoio da Secretaria de Desenvolvimento Rural — Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional (SDR-CAR) às unidades produtivas da agricultura familiar;
 - (d) do estímulo e apoio ao associativismo e cooperativismos entre os atores dos diversos segmentos.
 3. Por intermédio de Superintendência da Secretaria do Trabalho, Emprego e Renda (Setre), promover ações para reduzir as taxas de desocupação da população por meio:
 - (a) do fomento ao empreendedorismo e apoio aos empreendimentos solidários;
 - (b) da parceria com instituições financeiras para ampliação do acesso ao crédito para Microempreendedores Individuais (MEIs);
 - (c) da parceria com as entidades do Sistema S para formação e qualificação da mão de obra;
 4. Via Secretaria de Infraestrutura Hídrica e Saneamento (SIHS) mitigar questões climáticas que impactam desproporcionalmente as regiões do Estado, planejando ações que se voltem aos territórios de identidade (TI) e suas realidades, a exemplo do Programa “Águas do Sertão”;
 5. Por intermédio das Parcerias Público-Privado: recuperação da modernização da malha ferroviária e promover sua interligação com os estados vizinhos;

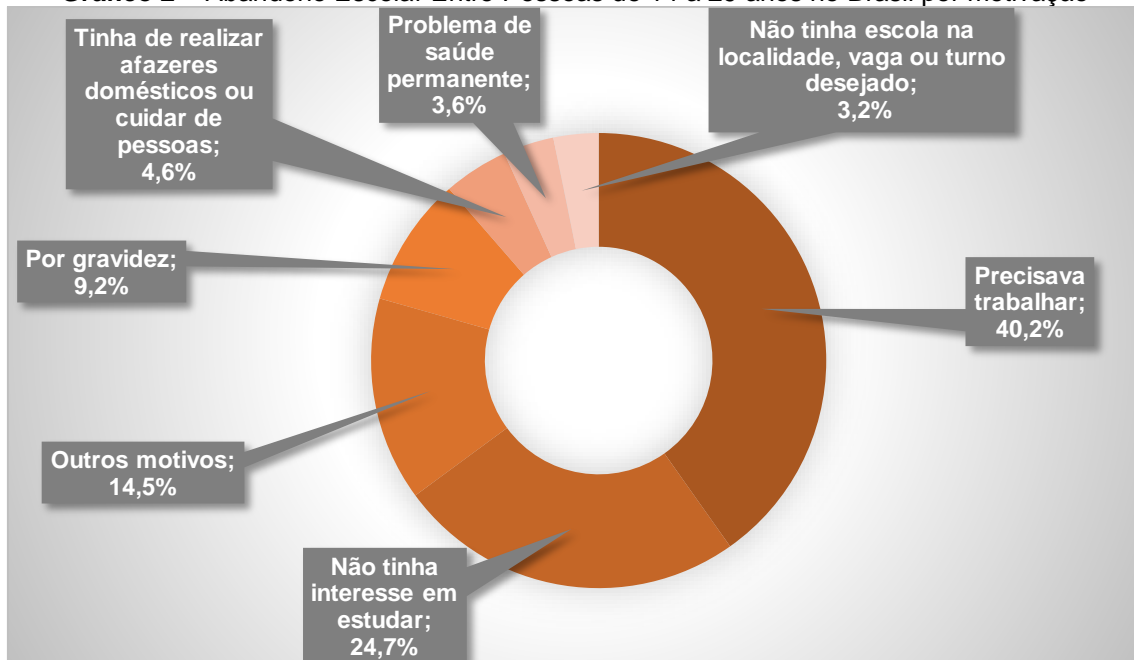
intensificação dos investimentos da implantação FIOCRUZ-Porto Sul e sua articulação com o restante da malha ferroviária; modernização e ampliação dos portos TUPs na Bahia de Todos os Santos; ampliação da capacidade (duplicação) das rodovias BR-101, 116 e 242; linhas de transmissão de energia para as regiões Oeste e Sul do Estado, para estimular a retomada da industrialização; investimentos em mobilidade urbana, a exemplo da extensão da Linha 1 do Metrô de Salvador;

6. Dar continuidade aos investimentos para melhorias da infraestrutura e atendimento às demandas sociais, como educação, saúde, mobilidade urbana, conectividade e segurança pública.

Educação Empreendedora

Não se pode falar em educação, seja a formal, profissional ou empreendedora, sem desconsiderar o cenário nacional e local do sistema educacional do país e do estado. Valle (2000) avalia que a pandemia agravou fortemente a evasão escolar, em especial os alunos oriundos de famílias de baixa escolaridade e que perderam renda na pandemia, que vivem com condições domiciliares e materiais inadequadas para a aprendizagem, como falta de tecnologia, mobília, espaço e segurança alimentar. Uma parcela desses estudantes também estavam em empregos precários para sustentar a família ou em trabalhos domiciliares, como cuidando de irmãos menores.

Gráfico 2 – Abandono Escolar Entre Pessoas de 14 a 29 anos no Brasil por motivação



Fonte: Adaptado de PNAD Continua IBGE (2022).

Não se pode deixar de mencionar, conforme abordado por Valle (2022), os efeitos negativos herdados de gestões federais anteriores, em que entidades acadêmicas e sindicais perderam espaços no Conae (Conselho Nacional da Educação) e FNE (Fórum Nacional da Educação), provavelmente ocasionado pela Emenda Constitucional 96 — Lei do Teto dos Gastos, que brecou o investimento da educação e comprometeu as metas do PNE (Programa Nacional de Educação). Entende-se que, nos últimos quatro anos, o cenário nacional foi de apagão de dados confiáveis sobre a situação da educação do país.

Além dos aspectos anteriormente mencionados, a polarização política que atravessa atualmente a sociedade brasileira, também respinga nas redes públicas de ensino e de igual maneira, a violência, intra e extra muros, tem afetado a segurança física e psicológica de estudantes, pais de alunos, professores e todo o quadro funcional dos ambientes escolares.

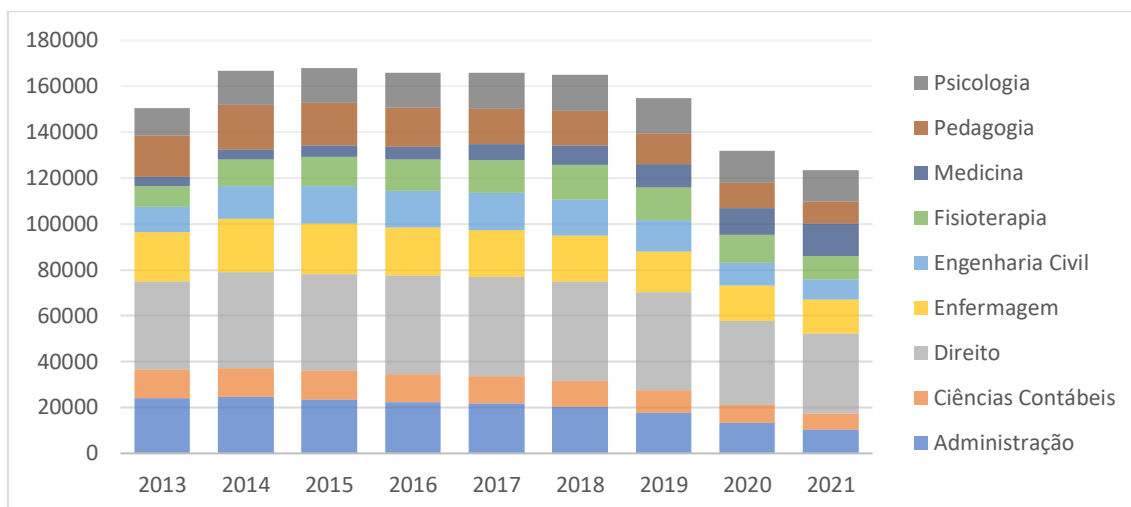
Outro impacto considerado negativo foi a implantação do novo ensino médio, provocando precarização na formação dos secundaristas e do trabalho docente. A redução ou retirada de carga horária de sociologia, filosofia, educação física e artes obrigou docentes a assumirem aulas não relacionadas à sua formação inicial. Já os estudantes apontaram não terem o direito real de escolherem itinerários formativos ou disciplinas eletivas, com redes sem estruturas para disponibilizar todas as opções (Valle, 2022).

Nos subitens a seguir se apresentam dados da realidade local, segundo Censo Escolar da Educação Básica de 2020 do estado da Bahia, publicado pela Diretoria de Estatísticas Educacionais (Deed) do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) no ano de 2020:

- (a) 3,4 milhões matriculados na **educação básica**, 157.839 a menos em comparação com o ano de 2016, o que corresponde a uma redução de 4,4% no total de matrículas, com um impacto maior na educação básica e infantil pública;
- (b) O número de matrículas na **educação infantil** cresceu 4,0% de 2016 a 2020, atingindo 541.476 matrículas em 2020. Esse crescimento foi decorrente principalmente do aumento das matrículas na creche;
- (c) Em 2020, foram registradas 1,9 milhão de matrículas no **ensino fundamental**. Esse valor é 7,8% maior do que o número de matrículas registradas para o ano de 2016;
- (d) Em 2020, foram registradas 557.441 matrículas no **ensino médio**. Esse valor é 2,3% menor do que o número de matrículas registradas para o ano de 2016. O ensino médio, não integrado à educação profissional, apresentou uma redução de 7,3% no número de matrículas entre 2016 e 2020. **O ensino médio integrado à educação profissional apresentou um aumento de 47,8% no mesmo período.**

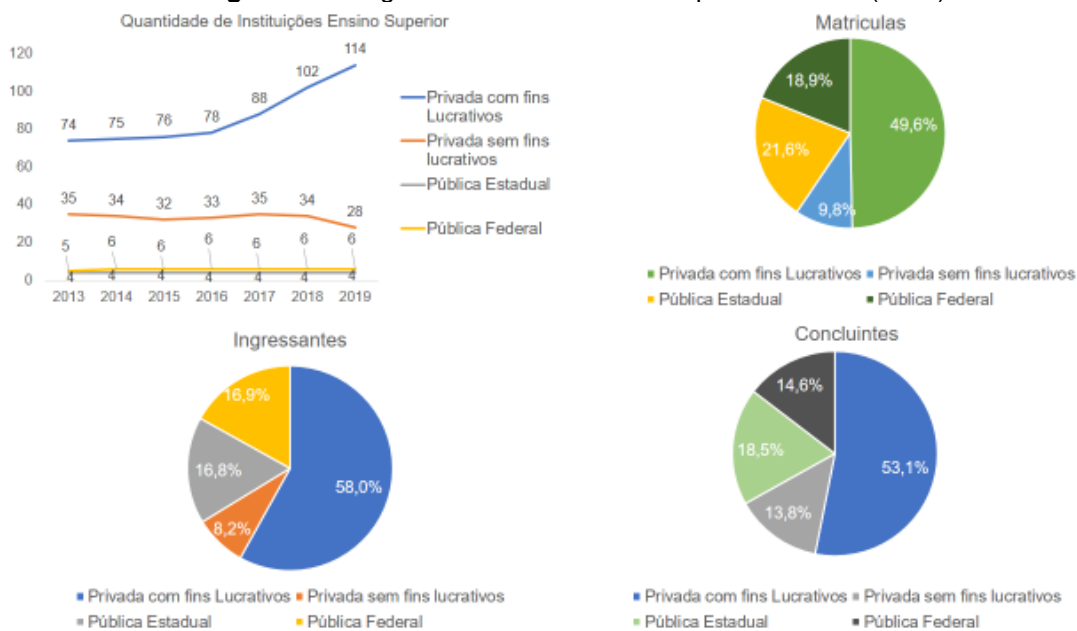
Nota-se um crescimento anual do número de cursos e número de matrículas no ensino superior, considerando instituições públicas e privadas. Por sua vez, quando analisado o número de matrículas em instituições públicas, o crescimento foi ainda mais expressivo. Se as matrículas em geral apresentaram uma taxa de crescimento anual composta de 7,5%, as matrículas públicas demonstraram um crescimento de 15%. Este crescimento expressivo resulta do aumento do investimento público na educação superior da Bahia, especialmente na contratação de professores com dedicação exclusiva, considerado um indicador importante para qualificação do ensino. A Secretaria de Planejamento (Seplan), em valores históricos, mostra que o total orçado nessas instituições passou de R\$ 1,19 bilhão, em 2015, para R\$ 1,76 bilhões, em 2022, correspondendo a um crescimento de 48,4%. A ampliação constante do orçamento focalizou as universidades estaduais. Esses dados refletem uma interiorização do ensino superior da Bahia.

Gráfico 3 – Evolução do Ensino Superior – Bahia – 2013-2021 (pessoas)



Fonte: Adaptado de SEI (2023).

Figura 3 – Infográfico – Dados Ensino Superior – Bahia (2019)



Fonte: Adaptado de SEI (2023).

Limites e Desafios para Educação na Bahia

Similar ao contexto nacional, a evasão escolar se tornou um tema caro nos últimos anos, vide a abrupta mudança que a pandemia trouxe para o setor.

Levantamentos indicam que nem todos os municípios tiveram as mesmas condições de monitorar o vínculo dos estudantes com a escola desde março de 2018, no início da pandemia da Covid-19.

De acordo com o IBGE, no âmbito nacional, a taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais, recuou de 6,1% em 2019 para 5,6% em 2022, uma redução de pouco mais de 490 mil analfabetos no país, chegando a menor taxa da série, iniciada em 2016. No total, eram 9,6 milhões de pessoas que não sabiam ler e escrever, sendo que 55,3% (5,3 milhões) delas viviam no Nordeste e 54,2% (5,2 milhões) tinham 60 anos ou mais (Agência Brasil, 2023). Os indicadores com a evolução dos Estados estão apresentados na tabela a seguir, onde a Bahia fica em 7º lugar na redução desse indicador entre 2019 e 2022 (-14,2%).

Tabela 3 – Taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais de idade, por sexo e grupo de idade

Brasil e Unidade da Federação	Ano		
	2019	2022	Evolução 2019-2022

	Total	Total	
Brasil	6,1	5,6	-8,2%
Distrito Federal	2,5	1,9	-24,0%
Acre	10,9	8,5	-22,0%
Tocantins	8,9	7,2	-19,1%
Maranhão	14,6	12,1	-17,1%
Rio Grande do Norte	12,6	10,5	-16,7%
Roraima	4,6	3,9	-15,2%
Bahia	12	10,3	-14,2%
Rondônia	5,7	4,9	-14,0%
Mato Grosso do Sul	4,6	4	-13,0%
Mato Grosso	5,6	4,9	-12,5%
Alagoas	16	14,4	-10,0%
Paraíba	15,1	13,6	-9,9%
São Paulo	2,4	2,2	-8,3%
Sergipe	12,6	11,7	-7,1%
Ceará	12,7	12	-5,5%
Pará	7,8	7,4	-5,1%
Paraná	4,1	3,9	-4,9%
Minas Gerais	5	4,8	-4,0%
Amazonas	5,1	4,9	-3,9%
Goiás	4,6	4,5	-2,2%
Espírito Santo	4,8	4,7	-2,1%
Amapá	5,1	5	-2,0%
Piauí	15	14,8	-1,3%
Pernambuco	11	11	0,0%
Rio Grande do Sul	2,4	2,5	4,2%
Santa Catarina	2,1	2,2	4,8%
Rio de Janeiro	1,9	2,1	10,5%

Fonte: IBGE – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Anual – 2º trimestre.

De acordo com o Instituto DataSenado (2022), que realizou pesquisa para levantar informações sobre o impacto da pandemia de Covid-19 na educação, entre os principais foram citados: a) em casa: a dificuldade de conciliar o trabalho com aulas online dos(as) filhos(as). Os pais se sentiram sobrecarregados; b) no ensino: 2020 e 2021 foram anos perdidos para a educação, resultando em consequências graves no longo prazo; c) na sociabilidade: além dos prejuízos no ensino formal, efeitos negativos também foram percebidos em questões emocionais e relacionais dos(as) filhos(as).

A respectiva pesquisa apontava também barreiras ao processo de aprendizagem, em decorrência: a) da falta de equipamentos adequados em casa, como computadores e celulares e igualmente nas escolas, principalmente públicas, sem a infraestrutura e sistemas adequados; b) falta de eficácia de aulas

online, especialmente para as crianças mais novas (dificuldades de concentração suficiente para ficar muito tempo focadas nas "telas") para absorção do conteúdo pedagógico. Entretanto, a pesquisa revelou como aspecto positivo a maior interação entre a família, pais com mais tempo para estarem presentes, acompanhando a rotina dos(as) filhos(as) (DataSenado, 2022).

O retorno às salas de aulas implica no resgate da ideia de educação, sendo necessária uma readequação para resgatar e adaptar os alunos à convivência e justificar aqueles espaços. Educadores que participaram do Grupo Focal de Educação acrescentam que, “depois de dois anos fora da sala de aula, a agressividade, a ansiedade resultante do convívio com as famílias aumentou, levando os alunos trazerem para a escola problemas de casa”. Essa alteração produz um cenário em que estar na escola fisicamente precisa ser justificado. O que antes era feito remotamente não pode ser feito na sala de aula, a alteração da rotina dos alunos, o formato da aula e a intensificação das dificuldades sociais geram um cenário difícil para o professor.

O professor passa a ter um papel de gestor de pessoas, que precisa lidar com o retorno da convivência destes alunos que trazem problemas de casa. Sem preparação para essa transição, os profissionais da educação precisaram encontrar caminhos para tornar a convivência possível. A saúde mental tornou-se tema central, e a Bahia enquanto estado demonstra uma atuação insuficiente, avaliação que se reforça com os dados relacionados à evasão escolar. Os problemas, que já eram graves, se intensificaram no transcorrer e pós-pandemia de Covid-19. A falta de estrutura alterou o papel do professor, que se vê na função de terapeuta, líder e promotor de sentido, fato esse que contribuiu para uma romantização do papel do professor, trazendo a invisibilidade de sua identidade profissional.

É neste ambiente no qual a discussão sobre educação empreendedora precisa ocorrer. A relação entre empreendedorismo e educação possui muitas camadas e nuances relevantes que devem ser trabalhadas antes de discutir propostas e expectativas. O cenário está posto e é complexo, falar de educação é lidar com as crianças, os jovens e mesmo os adultos, que transitam da educação infantil à superior. Empreender, em cada um destes contextos, possui diferentes conceituações.

O empreendedorismo exposto neste documento possui um duplo sentido; existe o conceito tradicional, mercadológico do empreendedorismo como promoção de negócios e fonte de renda, mas há também um segundo sentido, educacional. Nesse sentido educacional, empreender implica em sonhar, planejar e buscar meios de executar, é o empreendimento de ideias, não necessariamente ligado ao aspecto financeiro. Esse duplo sentido irá orientar a discussão deste tópico.

A educação empreendedora é possível de ser aplicada do ensino fundamental ao superior, mas operando a partir de conjuntos distintos de definições. Enquanto para os adultos e jovens adultos a conversão de ideias em negócios é fundamental de ser discutida, para o público infantil e infanto-juvenil o olhar é para promoção das capacidades e potenciais.

Voltando-se novamente para o estado da Bahia, existem poucas iniciativas para o fomento da educação empreendedora, e as que existem chegam desigualmente às diferentes regiões, favorecendo as grandes cidades. “Em escolas particulares, primeiro se ensina a criança a sonhar, a planejar e desenvolver capacidades. O foco financeiro aparece muito depois, primeiro você leva a surpresa, incentiva a conseguir sonhar, planejar e buscar” exemplifica um dos educadores participantes do Grupo Focal Educação.

A educação privada já promove ações voltadas para difusão do empreendedorismo, mas nas instituições públicas o pouco que existe resulta de propostas de empreendedorismo por necessidade, para complemento da renda familiar. Nesse sentido, existe uma visão exagerada do empreendedorismo como solução de todas as mazelas, que pode se voltar para superexploração do trabalho. Exemplo disso são os contratos Pessoa Jurídica, em que é oferecido um salário inferior.

As propostas deste eixo de discussão devem ser orientadas para promover o empreendedorismo nas diferentes esferas, adequadas para o público-alvo com o qual se dialoga e devem considerar o empreendedorismo de ideias, de protagonismo, pois quando se trata de protagonismo, abrange vários aspectos do epistemológico ao social/mercadológico. Assim, destrava o medo de falar de educação empreendedora nas escolas.

Novamente, não se trata de criar empresários mirins. O empreendedorismo ou projeto de vida como vem se discutindo não podem suplantam componentes socioemocionais de formação da juventude baiana. As

crianças precisam conhecer e sonhar; o empreender já está dentro deles. O objetivo não pode ser formação para subempregos, em detrimento a qualificação.

Empreender não é o ato de criar um Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), é sobre trabalhar ideias e ensinar a lidar com as incertezas da vida. O professor precisa ser habilitado para lidar com este tipo de empreender. É sobre preparação para vida, reforçando o papel social do ensino. No empreender é preciso utilizar isto para localizar a criança no contexto que ela vive, da inclusão, da tecnologia.

Educação – Linhas de Ações

1. Ampliar as pesquisas em educação, mapeando as dificuldades dos alunos e dos professores. A educação como um serviço público fundamental precisa se voltar cada vez mais para o contexto local. Para isso, alunos, professores e demais trabalhadores da educação precisam ser ouvidos e empoderados a fim de que consigam desenvolver melhor localmente. Este princípio se alicerça nas diferenças locais e regionais no qual a escola se insere.
2. Fomento a ideias inovadoras na educação, por meio da criação de desafios, eventos com capacitação e prêmio para explorar e desenvolver algumas ideias. Existem inúmeras ideias e é preciso capacitá-las para a prática. É necessário criar novas ferramentas para promover e fomentar ações inovadoras na educação em seus diversos níveis, para que boas práticas se potencializem e que a inovação faça parte da educação da Bahia. Ações como as Residências de Aprendizagem Criativa, promovidas pela Secretária de Educação, são exemplos relevantes para promoção, especialmente para educação no ensino fundamental e médio;
3. Ações de formação e qualificação, que considerem o mapeamento de experiências que deram certo seja em outras regiões da Bahia e do Brasil. Existe uma multiplicidade de ações educacionais promovidas nos estados e no Brasil como um todo que podem ser aproveitadas e desenvolvidas nos diversos contextos da Bahia. Como o exemplo da Escola Nossa Senhora do Carmo, em Bananeiras, na Paraíba, que desenvolve os planos educacionais com metodologias de projetos voltados para integrar a comunidade;
4. Qualificação dos professores e programas de trocas de experiência. Investir no professor é multiplicar futuro, por isso a realização de projetos de

formação continuada que incluam, por exemplo, intercâmbios entre os professores, pode potencializar a inovação no ambiente educacional e promover o desenvolvimento dos profissionais;

5. Projetos de formação para professores utilizando as práticas e metodologias exploradas pelo sistema S, por meio de parcerias para promoção desses profissionais. O Sebrae e as demais instituições do Sistema S, como os serviços de aprendizagem SENAT, SENAR, SENAC e SENAI, reconhecidos em formação profissional, com visão clara de fomento ao empreendedorismo. Seria fundamental para o governo do estado ofertar formações promovidas de forma conjunta ou que utilizem metodologias já testadas e aprovadas. Os desafios atuais da educação necessitam de possibilidades de formações mais ágeis. Nesse sentido, Salvador, por exemplo, tem projetos como o Treinar para Empregar² que visa, através de trilhas de conhecimento, desenvolver competências para a entrada de jovens no mercado de trabalho;
6. Fomentar e premiar ações de destaque para a educação empreendedora. O fomento ao empreendedorismo é relevante em suas muitas fases, por isso, é importante que o estado esteja atento para ações realizadas no seu interior. Assim, criar prêmios para ações empreendedoras de jovens baianos seria importante para incentivar e difundir o empreendedorismo. Além de editais estaduais de plano de formação inovadora e empreendedorismo e editais para replicações ações inovadoras;
7. Desenvolvimento de ações para fomento ao empreendedorismo no ensino superior. O ensino superior é o grande promotor de ciência e inovação no Brasil, por isso estimular alunos desta esfera de educação também é importante. A proposta de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) empreendedor para ensino superior estadual seria altamente impactante. A proposta seria acompanhada por mentorias e complementada com ações para desenvolvimento de produtos; além da criação de laboratório de habilidades empreendedoras, vinculados às instituições de ensino superior e a promoção de parcerias com as universidades e incubadoras, vinculadas ao governo do estado para promover o ambiente de inovação.

² Cujas informações estão disponíveis no link: <https://treinarparaempregar.salvador.ba.gov.br/>

Ciência, Tecnologia e Inovação

A inovação é um aspecto determinante no processo de desenvolvimento de um país. Além de melhorar a competitividade das empresas, ela consegue aproximar as economias em desenvolvimento – como é o caso do Brasil – da fronteira tecnológica dos países líderes do mercado global. Esse processo apresenta a capacidade de promover a geração de riqueza interna e, conseqüentemente, o crescimento econômico local. Assim, trata-se de um tema presente na pauta de discussão de diversos grupos de interesse, como formuladores de política ou tomadores de decisão em ambientes organizacionais e institucionais de uma região ou de um país. É tema recorrente na literatura técnica e científica, como relatórios do Banco Mundial, do Fórum Econômico Mundial, das Nações Unidas, da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e da Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI), bem como nos mais variados periódicos e eventos acadêmicos (Fiec, 2023).

A inovação é o motor que impulsiona o crescimento e que depende, para dar resultados, de políticas e ações públicas que estimulem o ecossistema de inovação nacional, regional e local (Santos, Mahal e Leite, 2023). Para Jugend et al. (2019), citado por Santos, Mahal e Leite, 2023, são notados três grandes temas relacionados ao desenvolvimento por meio da inovação, a saber: (i) apoio ao desenvolvimento de recursos humanos qualificados; (ii) melhoria da inovação nos países em desenvolvimento; e (iii) suporte técnico e gerencial a novas empresas de base tecnológica, *spin-offs* e *startups*. Enquanto as dimensões do suporte público para a inovação ocorrem por meio do (i) Apoio público à inovação; (ii) Apoio financeiro para atividades de P&D; (iii) Desenvolvimento por meio da inovação; (iv) Apoio a programas setoriais; e (v) Colaboração universidade-indústria-governo (hélice tríplice).

Em 2022, o Brasil ocupou a 54^a colocação dentre 132 países no ranking do Índice Global de Inovação (IGI), divulgado pela OMPI, mesmo apresentando o 12^o maior Produto Interno Bruto (PIB) da economia global, o 14^o em publicações científicas indexadas e o 14^o em patentes depositadas. Isto é, há uma disparidade de posições entre o IGI e o PIB do Brasil, demonstrando um desnível entre o poder econômico e o potencial efetivo do país para inovar.

Principais IES Públicas e Privadas

A Bahia abriga um número relativamente variado de Instituições Científicas, Tecnológicas e de Inovação (ICTs), com destaque para as Universidades, Institutos Federais e Centros de P&D. Este conjunto de instituições assume um papel mais executivo no sistema de CT&I, além de cumprirem a tarefa das mais relevantes de formação de pessoal ao nível técnico, graduação e pós-graduação, executam boa parte da pesquisa científica e tecnológica que provê não só capacidade de solução de problemas como a atualização com o conhecimento e as técnicas mais recentes ao nível global. Este sistema na Bahia é particularmente jovem e, até muito pouco tempo, extremamente concentrado em Salvador, o que obviamente trouxe dificuldades para o desenvolvimento do estado.

Quadro 1 – Principais Instituições de Ensino Superior da Bahia

ICT	Sede (e campi)	Graduações	MS	DR	Criação
UFBA	Salvador (3 campi)	79	79	57	1946
UFOB	Barreiras (5 campi)	30	8	1	2013
UFRB	Cruz das Almas (6 campi)	32	19	2	2005
UFSB	Itabuna (3 campi)	11*	7	2	2013
UNIVASF ³	Petrolina-PE				2002

³ A UNIVASF tem departamentos em Juazeiro-BA.

IFBA	Salvador (22 campi)	15	5	1	2008 ⁴
IFBaiano	Salvador (15 campi)		3	-	2008 ⁵
UEFS	Feira de Santana	28	24	8	1976
UESB	V. Conquista (3 campi)	40	24	10	1980
UESC	Ilhéus	33	19	9	1991
UNEB	Salvador (23 campi)	29	26	5	1983
SENAI-CIMATEC	Salvador (2 campi)	11	3	2	2002
Bahiana	Salvador	8	3	1	1952
UNIFACS	Salvador (2 campi)	105	5	2	1997
UCSal	Salvador	30	4	3	1961

Fonte: Adaptado de Capes e páginas institucionais.

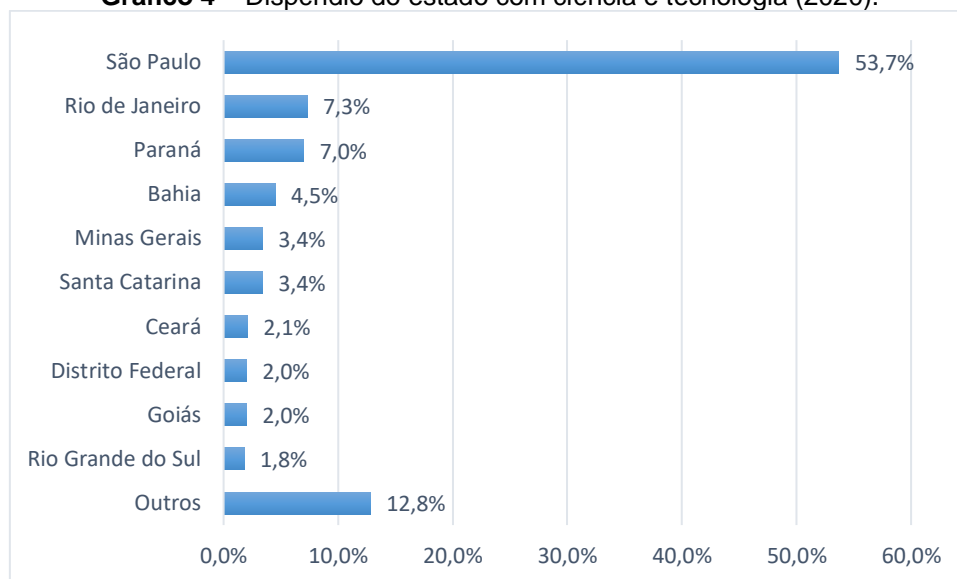
Financiamento local de PD&I

Dados publicados pelo MCTI — Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, em 2023 apresentam evoluções do dispêndio nacional e dos estados em ciência e tecnologia entre os anos de 2000-2020. Em 2020, o Estado da Bahia ocupou o 4^o lugar no ranking nacional conforme gráfico a seguir.

⁴ O IFBA tem como origem a Escola Técnica Federal da Bahia (de 1965) e depois o CEFET-BA (1963), todos estes operando apenas em Salvador.

⁵ O IFBaiano incorporou as antigas Escolas Agrotécnicas Federais e as Escolas Médias de Agropecuária Regionais da Ceplac (EMARCs), que remontam a 1965.

Gráfico 4 – Dispendio do estado com ciência e tecnologia (2020).

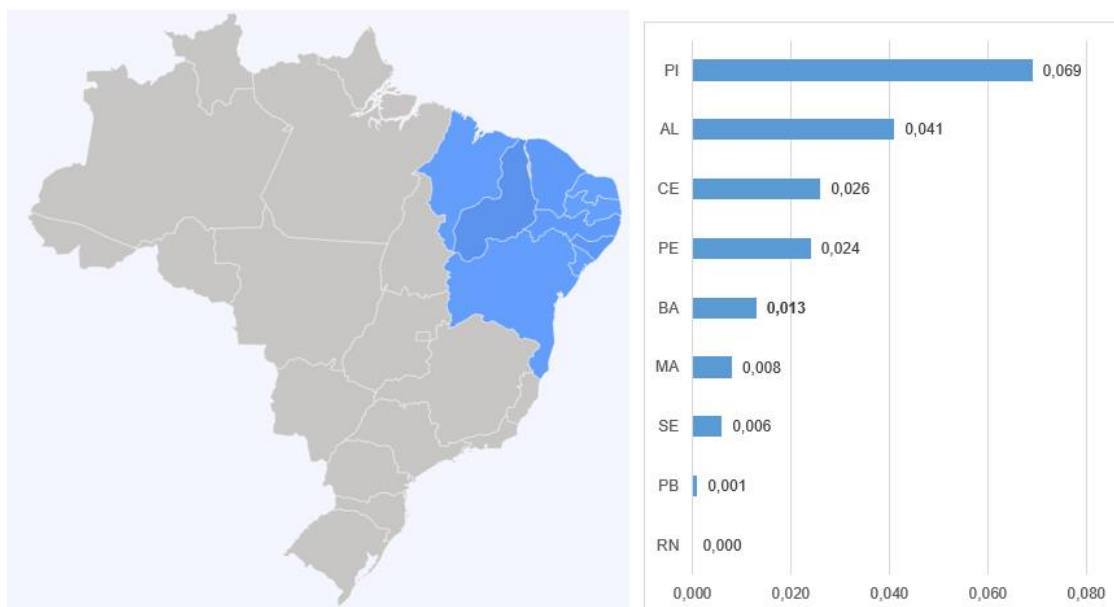


Fonte: Adaptado de MCTI (2023).

Na Bahia, os números apresentados estão distantes de refletir um investimento substancial em pesquisa e desenvolvimento (P&D). Em vez disso, eles essencialmente representam os gastos estaduais no sistema de ensino superior, que não são separados pela metodologia do MCTI. Isso é particularmente notável na Bahia, em contraste com outros estados de grande população, devido à recente incorporação de instituições federais de ensino superior no interior do estado.

O indicador de *Investimento Público em Ciência e Tecnologia* do Índice FIEC de Inovação nos Estados põe a Bahia como o 16º colocada no ranking nacional, atrás de outros estados do Nordeste (Piauí, Alagoas, Ceará e Pernambuco).

Figura 3 – Investimento Público em C&T, medido pela FIEC.



Fonte: Adaptado do Índice FIEC (2023).

Ressalta-se que o investimento próprio em ensino superior (são 4 universidades estaduais: UEFS, UESB, UESC e UNEB), efetuado pela Bahia, resulta das várias décadas de ausência de investimento federal em ensino superior e técnico no interior. Ainda hoje contamos com um número de universidades federais relativamente reduzido (4, além de dividir mais uma com PE e PI) em comparação com estados como Minas Gerais (11 UFs, a mais recente de 1994) e Rio Grande do Sul (6 UFs, sendo 5 delas com mais de 50 anos). Com exceção da UFBA, todas as demais UFs baianas têm menos de 20 anos e encontram-se ainda em consolidação. Cenário semelhante se repete no caso dos dois Institutos Federais.

Paraná, Rio de Janeiro e São Paulo, todos têm números de vagas em IFES bastante superiores aos da Bahia e vários centros de pesquisa, além de investimentos em bolsas e programas estratégicos federais, mesmo possuindo também uma rede de universidades estaduais próprias e investirem proporcionalmente bem mais que a Bahia em suas fundações estaduais de amparo à pesquisa. Minas Gerais tem uma rede de IFES muito grande e desde há muito descentralizada, o que lhe permite de forma mais fácil investir fortemente na FAPEMIG.

Fato é que o esforço que o Estado da Bahia foi e ainda é obrigado a fazer para manter um insuficiente (e historicamente muito menor) conjunto de oportunidades de formação superior e técnica, especialmente no interior (até 50 anos atrás nenhum), nunca foi compensado por investimentos diretos em fomento à pesquisa e ao desenvolvimento tecnológico ou mesmo em educação básica. Também, a FAPESB, de criação tardia (2021) e orçamento relativamente baixo, comparado com a fração da arrecadação tributária dos estados já citados (e também vários outros do Nordeste), não recebeu nos últimos 10 anos concessão financeira sequer equivalente à metade da obrigação legal de 1% da Receita Tributária Líquida (art. 5º da Lei 7.888/2021). A título de comparação próxima, a obrigação (constitucional) do Ceará com sua fundação de amparo é, na prática, 4 vezes maior.

Em junho de 2021, foi sancionada a Lei Estadual nº 14.315, que atualiza parte significativa da legislação de CT&I de Bahia, tendo como referência a legislação nacional, mas sua regulamentação ainda não foi publicada, e a necessária atualização constitucional, proposta no mesmo processo de discussão, não foi remetida à Assembleia Legislativa, o que mantém as ICTs (Instituições Científicas, Tecnológicas e de Inovação) estaduais e a própria FAPESB em situação de insegurança, fragilizando as políticas públicas.

A Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB) foi criada em 2001 e tem como missão: “Viabilizar ações de Ciência, Tecnologia e Inovação para o desenvolvimento sustentável da Bahia”. O seu orçamento foi fixado em 1% da receita tributária líquida do estado, em uma tentativa de garantir um fluxo regular de recursos às suas atividades de fomento.

Ao longo dos seus 21 anos, a FAPESB assumiu lugar de destaque no fomento da CTI no estado, financiando bolsas para a formação de pessoal de alto nível, popularização da ciência, pesquisas científicas e a inovação no setor produtivo. No recorte dos últimos 16 anos (2007 a 2022), o orçamento da FAPESB, previsto na Lei Orçamentária Anual da Bahia (LOA), atingiu cerca de R\$1,6 bilhões, em valores históricos. Nesse período foram pagas aproximadamente 45 mil bolsas entre iniciação científica, mestrado, doutorado, pós-doutorado e para a execução de projetos científicos, tecnológicos e de inovação. Além do apoio a cerca de 1.150 propostas para a popularização das

ciências, o financiamento de quase 2.000 projetos voltados para pesquisas básicas ou aplicadas e mais de 550 projetos de inovação, diretamente com o setor produtivo, através do Programa de Apoio à Pesquisa na Pequena e Microempresa (PAPPE), TECNOVA, Centelha e outros.

Houve tentativa de implementação de Programa Estadual de Incentivo à Inovação Tecnológica (INOVATEC), criado pela Lei nº 9.833, em 2005, cujas linhas-mestras são: a) ampliar o conteúdo de ciência, tecnologia e inovação, b) incentivar os investimentos de base tecnológica do estado e c) incentivar as atividades de P&D. Por meio do INOVATEC, o governo concederia benefícios fiscais como postergação do ICMS nas entradas de importação de máquinas, equipamentos, instrumentos e seus sobressalentes, destinados aos investimentos de base tecnológica, bem como benefícios financeiros para as entidades públicas na criação da infraestrutura necessária à implementação e fixação da inovação. Infelizmente, este instrumento está há pelo menos 10 anos sem utilização, por ausência de cooperação do setor fazendário.

Apesar do baixo investimento histórico, a tardia implementação de instrumentos, instituições e, especialmente, a extrema concentração de oportunidades e investimentos na Região Metropolitana de Salvador, a Bahia tem hoje a possibilidade de implementar os instrumentos necessários para realizar uma transformação efetiva em seu cenário, se optar por um efetivo comprometimento com políticas estruturantes e abrangentes, tanto em termos de setores econômicos quanto em seus territórios de identidade.

O fortalecimento institucional e normativo é possível por meio da consolidação das instituições de estado, de um modelo de gestão mais comprometido com o atingimento dos objetivos das políticas públicas e menos com procedimentos reconhecidamente ineficazes, mantendo a transparência e a participação da sociedade civil e da orientação da formação de competências com foco em inovação, maior agregação de valor e aproveitamento de vantagens naturais, sem que estas sejam amarras à instalação de atividades empreendedoras mais promissoras.

Ecossistema de Inovação e Empreendedorismo Inovador

Cardozo e outros (2021), citando Leipnitz e Lóssio (2021) definem ecossistema de inovação a partir do conceito da biologia, referindo-se a um ambiente propício ao surgimento, crescimento e desenvolvimento dos membros que pertencem a este habitat. Os ecossistemas são constituídos por organizações e o seu entorno: fornecedores, clientes e colaboradores — denominados stakeholders. Na definição de Freeman (1984), citado por Cardozo e outros (2021), estes atores são essenciais no planejamento estratégico de negócios, ou seja, afetam ou são afetados pelos resultados de uma organização. São eles: proprietários, clientes, fornecedores, concorrentes, órgãos de governo, mídia, comunidade, organizações sem fins lucrativos, analistas financeiros, instituições financeiras.

Consta no 22º Relatório Global do Ecossistema de Startups 2021 (GSER, 2021), que o Brasil é um hotspot particular com 13.000 startups: 20 vezes mais do que uma década atrás. Os empresários têm aproveitado seu ecossistema de primeira classe para arrecadar US\$ 5,2 bilhões no acumulado do ano até julho de 2021, superando todo o ano de 2020 e registrando um recorde para aquele país. São Paulo, a maior cidade do Brasil, abriga mais unicórnios do que Seul, Jacarta, Amsterdã ou Hong Kong. Tem quase tanto quanto Berlim e quase o dobro do número de Austin e Miami.

O Brasil conta com diversos outros sistemas locais de inovação e empreendedorismo inovador de sucesso, com variadas concentrações temáticas e realidades distintas, como os casos de Florianópolis-SC, Santa Rita do Sapucaí-MG, Recife-PE e Campinas. Santa Rita do Sapucaí, apesar de ter apenas 40 mil habitantes, abriga mais de 160 empresas locais de base tecnológica, especialmente em eletroeletrônica, que faturam mais de 3 bilhões de reais com 15 mil empregos. As empresas catalogadas como Filhas da Unicamp faturaram em 2022 cerca de 20 bilhões de reais. Em comum a todos estes casos há um histórico de continuidade de políticas públicas e integração de esforços entre os diversos segmentos, públicos e privados.

Na Bahia vem se observando o surgimento e a consolidação de várias comunidades de inovação, sediadas, em sua maioria, na capital Salvador, a exemplo da All Saints Bay, do Parque Tecnológico da Bahia, do Hub Salvador e do Colabore, além da Vale do Dendê, Black Business Bahia, Santana Valley,

Vale dos Quitandeiros. Feira de Santana e Ilhéus também tem expressão regional, locais — sede do Hub Feira e do Espaço Colaborar (Pinheiro e Souza, 2021).

O Parque Científico e Tecnológico do Sul da Bahia — PCTSul, lançado em 2016 por esforço de instituições acadêmicas, centros de pesquisa, lideranças empresariais e políticas locais, abriga, entre projetos e iniciativas em diversas áreas, de TICs a alimentos, como o Centro de Inovação do Cacau — CIC, que além de auxiliar no fortalecimento das cadeias regionais de cacau e chocolate por meio de pesquisa e serviços técnicos especializados (hoje há mais de 60 marcas de chocolate e vários produtores premiados internacionalmente), organizou 5 edições do Concurso Nacional de Cacau e foi essencial para o Brasil figurar no mapa mundial do cacau fino. O PCTSul abriga também a Agência de Desenvolvimento Regional, responsável por projetos de aperfeiçoamento da governança municipal em educação, gestão pública, desenvolvimento econômico e meio ambiente.

Ilhéus conta com um importante polo industrial de informática e duas incubadoras de base tecnológica (Broto e INETI), possui legislação própria de inovação (como Salvador e, recentemente, Vitória da Conquista — outras cidades estão trabalhando na mesma direção), e, por meio do seu Conselho Municipal de Inovação, organizou recentemente a segunda edição da sua Semana de Inovação.

O estado conta com cerca de 3,4% das startups do Brasil (tabela a seguir), uma parcela significativa diante dos 13,1% da região nordeste, com Salvador sendo a 7ª cidade em número de startups.

Apesar do crescimento recente do movimento de startups e das ações de inovação estarem cada vez mais em evidência, na capital e no interior, a Bahia ainda não é vista como liderança regional, ficando ainda atrás de Pernambuco, Ceará e, em algumas áreas, da Paraíba.

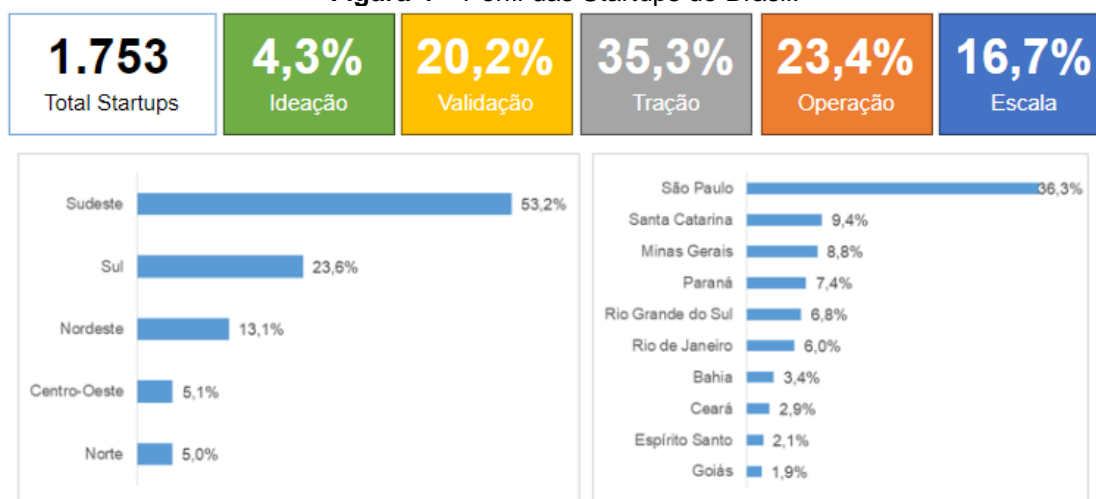
Tabela 5 – Distribuição Regional das Startups.

Principais Estado		Regiões	
São Paulo	36,3%	Sudeste	53,2%
Santa Catarina	9,4%	Sul	23,6%
Minas Gerais	8,8%	Nordeste	13,1%
Paraná	7,4%	Centro-Oeste	5,1%
Rio Grande do Sul	6,8%	Norte	5,0%

Rio de Janeiro	6,0%
Bahia	3,4%
Ceará	2,9%
Espírito Santo	2,1%
Goiás	1,9%

Fonte: Adaptado de ABSTARTUPS (2022).

Figura 4 – Perfil das Startups do Brasil.



Fonte: Adaptado de ABSTARTUPS (2022).

Segundo Pinheiro e Souza (2021), a Bahia possui um ecossistema de CT&I amplo, contemplando os atores dos segmentos das instituições de ciência e tecnologia, setores de investimento e produtivo, governos e outras entidades. E sob a luz do Marco Legal de CT&I (Emenda Constitucional 85, Lei 13.432/2016 e Decreto 9.283/2018) recentemente recepcionado no estado por meio da Lei Estadual nº 14.315 de 17 de junho de 2021 (ainda não regulamentada) visualiza-se um cenário potencialmente positivo para estimular a interação dos atores do ecossistema a fim de fortalecer o desenvolvimento socioeconômico regional através da inovação tecnológica.

Ainda de acordo com Pinheiro e Souza (2021), a infraestrutura em CT&I do estado vem se ampliando com o intuito de criar ambientes de integração dos atores do ecossistema. Visa também dar apoio às instituições, que demandam de estruturas básicas para formação de negócios a suporte especializado. Atualmente, destaca-se o Parque Tecnológico, que abriga empresas de pesquisa e inovação. Sua estrutura principal — Tecnocentro — acolhe 22 empresas e 5 instituições de ciência e tecnologia. Conta ainda com o Polo de

Inovação Salvador — PIS, gerido pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia — IFBA, o Living Lab, resultado de parceria entre a Universidade Federal da Bahia — UFBA, e o Instituto Fraunhofer, e conta com a incubadora de empresas de base tecnológica, a Áity.

Há espaços que atuam como ponto focal de suporte aos ecossistemas locais distribuídos em outros territórios, como: coworking, laboratórios compartilhados, incubadoras, incubadora de economia solidária, aceleradoras e núcleos de inovação tecnológica (nas Universidades e demais ICTs). Nessa mesma perspectiva, os Espaços Dinamizadores desenvolvidos pela Secti estão dispostos nos territórios, considerando o nível de maturidade de integração de seus atores, objetivando fortalecer suas relações e fomentar o desenvolvimento tecnológico. Instalados em diversos municípios, esses espaços possuem diferentes características para se adaptar à demanda local e se apresentam como Espaço Pensar, Espaço Colaborar, Espaço Fazer e Espaço Inovar.

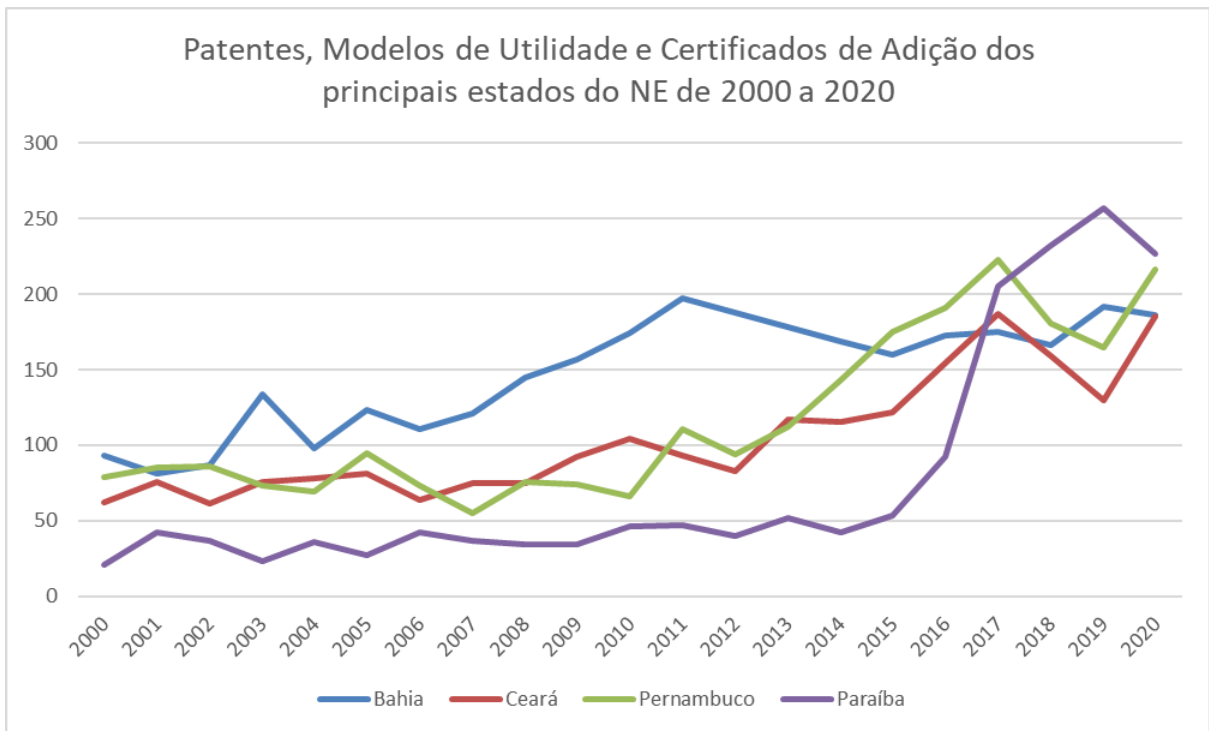
Propriedade Intelectual

O desenvolvimento de P&D impacta positivamente na produtividade dos setores de ponta da economia e nas atividades inseridas na mesma cadeia produtiva, sendo um indicador importante da competitividade setorial/empresarial. Uma das formas de medir indiretamente a intensidade desta atividade se dá acompanhando o número de depósitos de pedidos de patentes e outros instrumentos de propriedade intelectual.

Entre 2000 e 2020, a Bahia foi o estado de origem do maior número de patentes depositadas no INPI entre os estados do Nordeste (3.108 depósitos), mas esta liderança foi perdida nos últimos anos, com o avanço de Pernambuco, Ceará e Paraíba. Entre 2016 e 2020, a Bahia depositou 892 pedidos, contra 1.013 da Paraíba. O estado de São Paulo somou, entre 2000 e 2020, 63.972 patentes e o Rio de Janeiro, 13.159 patentes.

Entre 2021 e 2022, segundo a pesquisa de inovação FIEC 2023, nosso estado avançou no ranking nacional, saindo do 13º lugar em 2021 para o 11º em 2022.

Gráfico 5 – Patentes (PI, MU e Certificados de Adição) de estados do NE de 2000 a 2020.

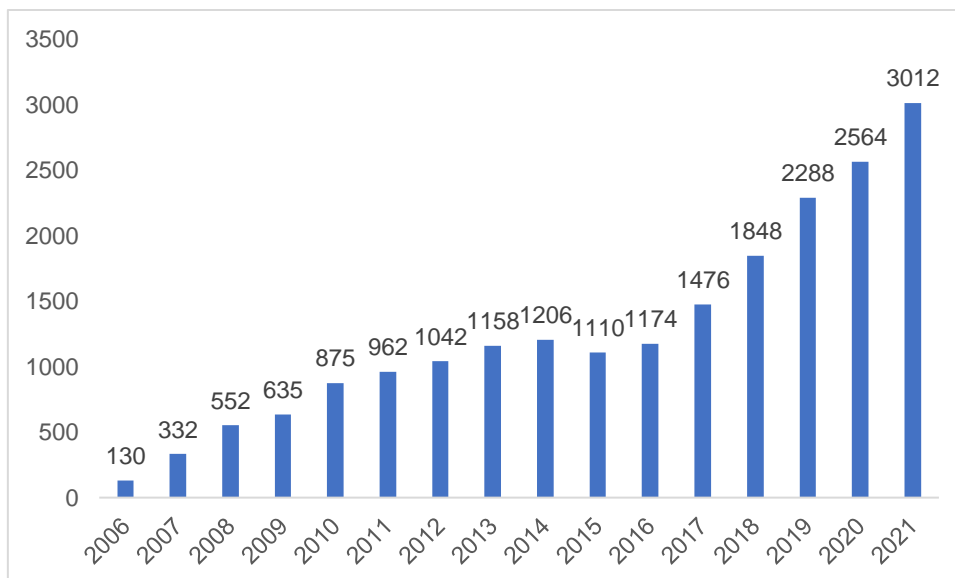


Fonte: Adaptado de INPI (2023).

Instrumentos Federais de Incentivo a P&D

Analisando o gráfico a seguir, é possível observar a expressiva evolução do número de empresas no Brasil que acessaram a Lei do Bem entre 2006 e 2021.

Gráfico 6 – Evolução histórica do número de empresas participantes da Lei do Bem – Brasil.



Fonte: Adaptado de MCTI (2023).

Tabela 6 – Número de empresas participantes da Lei do Bem em 2014

Regiões	Empresas	Projetos	Investimentos (Milhões)	Renúncia Fiscal (Milhões)
Centro-Oeste	22	242	159,68	36,62
Nordeste	43	402	230,56	50,88
Norte	26	206	398,39	80,23
Sudeste	728	7.958	6.975,71	1.417,24
Sul	387	4.925	1.495,28	338,44

Fonte: Adaptado de MCTI (2023).

Tabela 7 – Número de empresas participantes da Lei do Bem em 2021

Regiões	Empresas	Projetos	Investimentos (Milhões)	Renúncia Fiscal (Milhões)
Centro-Oeste	129	384	867,79	161,86
Nordeste	159	630	1.151,26	273,55
Norte	73	256	1.232,83	62,64
Sudeste	1.757	7.560	19.079,01	4.257,06
Sul	894	4.374	4.855,92	1.104,66

Fonte: Adaptado de MCTI (2023).

A adesão a programas federais como a Lei do Bem vem aumentando ao longo da década no país. Na Bahia, 15 empresas acessaram essa Lei em 2014, representando 35% do Nordeste, passando a 44 em 2021, uma evolução

expressiva de 193,3%. Entretanto, apresentou recuo na participação relativa na região nordeste, declinando para 26,7%.

Outro importante instrumento federal de incentivo à atividade de P&D é a Lei de Informática, que conta com 13 empresas e 11 ICTs cadastradas na Bahia, com destaque para o CEPEDI (Centro de Pesquisas e Desenvolvimento Tecnológico em Informática e Eletroeletrônica de Ilhéus), que em 2019 captou aproximadamente R\$ 6,7 milhões. Entre as ICTs públicas, a UESC captou naquele ano aproximadamente R\$1,8 milhões. Para efeito de comparação, a Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) captou naquele ano por volta de R\$ 56,5 milhões e a Universidade Federal de Campina Grande captou aproximadamente R\$18,5 milhões.

É evidente por estes números a falta de coordenação local de políticas conjuntas de aproveitamento dos instrumentos disponíveis para desenvolvimento, já que o estado abriga um dos principais polos de eletroeletrônica do país, mas não há alinhamento de sua estrutura pública de pesquisa e há anos não adiciona novas vagas em cursos nas áreas de TIC. O mesmo ocorre com outros instrumentos, como as obrigações de P&D da ANEEL (sendo Salvador a sede de uma das empresas com maior obrigação, a COELBA/Neoenergia).

Conectividade e infraestrutura digital

O nível de conectividade dos estados é crucial para os indivíduos e para as organizações desempenharem seu papel econômico na sociedade. Os acessos à informação, à comunicação, bem como ao conhecimento, estão condicionados à conectividade de um modo geral, por isso o nível de conectividade pode oportunizar ou dificultar a inovação. Um ambiente inovador requer uma infraestrutura conectada à internet. Assim, uma infraestrutura de amplo acesso à telecomunicação de qualidade, distribuída à população com alta velocidade e dotada de considerável capacidade de banda larga é basilar para efetivar as capacidades de inovação. É exatamente esse aparato de conectividade que o indicador de Infraestrutura captura.

O Índice FIEC mensura o indicador de Infraestrutura em consonância com o IGI, publicado pela OMPI. O indicador é composto de três subindicadores de

telecomunicação: acesso per capita à banda larga, velocidade média de banda larga e cobertura municipal com fibra ótica. O indicador de Infraestrutura seleciona quatro variáveis: i) quantidade de acesso à banda larga; ii) velocidade média de banda larga contratada; iii) cobertura municipal com fibra ótica; iv) população total do estado. Com isso, calculam-se os subindicadores e, a partir do Indicador infraestrutura, em 2022, a Bahia ocupou o 7º lugar no ranking nacional, apresentando um importante avanço em relação a 2021, onde ocupava o 18º lugar.

Não há, todavia, explicação clara para este salto na colocação do estado, uma vez que não houve qualquer implementação de infraestrutura particularmente relevante ao nível do território. A medição feita pelo Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR — NIC.br, comprova a velocidade média no estado como ainda entre as piores do nordeste.

Tabela 8 – Dimensão Infraestrutura Tecnológica

UF	Índice (2022)	Ranking (2022)	Ranking (2021)
Distrito Federal	0,831	1	1
Santa Catarina	0,827	2	2
São Paulo	0,783	3	4
Paraná	0,741	4	5
Rio de Janeiro	0,726	5	3

Rio Grande do Sul	0,705	6	6
Bahia	0,658	7	18
Mato Grosso	0,647	8	14
Roraima	0,594	9	10
Minas Gerais	0,577	10	13
Ceará	0,566	11	7
Mato Grosso do Sul	0,548	12	9
Espírito Santo	0,544	13	12
Acre	0,541	14	15
Rondônia	0,518	15	8
Amapá	0,502	16	11
Goiás	0,481	17	17
Maranhão	0,455	18	19
Alagoas	0,448	19	24
Pernambuco	0,429	20	20
Pará	0,403	21	22
Rio Grande do Norte	0,397	22	21
Sergipe	0,37	23	16
Paraíba	0,354	24	23
Piauí	0,342	25	26
Amazonas	0,318	26	25
Tocantins	0,277	27	27

Fonte: Adaptado de FIEC (2023).

Investimentos Externos

A captação de investidores é imprescindível para o progresso da ciência e tecnologia no estado. Em busca de capital para o desenvolvimento dessas e outras áreas, o Governo do Estado foi à China e aos Emirados Árabes, onde foram estabelecidas diversas parcerias focadas em tecnologia e inovação com empresas como Dahua Technology, Avic e Hauwei. Nos Emirados, foi assinado um memorando com a Acelen, que garante à Bahia o capital de R\$1,5 bilhão em pesquisa de diesel verde. O projeto baiano de transição energética, com foco em diesel verde, será desenvolvido com os óleos de macaúba e dendê. O intuito é contribuir para a desfossilização de combustíveis.

O recurso, inicialmente, é de R\$ 1,5 bilhão, que, quando envolve pesquisadores de outros países ou estados, pode chegar a cerca de R\$ 2,5 bilhões. O capital será utilizado em diversos estudos, a exemplo da obtenção de germoplasmas de culturas ainda não domesticadas, fazendas-viveiro

semiautomatizadas, cultivo e plantação em alta escala, tanto em pequenas como em grandes propriedades, colheita de alta escala, entre outros. Com isso, as universidades, instituições científicas e de inovação tecnológica (ICTs), startups e todo o ecossistema de inovação baiano serão impulsionados (Assessoria de Comunicação da SECTI, 2023). Na China, ainda de acordo com a Assessoria de Comunicação da SECTI (2023), as negociações sobre tecnologia foram voltadas para o desenvolvimento do conceito de Cidades Inteligentes. A Dahua Technology, que promove serviço de segurança usando Inteligência Artificial das Coisas (AIoT), quer desenvolver estudos para aplicar sua tecnologia no estado, além de investir nas cidades inteligentes de Entre Rios e Itaparica. A Avic, conglomerado focado em infraestrutura, também mostrou interesse em aplicar recursos nas Smart City baianas. Com a gigante de tecnologia chinesa, Hauwei, foi assinado um memorando para expansão tecnológica. A empresa utilizará o Parque Tecnológico da Bahia para elaborar projetos e formar mão de obra.

Limites e Desafios para Inovação na Bahia

A Bahia detém uma extensão territorial de 567.295 km², uma população estimada de 14.136.417 pessoas (IBGE, 2023), distribuídas em 417 municípios organizados em 27 territórios de identidade. Cada território acumula suas especificidades em relação a estruturas de moradia, demandas de serviços, equipamentos públicos, cultura, saberes locais e talentos.

A Regionalização Territórios de Identidade foi adotada pela Secretaria de Planejamento do Estado da Bahia (Seplan) através da Lei nº 10.705, de 14 de novembro de 2007, quando lançou o Plano Plurianual 2008-2011, e contava à época com 26 Territórios de Identidade que abarcavam os 417 municípios. Desde então, atendendo aos objetivos do governo estadual e às necessidades dos municípios baianos sofreu ajustes e atualmente está consolidada conforme Lei nº 13.468, de 29 de dezembro de 2015, que aprova o Plano Plurianual 2016-2019, contanto com 27 Regiões. O conceito de Território de Identidade surgiu a partir dos movimentos sociais ligados à agricultura familiar e à reforma agrária, sendo posteriormente adotado pelo Ministério de Desenvolvimento Agrário para a formulação de seu planejamento. A adoção como unidade de gestão para o estado da Bahia foi ajustado conceitual e metodologicamente para a formulação

do planejamento em todas as dimensões, incluindo a realidade urbana e as atividades dos setores econômicos secundário e terciário⁶.

Essa é uma condição que aponta demasiado desafio à gestão, e impacta diretamente na elaboração de políticas públicas. A extensão territorial e os aspectos geográficos diversos são fatores que limitam, pelo grau de especialização necessária, a implantação de infraestrutura adequada. Contudo, quando se considera as desigualdades regionais em relação à renda, escolaridade, ambiente regulatório e de negócios, sobretudo, quando insuficientes, torna complexo o surgimento de um campo propício ao desenvolvimento de uma cultura empreendedora e de inovação. Nesse sentido, as políticas precisam, necessariamente, atender às necessidades básicas de cada região, traçando estratégias para alinhá-las gradativamente, de forma que todas, em patamares semelhantes, concorram e colaborem para um estado inovador.

O índice FIEC de Inovação assenta-se no entendimento de que a inovação consiste em um conjunto de complexidades, com características, causas e consequências próprias de cada ambiente. A FIEC desenvolve um esforço de trabalho para aferir uma medida indicativa de inovação para as 27 unidades federativas do Brasil. Para isso, constrói-se um índice composto (BENELI, 2019; HOLGERSSON; KEKEZI, 2018, citado por FIEC, 2023), englobando um conjunto de 22 subindicadores, que resultam em 12 indicadores, divididos em 2 dimensões: Capacidades e Resultados. A dimensão Capacidades captura a estrutura de promoção à inovação nos estados, na forma de disponibilidade de recursos que potencializam a produtividade na criação de produtos, processos e negócios inovadores. Essa dimensão é composta de sete indicadores: i) Investimento Público em Ciência e Tecnologia; ii) Capital Humano – Graduação; iii) Capital Humano – Pós-Graduação; iv) Inserção de Mestres e Doutores; v) Instituições; vi) Infraestrutura; e vii) Cooperação. Já a dimensão Resultados ilustra o desempenho que reflete a inovação em si nos estados, na forma de posicionamento no ambiente, que proporciona dinâmica e competitividade com teor inovador. São cinco indicadores nessa dimensão: i) Competitividade Global; ii) Intensidade Tecnológica; iii) Propriedade Intelectual;

⁶ Disponível em:

https://sei.ba.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2650&Itemid=657&lang=pt

iv) Produção Científica; e v) Empreendedorismo (FIEC,2023). O top 5 no Índice de Inovação é composto por: São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná. Na dimensão de Capacidades, os primeiros colocados se repetem, sendo novamente: São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná. Enquanto isso, na dimensão de Resultados, a ordem é: São Paulo, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Paraná e Minas Gerais. Pode-se observar uma predominância de estados das regiões Sul e Sudeste entre os mais inovadores. Já aqueles com as piores colocações no índice geral são Tocantins (27º), Amapá (26º), Piauí (25º), Alagoas (24º) e Acre (23º) (FIEC, 2023). O Estado da Bahia ficou no 11º, evoluindo seis posições em relação a 2021, conforme tabela a seguir.

Tabela 9 – Dimensão Capacidades

UF	Índice (2022)	Ranking (2022)	Ranking (2021)
São Paulo	0,803	1	1
Rio de Janeiro	0,602	2	2
Rio Grande do Sul	0,459	3	3
Santa Catarina	0,411	4	5
Paraná	0,402	5	4
Minas Gerais	0,366	6	6
Distrito Federal	0,343	7	7
Espírito Santo	0,297	8	8
Ceará	0,265	9	9

Pernambuco	0,245	10	12
Bahia	0,242	11	17
Mato Grosso do Sul	0,240	12	11
Mato Grosso	0,235	13	19
Rondônia	0,231	14	10
Paraíba	0,221	15	14
Goiás	0,205	16	16
Rio Grande do Norte	0,200	17	13
Pará	0,194	18	18
Sergipe	0,192	19	15
Roraima	0,189	20	21
Amazonas	0,184	21	20
Maranhão	0,175	22	25
Alagoas	0,171	23	23
Acre	0,168	24	24
Amapá	0,166	25	22
Piauí	0,147	26	26
Tocantins	0,105	27	27

Fonte: Adaptado de FIEC (2023).

Na dimensão Resultados, o Estado da Bahia, ocupou o 15º, caindo 03 posições em relação a 2021.

Tabela 10 – Dimensão Resultados

UF	Índice (2022)	Ranking (2022)	Ranking (2021)
São Paulo	0,915	1	1
Santa Catarina	0,465	2	2
Rio Grande do Sul	0,442	3	3
Paraná	0,389	4	4
Minas Gerais	0,343	5	5
Rio de Janeiro	0,336	6	6
Amazonas	0,322	7	7
Pernambuco	0,265	8	8
Distrito Federal	0,224	9	9
Espírito Santo	0,212	10	10
Goiás	0,202	11	11

Ceará	0,191	12	15
Sergipe	0,190	13	13
Rio Grande do Norte	0,182	14	14
Bahia	0,179	15	12
Paraíba	0,129	16	16
Mato Grosso do Sul	0,091	17	17
Pará	0,081	18	18
Mato Grosso	0,071	19	19
Rondônia	0,070	20	27
Maranhão	0,063	21	21
Piauí	0,061	22	22
Acre	0,056	23	20
Roraima	0,049	24	23
Alagoas	0,037	25	25
Tocantins	0,030	26	24
Amapá	0,013	27	26

Fonte: Adaptado de FIEC (2023).

Nesse ambiente de incertezas e riscos, é essencial o papel do poder público como financiador de investimento em inovação. Ao criar um ambiente propício, realizando investimentos de maneira eficiente e fornecendo apoio direcionado, o setor público pode ser altamente eficaz em mitigar obstáculos e estimular o setor privado a investir em inovação. Parte fundamental desse apoio ocorre por meio do Investimento Público em Ciência e Tecnologia (C&T), que funciona como catalisador do investimento privado, atraindo novos atores e compartilhando os riscos inerentes ao processo. Nesse índice, os estados apresentaram o seguinte ranking: São Paulo (1º), Rio de Janeiro (2º) e Espírito Santo (3º) são os três primeiros colocados em Investimento Público em C&T. Por outro lado, os estados com pior desempenho são Roraima (27º), Rio Grande do Norte (26º) e Tocantins (25º). O Estado da Bahia ocupou o 16º lugar, subindo 01 posição com relação a 2021 (FIEC, 2023).

Tabela 11 – Dimensão Investimento Público em CTI.

UF	Índice (2022)	Ranking (2022)	Ranking (2021)
São Paulo	1,000	1	1
Rio de Janeiro	0,547	2	2
Espírito Santo	0,089	3	4

Piauí	0,069	4	5
Distrito Federal	0,058	5	7
Pará	0,049	6	17
Acre	0,048	7	9
Paraná	0,043	8	3
Alagoas	0,041	9	6
Rio Grande do Sul	0,036	10	8
Amazonas	0,035	11	11
Minas Gerais	0,028	12	13
Ceará	0,026	13	10
Mato Grosso	0,025	14	12
Pernambuco	0,024	15	14
Bahia	0,013	16	15
Goiás	0,012	17	19
Maranhão	0,008	18	16
Sergipe	0,006	19	18
Mato Grosso do Sul	0,004	20	22
Santa Catarina	0,003	21	20
Rondônia	0,002	22	24
Amapá	0,001	23	23
Paraíba	0,001	24	21
Tocantins	0,000	25	25
Rio Grande do Norte	0,000	26	26
Roraima	0,000	27	27

Fonte: Adaptado de FIEC (2023).

Embora o Estado, através da SECTI e da FAPESB, tenha empreendido esforços para dinamizar investimentos em inovação, na percepção de atores ligados a essa temática, a construção de um ecossistema de inovação robusto passa por dificuldades na Bahia. O governo não consegue organizar e promover estratégias conjuntas para circulação do conhecimento acumulado em ciência, tecnologia e inovação (CT&I), o que impossibilita a assimilação de processos inovativos dentro das esferas dos agentes de inovação.

Ainda de acordo com a FIEC (2023), a boa governança institucional cumpre dois papéis fundamentais na inovação: reduz os custos de transação e gera confiança para investimentos de risco. Nesse sentido, as proxies utilizadas pela FIEC para mensurar o ambiente institucional são: i) agilidade da Justiça do

Trabalho; ii) transparência pública; iii) saúde fiscal dos governos estaduais. A primeira contribui para a redução dos custos de transação, ao passo que as duas últimas são altamente relevantes para dar confiança ao setor privado em investir em atividades produtivas inovadoras. Ocupou a 16º em 2022, a Bahia evoluiu 04 posições com relação a 2021.

Tabela 12 – Ambiente Institucional.

UF	Índice (2022)	Ranking (2022)	Ranking (2021)
São Paulo	0,863	1	1
Paraíba	0,764	2	8
Rondônia	0,756	3	2
Paraná	0,716	4	3
Ceará	0,711	5	4
Espírito Santo	0,708	6	6
Mato Grosso	0,700	7	15
Santa Catarina	0,677	8	7
Pernambuco	0,668	9	9
Minas Gerais	0,665	10	5
Distrito Federal	0,625	11	12
Amapá	0,611	12	16
Mato Grosso do Sul	0,607	13	14

Maranhão	0,603	14	22
Alagoas	0,554	15	13
Bahia	0,544	16	20
Goiás	0,542	17	10
Sergipe	0,514	18	17
Rio de Janeiro	0,489	19	18
Piauí	0,487	20	25
Rio Grande do Sul	0,480	21	11
Amazonas	0,468	22	21
Pará	0,466	23	19
Acre	0,444	24	23
Roraima	0,333	25	27
Tocantins	0,332	26	26
Rio Grande do Norte	0,281	27	24

Fonte: Adaptado de FIEC (2023).

Na perspectiva de profissionais ligados à inovação da Bahia, é difícil avaliar que haja um ecossistema pleno de inovação no Estado em razão dos seguintes aspectos: da falta articulação entre os agentes para constituir uma rede efetiva; dos atores estarem distantes entre si, observando apenas a sua realidade e as instituições de suporte não conseguem produzir ativação dos segmentos e das regiões; da rede de inovação do Estado não está organizada de forma efetiva,

Apesar disto, existem cidades com algumas ações significativas. Analisando-se estudos de mapeamento, Feira de Santana é a segunda maior cidade do estado em termos de inovação. Apesar disso, existe uma concentração significativa na capital, e outros polos existentes estão dispersos, como Vitória da Conquista, Barreiras e Lauro de Freitas. O grau de maturidade destes “ecossistemas locais” permanece em estágio inicial. Ocorre a necessidade de entender os espaços inovativos do estado de forma coletiva. Existem atores, mas não há governança ou estratégias compartilhadas entre eles. Há uma carência para o ecossistema do estado, e é necessário ter um cuidado especial para organizá-lo. Em muitos casos, não se trata de estabelecer uma liderança, mas de conseguir criar espaços de planejamento e gestão de demandas comuns. Ocorre a necessidade de uma governança para o ecossistema do estado, e o governo pode ocupar o lugar de mediador neutro dos debates.

Instituições como a SECTI tem a possibilidade de ocupar o papel de mobilizador, tendo em vista a falta de ações de engajamento do ecossistema. Não há uma estratégia clara, e no passado as práticas bem-sucedidas foram aquelas que conseguiram criar diálogos entre os interlocutores. Quando se fala em ciência, tecnologia e inovação, o tempo das ações são muito importantes; é preciso criar um planejamento agora para que se desenvolva algo no futuro. No ambiente de inovação em C&TI, as coisas se modificam muito rápido, as tendências nascem e logo algumas morrem e surgem outras. O tempo de estado (e do setor público) é muito atrasado em relação ao mundo real da tecnologia. Existem prioridades, como o planejamento a longo prazo compartilhado, que vise congrega interesses do ecossistema, e para isso é necessário a formalização de instâncias deliberativas, consolidando redes formais com encontros frequentes para articulação e realização de agendas de trabalho. Os planejamentos não possuem acompanhamento e, com isso, o mais básico fica de lado. O planejamento para 2025 foi feito, mas os conselhos têm dificuldade de mobilização.

Mais uma vez, a pesquisa aplicada pela FIEC denota o quanto o nosso estado precisa avançar em aspectos que colaboram com a governança no ecossistema da inovação. Para a inovação, é imprescindível o estabelecimento de parcerias colaborativas no processo de criação de valor inovador. A colaboração é importante por vários aspectos, como a divisão de custos e riscos, o compartilhamento de recursos e conhecimentos e, sobretudo, a participação em redes que ampliam a perspectiva inovadora.

A cooperação, notadamente aquela explicitada em parques tecnológicos e em incubadoras e aceleradoras, procura caminhar na direção da inovação aberta, inclusiva e sem barreiras às iniciativas com potencial de impacto inovador. O indicador cooperação é formado por quatro variáveis: i) número de parques tecnológicos; ii) número de incubadoras; iii) número de aceleradoras; e iv) população total do estado. A partir dos subindicadores de parques tecnológicos, de incubadoras e de aceleradoras per capita, ponderados pelas respectivas participações do estado no total do país, tem-se o indicador de Cooperação. Nesse indicador, o nosso Estado manteve estável no período 2021-2022, ocupando o 22º lugar no ranking nacional.

Tabela 13 – Dimensão de Cooperação.

UF	Índice (2022)	Ranking (2022)	Ranking (2021)
----	---------------	----------------	----------------

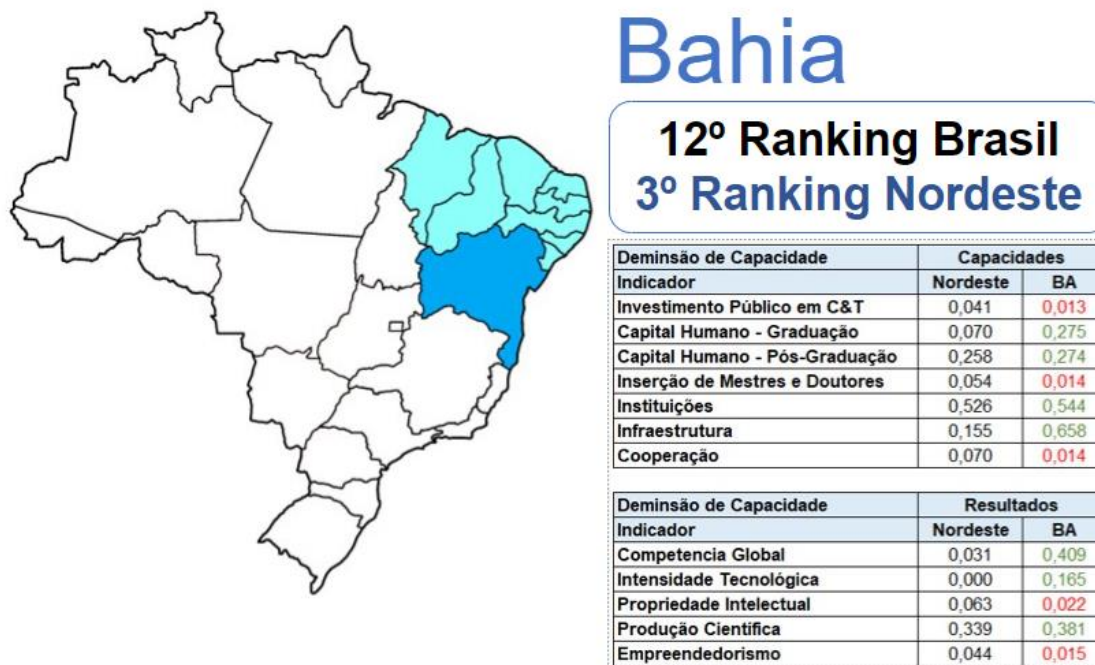
Rio Grande do Sul	1,000	1	1
Santa Catarina	0,579	2	2
Paraná	0,547	3	3
Roraima	0,411	4	4
São Paulo	0,396	5	5
Rio Grande do Sul	0,293	6	6
Minas Gerais	0,257	7	7
Rio de Janeiro	0,188	8	8
Mato Grosso do Sul	0,159	9	9
Pernambuco	0,117	10	10
Distrito Federal	0,093	11	11
Rondônia	0,084	12	12
Espírito Santo	0,061	13	13
Amazonas	0,059	14	14
Goiás	0,031	15	15
Tocantins	0,030	16	16
Ceará	0,030	17	17
Paraíba	0,026	18	18
Pará	0,025	19	19
Mato Grosso	0,021	20	20
Sergipe	0,015	21	21
Bahia	0,014	22	22
Acre	0,013	23	23
Maranhão	0,003	24	24
Piauí	0,002	25	25
Alagoas	0,002	26	26
Amapá	0,002	27	27

Fonte: Adaptado de FIEC (2023).

Falando-se na formação do capital humano e tomando-se ainda como referência a pesquisa FIEC (2023) o Estado da Bahia ocupou o 12º lugar em 2022, recuando uma posição com relação a 2021, no indicador Capital Humano — Graduação. Já no indicador Capital Humano — Pós-Graduação, se manteve estável no período 2021-2022, ocupando o 11º lugar no ranking nacional. Uma qualificação da força de trabalho ao nível mais elevado implica em maiores possibilidades de avanço tecnológico, tendo em vista seu papel nas atividades internas de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PD&I) nas organizações. Nesse sentido, o indicador de Capital Humano ao nível de pós-graduação capta a capacidade de inovação a partir da quantidade e da qualidade da oferta de mão de obra em áreas tecnológicas, notadamente oriundas de cursos das áreas CTEM (Ciência, Tecnologia, Engenharia e Matemática).

Para melhor explicitar nossos limites e desafios nos aspectos ligados à inovação, coloca-se a figura a seguir.

Figura 5 – Índice FIEC de Inovação Nordeste e Bahia



Fonte: Adaptado de FIEC (2023).

Inovação – Linhas de Ações

1. Constituir um ambiente de inovação com governança compartilhada, coordenado por representações dos atores da Triple Helix (Governo, Empresas e Instituições de Ciência e Tecnologia) em equilíbrio, que considere: (a) a definição e a garantia de execução de um plano de ação para o desenvolvimento do ecossistema; (b) a criação de espaços de diálogos entre os atores; (c) a articulação entre demandas de competitividade das MPEs e a oferta das instituições de ensino superior que trabalham com pesquisa e extensão, seja com plataforma ou outros mecanismos de colaboração;
2. Reativar o Conselho Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação (CONCITECI) congregando instituições públicas e privadas, possibilitando o diálogo para definir estratégias para o futuro, a definição e continuidade de

uma política de CT&I para a Bahia, de encaminhamentos e investimentos contínuos em CT&I, assim como acompanhar a efetiva aplicação dos recursos;

3. Constituir um modelo regulatório para fomentar a CT&I no estado, com a regulamentação da Lei Estadual 14.315/21 e cumprimento do limite mínimo de concessão de recursos à FAPESB, incluindo a proteção de investimento na Constituição Estadual;
4. Priorizar, em todos os investimentos do estado, a diminuição das assimetrias regionais de desenvolvimento socioeconômico, especialmente nas MPEs e dos segmentos de comércio de bens, serviços e turismo, incluindo pessoal e infraestrutura de CT&I compartilhada, em redes colaborativas e de uso aberto;
5. Constituir um plano de investimento de médio e longo prazo para área de TI (Tecnologia da Informação) de forma articulada entre os órgãos de fomento federal, estadual e municipal e Instituições de Ciência e Tecnologia (ICT) visando aumentar a competitividade das MPEs da Bahia;
6. Expansão dos investimentos em inovação através de parcerias para captação de investimento privado nacional e estrangeiro, alinhado com as diretrizes do CONCITECI. Para isso, é necessário ter um plano de médio e longo prazo de CT&I baseado em dados representativos de todo Estado que demonstre os potenciais da Bahia e a preocupação com o desenvolvimento tecnológico ao nível global dos diversos segmentos empresariais;
7. Alinhados com o CONCITECI, integrar os programas educacionais do estado às ações e prioridades da área de CT&I, atuando no perfil de formação de pessoas, em todos os níveis, visando à qualificação técnica compatível com a demanda das atividades produtivas e tendências para um futuro baseado em atividades maior valor agregado. Como iniciativa, ampliar a oferta de graduações tecnológicas em parceria com a Secretaria de Educação, incluindo os conteúdos da Tecnologia Industrial Básica (TIB)⁷;

⁷ A Tecnologia Industrial Básica – TIB reúne um conjunto de disciplinas técnicas de uso indiferenciado pelos diversos setores da economia (indústria, agricultura, comércio e serviços) e compreende, na sua essência, as áreas de metrologia, normalização, regulamentação técnica e avaliação da conformidade (acreditação, inspeção, ensaios, certificação e suas funções

8. Realizar estudos e encontros frequentes com pesquisadores e cientistas de vanguarda com o objetivo de gerar dados e discutir tendências tecnológicas e oportunidades associadas a áreas mais portadoras de futuro para o todo o Estado em seus diversos segmentos;
9. Incluir a inovação social na agenda da CT&I do estado, permitindo que os problemas e demandas sociais de comunidades e territórios estejam contemplados na agenda de pesquisa e extensão das universidades baianas, bem como que tecnologias sociais resultantes do processo inovativo possam ser difundidas e escaladas, aumentando a população beneficiada;
10. Apoiar a implementação de programas de estímulo e suporte ao empreendedorismo social e tecnológico (como pré-incubação, aceleração, incubação), potencializando os espaços de inovação existentes, difundindo serviços tecnológicos e as melhores práticas relacionadas à Proteção Intelectual e Transferência de Tecnologia. Cabe um destaque ao Parque Tecnológico da Bahia, que no momento atual carece de maiores investimentos e criação de um plano de inovação robusto e agressivo;
11. Promover eventos (tipo desafios e hackatons) destinados a solucionar problemas sociais (como a criminalidade) e específicos de setores-segmento empresariais mais relacionados aos pequenos negócios, incentivando a busca por soluções que sejam escaláveis;
12. Estimular o uso do poder de compra do estado para adquirir/contratar as soluções das micro e pequenas empresas inovadoras, com a implementação de mecanismos que permitam o acesso às compras públicas;
13. Criar ou reforçar ambientes dinamizadores de inovação em regiões estratégicas do Estado, para que, dessa forma, possa interiorizar e regionalizar as práticas e benefícios que a inovação desenvolvimentista pode propiciar em diversos municípios baianos;
14. Criar corredores Estaduais de Inovação, a partir da leitura das vocações territoriais e suas potencialidades.

correlatas, bem como os procedimentos de autorização, aprovação, registro, licença e homologação, esses últimos a cargo dos agentes regulamentadores)

15. Priorizar os investimentos em conectividade no interior, com vistas a reduzir, num primeiro momento, a particular diferença de qualidade da rede disponível entre Salvador e as cidades polo regionais e posteriormente viabilizar a conectividade rural num nível que permita serviços de conectividade rural;
16. A criação de um Programa de Transformação Digital para todos os municípios, pautada em inovação incremental, de processos e organizacional com vistas à melhoria da eficiência e desburocratização da máquina pública.

Ambiente de Negócios e Tributação

Para comentarmos sobre o ambiente de negócios, vamos adotar como referência a pesquisa aplicada pela Millenium Papers — A liberdade econômica estadual no Brasil 2003-2020, que utiliza o Índice Mackenzie de Liberdade Econômica Estadual (IMLEE). A liberdade econômica é um indicador importante do desenvolvimento econômico e social de uma região e, no Brasil, tem sido monitorada por meio do IMLEE. Esse índice avalia a capacidade dos estados em promover um ambiente de negócios propício ao crescimento econômico (Maciel, Portillo, Julian Alexienco e Gamboa, 2023).

Segundo esses autores, a liberdade econômica no Brasil se mede de acordo com a metodologia a seguir:

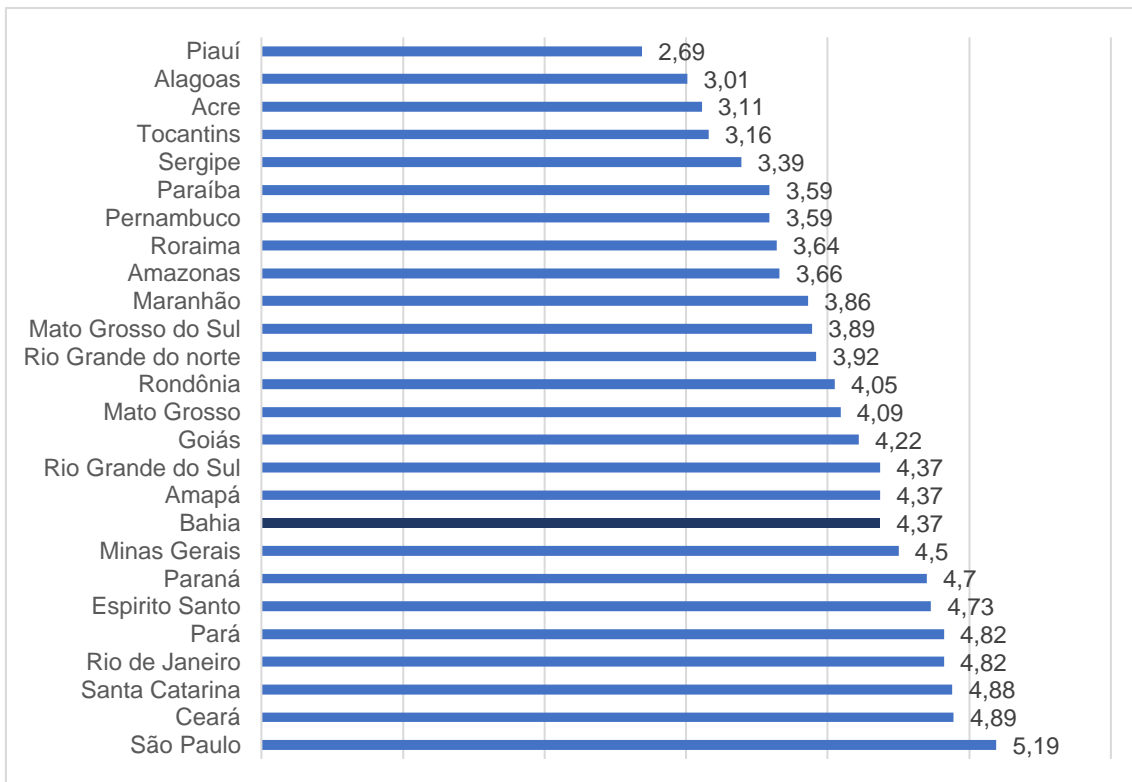
- (a) O índice é composto por três dimensões: 1) gastos do governo, 2) tributação e 3) regulação e liberdade nos mercados de trabalho, sendo calculado pela média simples destas;
- (b) A dimensão de gastos do governo leva em consideração as despesas e transferências do governo, bem como as despesas previdenciárias e pensões, calculadas como uma porcentagem da renda estadual obtida a partir da renda bruta dos residentes em cada unidade da federação;
- (c) A dimensão de tributação mede a carga tributária nos governos federal, estadual e municipal, relacionando-a à renda bruta das famílias residentes na mesma esfera estadual;
- (d) Os indicadores incluem impostos de renda, impostos sobre propriedade e transferências de patrimônio, bem como tributos indiretos sobre produção e consumo;

- (e) A regulação e liberdade nos mercados de trabalho são medidos através de três indicadores: leis estaduais sobre o salário-mínimo, proporção de emprego no setor público e densidade sindical;
- (f) Os dados que compõem o IMLEE são obtidos de fontes oficiais, como o IBGE, a Secretaria do Tesouro Nacional, o Ministério do Trabalho e a Receita Federal, bem como de websites eletrônicos e diários oficiais dos governos.

A pandemia e as políticas públicas para lidar com seus efeitos acabaram por aumentar a participação do Estado na atividade econômica. O setor privado teve forte encolhimento, com grande redução do emprego e da renda, paralisação ou fechamento dos negócios etc. O governo, por seu turno, acabou crescendo em termos de despesas e subsídios, e eventuais reduções de arrecadação foram muito menores que a queda de renda da população (Maciel, Portillo, Julian Alexienco e Gamboa, 2023).

São Paulo, depois de vários anos, voltou a ser a unidade federativa com maior liberdade econômica, seguida do Ceará, Santa Catarina e Rio de Janeiro. Na outra extremidade, com menor liberdade econômica, encontram-se Piauí, Alagoas, Acre e Tocantins. O Estado da Bahia ocupou o 9º lugar conforme se apresenta a seguir.

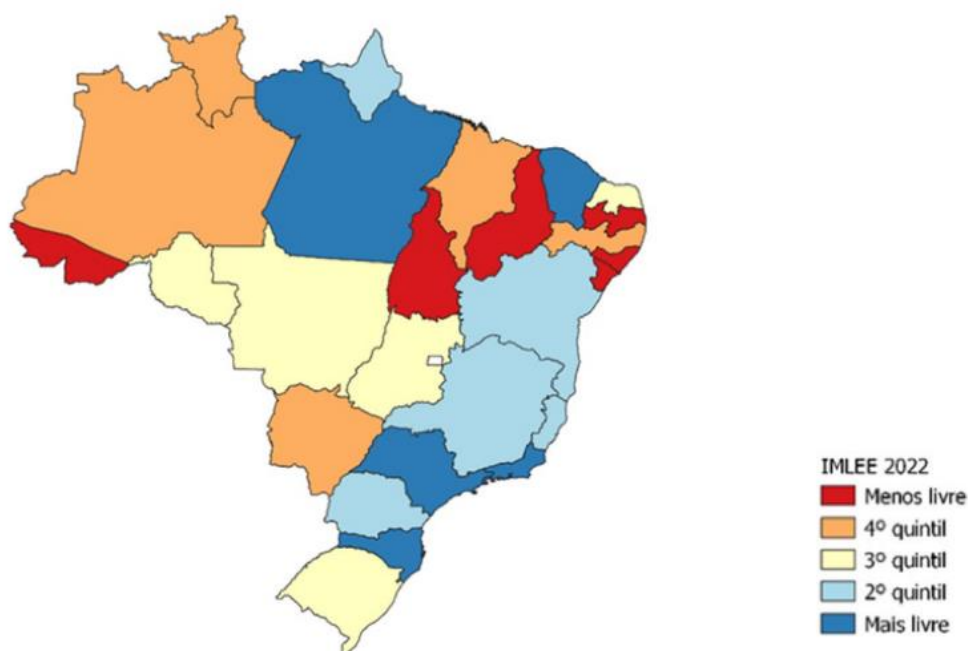
Gráfico 7 – Índice Mackenzie de Liberdade Econômica Estadual 2022



Fonte: Millenium Papers (2023).

Conforme interpretações da pesquisa, é sempre bom lembrar que o índice mede o grau de liberdade econômica de unidades da federação em um país cujo contexto de liberdade econômica é baixo. Ou seja, mesmo que uma determinada unidade da federação esteja em uma boa posição no ranking, ainda assim as condições gerais de se fazerem negócios e empreender no Brasil são ruins. O mapa a seguir mostra o agrupamento das unidades por quintis da distribuição de valores (Maciel, Portillo, Julian Alexienco e Gamboa, 2023).

Mapa 2 – Representação cartográfica do IMLEE 2022 (em quintis)



Fonte: Millenium Papers (2023).

O que se pode observar por meio da tabela a seguir é que, em geral, as notas das UF caíram nos anos de recessão (2015-2016), agravando o ambiente local de negócios — muito disso é explicado pela queda na renda (utilizada como denominador em sete dos nove componentes do índice). Em 2018, a maioria das unidades federativas aumentou suas notas e, portanto, passou a contar com melhor ambiente de negócios. Em 2019, porém, a despeito da expectativa com os governos estaduais e federal que tomaram posse, o desempenho em termos absolutos foi aquém das expectativas. Nesse período, o Estado da Bahia, que vinha evoluindo nos scores entre 2016 e 2018, apresentou um declínio **de -36,2%** entre 2019 e 2020, o que revela uma queda na qualidade do ambiente local de negócios.

Tabela 2 – Evolução dos scores de liberdade econômica 2014-2019

ESTADO	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	VARIAÇÃO 2014-2020	VARIAÇÃO 2019-2020
ALAGOAS	6,55	5,68	5,5	6,94	7,86	6,56	3,01	-54,10%	-54,10%
PIAUÍ	6,84	5,48	5,79	6,34	6,96	5,45	2,69	-60,70%	-50,70%
ACRE	5,65	4,29	4,79	6,51	7,15	5,96	3,11	-44,90%	-47,80%
PERNAMBUCO	6,26	5,28	6,1	7,41	7,58	6,79	3,59	-42,60%	-47,10%
PARAÍBA	6,29	5,91	6,23	7,63	7,77	6,69	3,59	-42,90%	-46,30%
MARANHÃO	6,2	5,74	5,44	7,03	6,81	6,72	3,86	-37,70%	-42,50%
RIO GRANDE DO NORTE	5,83	5,26	5,98	7,09	7,66	6,6	3,92	-32,80%	-40,70%
RIO GRANDE DO SUL	5,81	5,32	5,72	6,61	7,1	7,07	4,37	-24,90%	-38,20%
AMAZONAS	4,9	4,34	4,88	7,37	7,15	5,81	3,66	-25,40%	-37,10%
RIO DE JANEIRO	5,91	5,95	6,07	6,69	8,01	7,63	4,82	-18,40%	-36,80%
MINAS GERAIS	5,94	6,02	5,29	6,89	7,26	7,12	4,5	-24,30%	-36,80%
BAHIA	6,38	5,68	5,97	7,65	7,52	6,85	4,37	-31,50%	-36,20%
RORAIMA	6,89	5,49	5,37	7,25	8,92	5,69	3,64	-47,10%	-35,90%
TOCANTINS	6,72	5,12	4,15	6,55	7,55	4,93	3,16	-53,00%	-35,90%
ESPÍRITO SANTO	6,08	5,55	6,3	7,79	8,34	7,29	4,73	-22,10%	-35,00%
MATO GROSSO DO SUL	6,72	5,52	5,55	6,46	7,5	5,96	3,89	-42,10%	-34,80%
RONDÔNIA	5,45	5,66	5,57	6,86	8,09	6,01	4,05	-25,70%	-32,50%
PARÁ	6,29	5,62	5,9	7,5	8,2	7,13	4,82	-23,40%	-32,50%
GOIÁS	6,32	5,81	5,54	7,42	7,84	6,13	4,22	-33,20%	-31,10%
PARANÁ	6,35	5,9	5,46	6,75	7,33	6,71	4,7	-26,00%	-30,00%
AMAPÁ	7,38	6,03	6,44	7,94	7,71	6,2	4,37	-40,80%	-29,60%
SERGIPE	5,75	4,99	5,67	7,12	7,59	4,8	3,39	-41,00%	-29,30%
SANTA CATARINA	6,51	6,58	6,32	7	7,63	6,85	4,88	-25,00%	-28,70%
CEARÁ	5,98	5,3	5,59	7,39	7,69	6,6	4,89	-18,20%	-25,90%
MATO GROSSO	6,76	5,3	4,81	6,54	7,57	5,52	4,09	-39,50%	-25,80%
SÃO PAULO	5,23	5,28	6,23	7,71	8,45	6,68	5,19	-0,80%	-22,30%

Fonte: Millenium Papers (2023).

Quanto à dimensão mercado de trabalho, o seu desempenho não é tão ruim quanto o da tributação. Os estados que se destacaram pelo melhor desempenho na regulação do mercado de trabalho foram São Paulo, Rio de Janeiro e Mato Grosso. Por outro lado, os estados que apresentaram as piores pontuações foram Piauí, Roraima e Acre. Embora o estado da Bahia tenha ocupado o 14º lugar no ranking nacional em 2020, sua nota (5,18) não se distancia da maior nota em São Paulo (5,75). Em 2020, com o impacto da pandemia e as interrupções de atividades, quebra de empresas e demissões, a nota caiu ainda mais, refletindo o encolhimento do mercado de trabalho privado.

Em se tratando da dimensão de gastos do governo, a tendência de evolução ao longo do tempo aponta para uma piora na dimensão de gastos

públicos entre 2003 e 2016. No entanto, um registro posterior de melhoria foi observado até 2018. Infelizmente, em 2019 houve uma queda na nota média, o que foi agravado pela pandemia de Covid-19 em 2020. A pandemia causou um aumento nos gastos públicos e uma queda na renda, resultando em uma nota expressivamente baixa que anulou todo o ganho alcançado durante o período anterior. O Estado da Bahia alcançou o 12º lugar nessa dimensão em 2020.

Na dimensão de tributação, encontra-se a nota que mais chama atenção, indicando que a arrecadação não apresentou a mesma dinâmica ou intensidade em comparação com a queda da renda subnacional decorrente da pandemia. A tendência à melhoria significativa que ocorria entre 2016 e 2018 apresenta uma queda na nota média de tributação, em sincronia com a redução na nota de tamanho dos governos. A queda na arrecadação de Imposto sobre serviços de qualquer natureza (ISSQN) pelos municípios foi compensada pelo aumento da arrecadação de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) pelos governos estaduais, resultando em uma estabilidade na tributação, afora o aquecimento do mercado imobiliário que causou aumento da arrecadação de Imposto de Transmissão de Bens Intervivos (ITBI).

Essa avaliação da dimensão tributária serve, também, de ponto de partida para análises de tendência de melhoria da tributação no estado. Sob esta ótica, a Lei Complementar Nº 199, de 1º de agosto de 2023, visa trazer avanços ao recolhimento de tributos. A nova lei complementar busca simplificar processos burocráticos relacionados a documentos fiscais eletrônicos e padronizar regulamentações e sistemas para obrigações secundárias. Administrações tributárias das três esferas de governo podem compartilhar dados fiscais para reduzir tarefas acessórias e melhorar a fiscalização. O Comitê Nacional de Simplificação de Obrigações Tributárias Acessórias (CNSOA), ligado ao Ministério da Fazenda, supervisionará essas medidas, com representantes dos fiscos federal, estadual, municipal e do Distrito Federal. A finalidade da nova lei é facilitar o cumprimento pelo contribuinte dessas obrigações, como o preenchimento de declarações e a prestação de outras informações ao fisco da União, estados, municípios. A lei Nº 199 se complementa com a LC 127/22, que estabelece o Código de Defesa do Contribuinte, visando incentivar os bons pagadores com ações de flexibilização dos prazos de tributos; desconto progressivo para adimplência contínua; prioridade para análise de processos

administrativo e devolução de crédito, além de acesso simplificado à orientação e regulamentação tributária.

Outra ação de impacto seria o desenvolvimento, por parte do governo do estado, de um sistema voltado para o parcelamento de tributos atrasados. Hoje este processo é complexo e nada claro. Nesse sentido, o desenvolvimento de um sistema possibilitaria um processo mais simples e objetivo, com um grau de impessoalidade que não existe no modelo atual.

O governo do estado deve estar atento às ações que “deram certo” no ambiente do estado, Salvador teria destaque neste sentido. A capital baiana, através do Decreto Nº 32.636 de 30 de julho de 2020, estabeleceu uma série de atividades em que fica dispensado o alvará de funcionamento, implementando melhoria no ambiente de negócios. Em agosto de 2023, a Prefeitura Municipal de Salvador publicou no Diário Oficial do Município o decreto da Liberdade Econômica (nº 37.347). Um dos destaques do dispositivo é a dispensa da necessidade de atos públicos, a exemplo de licenciamentos e concessão de alvarás, para abertura e funcionamento de empresas e de negócios cujas atividades são de baixo risco. Além disso, a Prefeitura realizou uma série de medidas nos últimos três anos que impulsionaram a competitividade e o ambiente de negócios na capital, como a adesão à Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios (Redesim); a criação do Documento de Arrecadação Municipal Único para Termo de Viabilidade de Localização, que contém a Taxa de Licença de Localização; e a modernização de processos e serviços.

Ambiente de Negócios e Tributação – Limites e Desafios

Dando continuidade à temática tributação e agora tendo como referência o documento Agenda do Setor Produtivo Baiano (FETRAB, FAEB, FECOMÉRCIO e FIEB, 2023), são apontados os seguintes “dificultadores”:

- (a) É sabido que as empresas baianas têm que lidar com um sistema tributário muito burocrático e oneroso, o que gera perda de competitividade, aumento de custos e dificuldade na interpretação e aplicação das normas. É preciso simplificar, eliminar tributos e acabar com a “guerra fiscal” entre os estados, além de respeito aos princípios da equidade, capacidade contributiva e progressividade inerentes aos impostos estaduais.
- (b) Outros problemas específicos enfrentados pelo comerciante baiano é a substituição tributária, regime que determina que a responsabilidade pela arrecadação do ICMS devido, em relação às operações ou prestações de serviços, é atribuída a outro contribuinte. Isso ainda se agrava para quem comercializa produtos com outros estados, pois existem regras complexas envolvidas. Ainda há o fator gerador presumido, que obriga o empresário a recolher o imposto sem que ele saiba se haverá ou quando haverá a venda, tendo que arcar com o ICMS próprio e o ICMS por substituição tributária.
- (c) Também afetam as empresas do setor terciário a antecipação parcial, incidente sobre as mercadorias provenientes de outros estados, ocasionando o recolhimento de 10% sem que nem mesmo o imposto seja creditado. A consequência reflete-se em mercadorias mais caras, redução de capital de giro e, ao fim, mortalidade precoce de empresas;
- (d) No que se reporta ao Simples Nacional, no caso da Bahia há uma particularidade que necessita de atenção: o estado, pela sua participação no PIB nacional, implementou, conforme legislação específica, a política de sublimite tributário para as empresas que aderirem ao modelo de Simples Nacional. A adoção do sublimite modifica, no caso da Bahia, o faturamento anual teto do Simples Nacional. O limite geral estabelece que as EPP são as empresas que faturam entre 360 mil reais até 4,8 milhões de reais ano, quando o sublimite entra em vigor, o teto baixa para 3,6 milhões de reais. Assim, as empresas que ficarem acima deste teto deixam de se enquadrar no simples para o recolhimento de ICMS e ISS.

O sublimite, por estes meios, limita a adesão ao regime de simples nacional em sua faixa superior, afetando empresas em crescimento ao transferi-las para outros regimes tributários.

Para além das questões tributárias, o documento Agenda-do-Setor-Produtivo-Baiano (FETRAB, FAEB, FECOMÉRCIO e FIEB, 2023) aponta outros aspectos que dificultam as operações e comprometem a competitividade dos setores produtivos:

- (a) O estado da Bahia implementou boas práticas para simplificar a abertura de empresas por meio da Redesim, mas ainda assim a Bahia não ocupa uma boa colocação em relação a outros estados No indicador “facilidade para fazer negócios”;
- (b) A cobrança da Taxa de Incêndio, que tem por contribuinte da taxa toda pessoa física ou jurídica, possuidor, a qualquer título (inclusive locatário) de bem imóvel, sendo responsável solidário pelo pagamento da taxa ao proprietário ou titular do domínio do bem imóvel;
- (c) Apesar de a economia baiana ser ancorada no setor terciário, a política de incentivos fiscais ainda é muito mais direcionada ao setor industrial. Para o comércio de bens e serviços são observados, tão somente, apenas o Decreto 7.779, de 9 de maio de 2000, como único instrumento de incentivo fiscal;
- (d) Um tema sempre recorrente no setor de combustíveis é a obrigação acessória SCANC — Sistema de Captação e Auditoria dos Anexos de Combustíveis. Essa obrigação tem sido um grande fardo processual que impacta mensalmente as Distribuidoras de Combustíveis e TRRs (Transportadores Revendedor Retalhista). O segmento de combustível precisa de uma solução do Fisco. O SCANC é a obrigação mais complexa do setor e, em caso de inconsistência, a solução do problema é totalmente manual e custosa;
- (e) Apresentação de garantias e exigências de certidões negativas para obtenção de crédito;
- (f) No que diz respeito às fiscalizações realizadas pelo Procon-BA: há de sempre se garantir o princípio da dupla visita, privilegiando-se sempre a orientação ao empresário de como seguir as normas e, apenas em caso de novo descumprimento, aplicar sanção ao estabelecimento.

Além de limitantes específicos para o ambiente de negócio e questões tributárias, é necessário reiterar alguns pontos que são demanda dos diversos setores. A melhoria da infraestrutura logística serve não só para circulação de bens, mas também de pessoas. A garantia da circulação possibilita, no caso do comércio e dos serviços, a garantia de acesso ao público consumidor. Esse item se relaciona a políticas locais de zoneamento que permitem ou restringem a inserção de empreendimentos locais. As políticas de zoneamento possuem impactos diretos no acesso a regiões ou empreendimentos. Nesse sentido, é necessário que o governo do estado se coloque como um incentivador de boas práticas, especialmente nas cidades maiores. A segurança também é ponto fundamental para garantir a estabilidade do ambiente de negócios, especialmente nos grandes centros e para os segmentos de empreendimentos de rua.

Ambiente de Negócios e Tributação – Linhas de Ações

Ambiente de Negócios

1. Fortalecimento e ampliação do acesso à RedeSim para promover uma facilitação da abertura de empresa, diminuindo as dificuldades de legalização dos negócios. No processo de abertura é gerado o CNPJ e muitas vezes o empresário tem dificuldade de realizar as inscrições municipais e estaduais no período estipulado, e até de conseguir o alvará de funcionamento para se enquadrar no Simples Nacional, ele acaba passando um período fiscal inteiro em um regime de tributação que não seria o mais vantajoso para ele. Esta prática de facilitação de abertura já são correntes em outros estados;
2. Melhoria da comunicação e dos mecanismos de conscientização e preparação para novos empreendedores com o objetivo de familiarizá-los quanto ao complexo cenário de tributação, incluindo: calendarização do processo de abertura de empresas e criação de um fluxo único de abertura;
3. Simplificação do processo de licenciamento e legalização e revisão dos critérios para avaliação de riscos dos negócios. Empreendimentos de baixo risco podem ter processos facilitados, por exemplo, abertura de loja de roupa em um shopping center ou centro comercial, em que o espaço já realizou um licenciamento para operar. Os empreendimentos de baixo risco são a maioria das aberturas (segundo a JUCEB cerca de 80% a 90%). Como vantagem, o

recolhimento do valor das licenças ocorreria de forma mais rápida e certa. E apenas das taxas realmente necessárias, vide o reconhecimento expressa da Procuradoria Geral do Estado — PGE (OS 01/2020), que possibilita a extinção da taxa de incêndio, garantida pelo judiciário baiano;

4. Promoção de melhores práticas desenvolvidas em alguns municípios do estado, que promovam um ambiente de negócios mais dinâmico e potencializado. Como, por exemplo, a dispensa de alvará de funcionamento para atividades econômicas classificadas como de baixo risco, conforme apresentado no Decreto Nº 32.636 de 30 de julho de 2020 e o decreto Liberdade Econômica nº 37.347/2023 da Prefeitura Municipal de Salvador. Boas práticas devem ser incentivadas para gerar impactos em todo o estado.
5. Melhoria da infraestrutura logística do estado, a economia depende da circulação de bens e serviços, por este motivo a infraestrutura é ponto fundamental. Conforme discutido também no tópico de conjunta em planejamento o estado vem conduzindo algumas ações, mas é necessário dar celeridade a iniciativas que promovam melhoria da malha rodoviária e ferroviária do estado;
6. Promoção de uma política de zoneamento mais efetiva nas cidades baianas, os empreendimentos precisam de acesso facilitado, e a competitividade entre os pequenos negócios e os grandes empreendimentos precisam ser consideradas. Assim, os grandes empreendimentos, especialmente do comércio e serviços, precisam ser localizados em área em que sua presença não afete os pequenos negócios;
7. Criação de um programa de suporte aos empreendedores que ofereça de forma rápida, fácil e direta informações pertinentes para formalização, qualificação, regularização e apoio ao empreendedorismo nos moldes do SAC do Empreendedor, desenvolvido pelo município de Salvador;
8. Promoção de diálogos entre o executivo estadual e outras instituições federais para revisão e atualização de critérios de enquadramentos de atividades exercidas por MEIs. Visando a “fuga” de obrigações acessórias e

pagamentos de maiores tributos, muitos empreendedores têm buscado a abertura de mais de uma empresa para atender aos limites de enquadramento do Simples Nacional, gerando concorrência desleal com empreendimentos de pequeno e médio porte;

9. Garantia do princípio da dupla visita ao micro e pequeno empresário, privilegiando-se sempre a orientação ao empresário, antes de lhe ser aplicada uma sanção, por parte dos órgãos de fiscalização (SEFAZ, PROCON etc.).

Tributação

1. Necessidade de redução da carga tributária e simplificação da cobrança de tributos estaduais como mola propulsora ao crescimento econômico, até que seja definida a reforma tributária;
2. O setor produtivo baiano ainda espera a tão necessária Reforma Tributária, em trâmite no Congresso Nacional. Contudo, enquanto as propostas em tramitação não são aprovadas, entende-se que o Executivo Estadual tem papel fundamental para a eficácia da máquina pública e simplificação dos tributos estaduais, como forma de crescimento econômico e facilitação na geração de empregos. A redução da carga tributária é fundamental;
3. Simplificação das Obrigações Tributárias Acessórias, condizentes com a Lei Complementar 199, de 2023. O governo do estado precisa se adaptar aos critérios definidos pela lei para gerar mais competitividade aos empreendimentos baianos. Para isso, é necessário a padronização das legislações e a adesão aos sistemas direcionados às obrigações acessórias, seguindo as orientações do Comitê Nacional de Simplificação de Obrigações Tributárias Acessórias (CNSOA). Assim, o compartilhamento de informações pode ocorrer de forma ágil e simplificada entre as instituições públicas.
4. Revisão da política do Diferencial de Alíquota de ICMS, especialmente para o segmento do comércio. A aquisição de produtos de outros estados é especialmente pesada para o lojista baiano, que paga o Diferencial de Alíquota de ICMS, afetando a competitividade do negócio, melhorando as condições de pagamento para a antecipação de imposto, uma vez que o nível de industrialização do estado é insuficiente para suprir as necessidades locais;

5. A crise provocada pela Covid-19 colocou grande parte das empresas do setor terciário em difícil situação econômica para manter-se adimplentes com suas obrigações tributárias. Assim, torna-se fundamental a instituição de um programa de parcelamento de débitos com o Estado da Bahia — especialmente o ICMS, permitindo que as empresas encontrem fôlego para pagarem seus débitos, de forma a garantir a sobrevivência das empresas e manutenção de empregos;
6. Adesão ao Programa de Recuperação Fiscal (Refis), como fizeram outros estados do nordeste. O Refis visa a regularização e/ou renegociação de dívidas com a União, sejam tributárias ou não, política que foi especialmente importante no pós-pandemia para manutenção dos empreendimentos em diversos estados do Brasil. O estado já foi autorizado, mas faz cerca de 05 anos desde o último programa;
7. Desenvolvimento de um sistema de parcelamento para os tributos atrasados. Visando tornar este processo mais simples, objetivo e fácil, além de garantir o princípio da impessoalidade na condução do processo de acordo com a Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia.
8. Destituição dos sublimites do Simples com relação ao ICMS, que diminui o teto de adesão ao Simples Nacional. A FCDL (Federação da Câmara dos Dirigentes Lojistas) avalia que 90% das empresas de pequeno porte possuem dívida e ICMS, e o sublimite faz com que o pagamento ocorra em outro regime tributário. Outros estados do nordeste oferecem condições facilitadas de pagamento;
9. No que se reporta no acesso ao crédito: (a) cesso ao crédito ao micro e pequeno empresário, através de linhas de crédito mais facilitadas, através do Desenbahia, dispensando-se, por exemplo, a exigência de certidões negativas e garantias para obtenção de crédito; (b) criação de um Fundo Garantidor para desburocratizar a obtenção de crédito e reduzir os juros das operações financeiras
10. No que diz respeito às micro e pequenas empresas, o aumento do teto estadual do Simples, com reajustes periódicos, estimularia os empresários a desenvolverem e ampliarem os seus negócios. A saída de uma empresa do regime de apuração do Simples Nacional não pode ser abrupta, devendo ser previsto mecanismo de transição que estimule o crescimento. Nesse sentido, é fundamental a abolição da prática do sublimite com forma de incentivos aos

empreendimentos em crescimento e o aumento da faixa do Simples Nacional conforme discussões trazidas pelo Projeto de Lei Complementar 127/2021.

Acesso a Crédito

Segundo Relatório de Economia Bancária – 2022 (Bacen, 2023), a expansão do crédito para pessoas jurídicas em 2022 foi puxada pelas micro, pequenas e médias empresas (MPMEs), cujo saldo da carteira de crédito continuou ganhando participação na carteira de Pessoas Jurídicas (PJ). Por outro lado, a taxa de inadimplência das empresas de menor porte (micro e pequenas) segue com tendência de alta, contrária à tendência das grandes empresas, que apresentaram taxas de inadimplência decrescentes nos últimos dois anos.

Conforme a Pesquisa Trimestral de Condições de Crédito (PTC), as instituições financeiras apresentaram condições mais restritivas de aprovação de crédito ao longo de 2022, consistente com o cenário de taxas de juros crescentes. Dentre os fatores que contribuíram para maior restrição ao crédito estavam as condições gerais da economia doméstica no segmento de grandes empresas; nível de inadimplência no caso de MPMEs; nível de comprometimento da renda no segmento de crédito ao consumo; e custo/disponibilidade de funding no caso do crédito habitacional. Do lado da demanda, nos segmentos de crédito PJs, a necessidade de capital de giro foi apontada como o principal fator de aumento de demanda. A alteração da taxa de juros foi percebida pelas instituições financeiras como importante fator de inibição da demanda nos dois segmentos de crédito às Pessoas Físicas — PFs, e no crédito às MPMEs

Digno de nota, o lançamento do Pix em novembro de 2020, teve ampla adoção como meio de transferência digital, principalmente entre pessoas físicas. Ademais, a sua utilização como meio de pagamento por empresas, administração pública e empreendedores formais e informais apresentou rápido crescimento. A adesão ao Pix como ferramenta de recebimento foi maior entre empreendimentos de pequeno porte, especialmente no comércio varejista e setor de alimentação. A Região Norte, seguida pela Centro-Oeste, teve as

maiores participações como receptoras em relação à população (Banco Central, 2023).

Ainda, segundo o Relatório de Economia Bancária (Banco Central, 2023), no segundo semestre de 2022, o ritmo de crescimento do crédito desacelerou, com o arrefecimento na evolução do crédito livre. No crédito livre às empresas houve moderação, ocorrida de forma disseminada entre as modalidades. Contribuíram para esse arrefecimento a queda no nível da atividade econômica e a volta do Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe) e do Programa Emergencial de Acesso ao Crédito (Peac), programas de crédito direcionado que supriram parte da necessidade de recursos das micro, pequenas e médias empresas (MPMEs).

Conforme relatado no respectivo relatório do Banco Central, o segmento de crédito direcionado foi impulsionado no segundo semestre. O aumento de 36% no Plano Safra 2022/23 elevou o crédito rural de forma acentuada pelo segundo ano consecutivo, principalmente no segmento de pessoas físicas. O saldo do crédito direcionado a empresas voltou a crescer em 2022, após registrar estabilidade no ano anterior, devido ao crescimento na carteira do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e à reativação do Pronampe e do Peac, com grande procura por parte das micro, pequenas e médias empresas.

A expansão do crédito para pessoas jurídicas em 2022 foi puxada pelas MPMEs. Ocorreu um crescimento de 13,9% da carteira de crédito das MPMEs, e a das grandes empresas aumentou 5,3%. A maior variação se deu nas microempresas (crescimento de 16,4%). Em termos de participação no saldo total da carteira de crédito, as empresas de grande porte mantiveram a tendência de queda observada nos últimos anos, atingindo 55,2% do mercado em 2022. A participação das micro e pequenas empresas (MPEs), pela primeira vez na série histórica, iniciada em 2016, ultrapassou 20% do total da carteira.

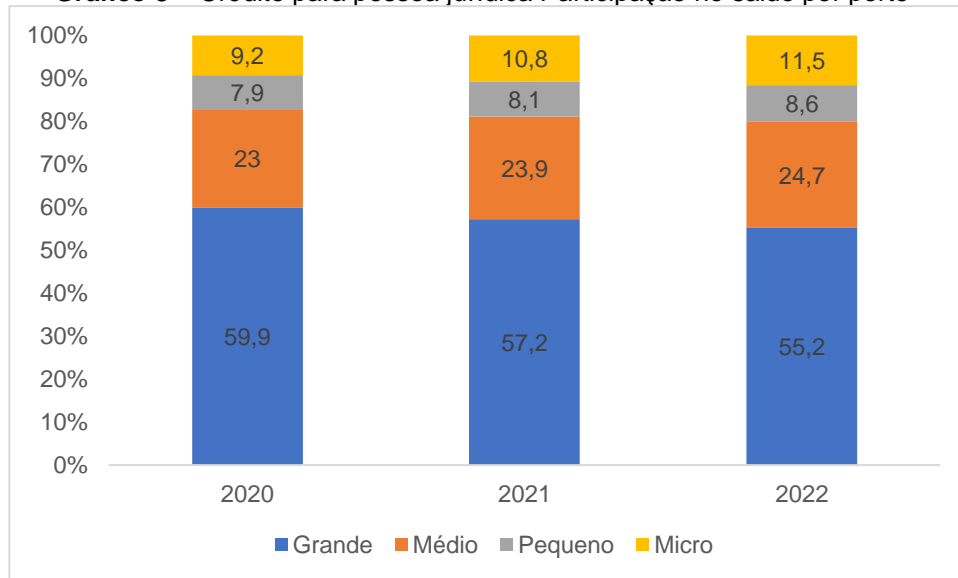
Tabela 3 – Saldo de operações de crédito para pessoa jurídica por porte (R\$ Bilhões)

PORTE	2020	2021	2022	VARIÇÃO (%)		
				2020	2021	2022
TOTAL	1.780,3	1.968,5	2.145,7	21,9	10,6	9
GRANDE	1.066,5	1.125,7	1.185,5	16,9	5,6	5,3

MÉDIO	409,7	471	529,8	21,7	15	12,5
PEQUENO	139,9	159,9	183,8	43,3	14,2	15
MICRO	164,1	211,9	246,7	44,2	29,2	16,4

Fonte: Relatório de Economia Bancária – 2022, Banco Central (2023).

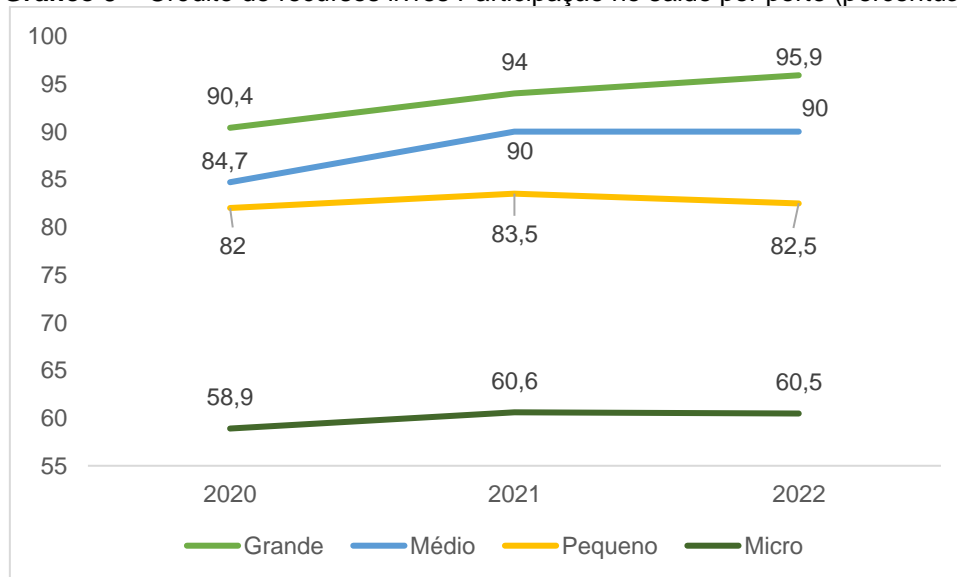
Gráfico 8 – Crédito para pessoa jurídica Participação no saldo por porte



Fonte: Relatório de Economia Bancária – 2022, Banco Central (2023).

A participação dos recursos livres no saldo de crédito para pessoa jurídica permaneceu em expansão somente para as microempresas. Para empresas de grande porte, tradicionalmente principais usuárias do crédito direcionado, o saldo proveniente de operações de crédito com recursos livres chegou a 60,5% do saldo total, apresentando estabilidade em relação a 2021, o que pode estar relacionada à expansão da carteira de crédito do BNDES citada anteriormente. Já as empresas de médio porte apresentaram menor participação de recursos livres em 2022 (82,5%) em relação ao ano anterior (83,5%). Em comparação a 2020, contudo, todos os segmentos apresentaram maior participação dos recursos livres no saldo da carteira.

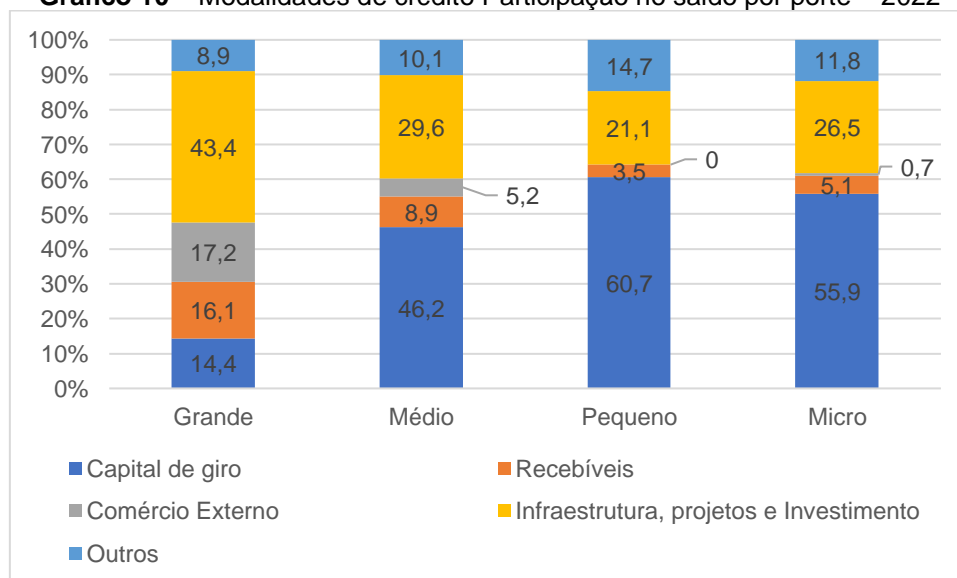
Gráfico 9 – Crédito de recursos livres Participação no saldo por porte (percentual)



Fonte: Relatório de Economia Bancária – 2022, Banco Central (2023).

No segmento de MPEs, as modalidades de capital de giro e de antecipação de recebíveis representaram 62,8% da carteira de crédito em 2022. Para as médias empresas, essas modalidades representaram 55,1% da carteira e, para as grandes empresas, 30,5% do saldo de crédito. As grandes empresas terminaram 2022 com 43,4% da carteira em operações de crédito destinadas à infraestrutura, projetos ou investimentos e 17,2% da carteira alocada em operações de comércio exterior.

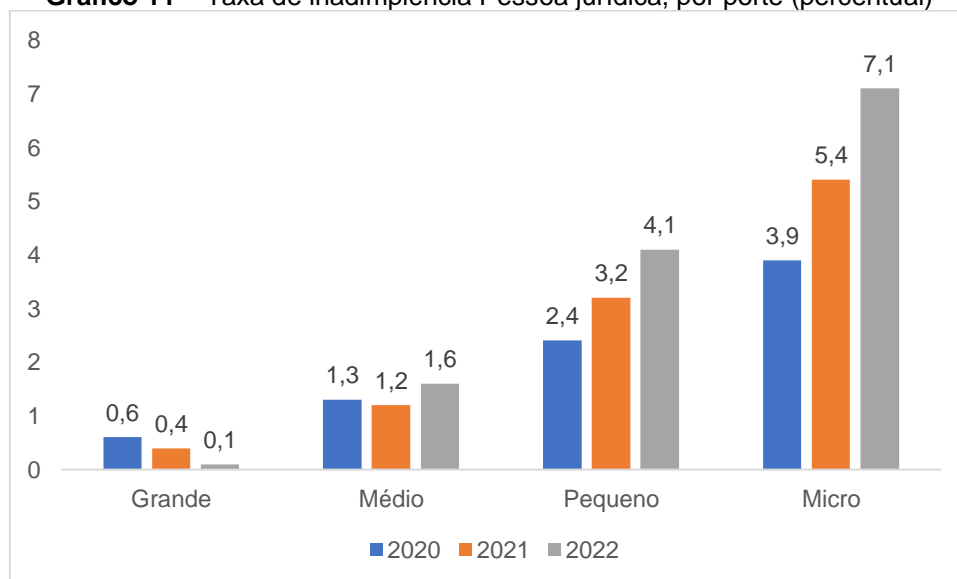
Gráfico 10 – Modalidades de crédito Participação no saldo por porte – 2022



Fonte: Relatório de Economia Bancária – 2022, Banco Central (2023).

Em 2022, houve aumento na taxa de inadimplência em todos os segmentos de porte da pessoa jurídica em relação a 2021, com exceção do grupo de grandes empresas. O aumento mais expressivo ocorreu no segmento das MPEs: para as pequenas, a inadimplência subiu de 3,2% para 4,1%, e, para as microempresas, subiu de 5,4% para 7,1% da carteira. Vale ressaltar que a inadimplência já havia crescido em 2021 em relação a 2020 nesses segmentos. Para as médias empresas, a inadimplência subiu de 1,2% para 1,6% da carteira, e, para as grandes empresas, a inadimplência caiu de 0,4% para 0,1%. Dessa maneira, é possível destacar o novo ambiente econômico das MPEs, em que se verifica forte aumento da taxa de inadimplência, ao mesmo tempo que a concessão de crédito cresceu em relação ao ano anterior, e cujo saldo da carteira de crédito continuou ganhando, gradativamente, participação na carteira PJ.

Gráfico 11 – Taxa de inadimplência Pessoa jurídica, por porte (percentual)



Fonte: Relatório de Economia Bancária – 2022, Banco Central (2023).

Visando obter um panorama do mercado de crédito na Bahia, observa-se a seguir a evolução das operações por pessoa jurídica e porte, entre 2017 e 2021. A partir dos dados do Banco Central, observa-se o comportamento a seguir.

Tabela 4 – Histórico da Quantidade de Operações de Crédito e Valor Concedido (em R\$ milhões) por Porte (2021)

Porte	Número de Operações		Volume de Crédito Concedido
-------	---------------------	--	-----------------------------

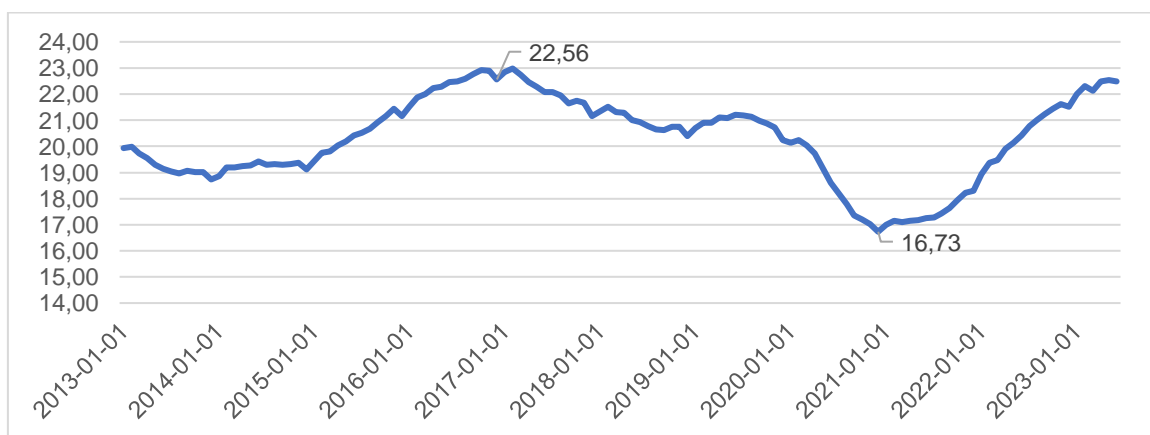
	2017	2021	Evolução no Período (%)	2017	2021	Evolução no Período (%)
Micro	2.606.874	2.003.408	-23,10%	R\$ 1.734.477	R\$ 2.127.866	22,70%
Pequeno	3.701.112	3.107.112	-16,00%	R\$ 5.239.414	R\$ 10.715.164	104,50%
Médio	1.039.102	824.082	-20,70%	R\$ 10.620.467	R\$ 14.015.023	32,00%
Grande	46.988	217.789	363,50%	R\$ 8.859.378	R\$ 16.828.103	89,90%
Total	7.394.076	6.152.391		R\$ 26.453.736	R\$ 43.686.156	
ME+PE	6.307.986	5.110.520		R\$ 6.973.891	R\$ 12.843.030	
%ME+PE	85,3%	83,1%		26,4%	29,4%	

Fonte: Banco Central (2023).

Ocorreu uma redução no número de operações, exceto para as grandes empresas com uma evolução extraordinária de mais de 300% nesse período. Quanto ao volume de crédito, as pequenas empresas apresentaram a maior evolução (104,5%). Embora as Micro e Pequenas empresas, em média, tenham representado 84% das operações, foram contempladas, em média, com 28% do volume de crédito concedido.

Essa alteração pode ser entendida a partir da variação do Índice de Custo do Crédito demonstrada pelo Banco Central, que apresentou queda significativa entre 2017 e 2021, como crescimento, também expressivo, após o meio do ano de 2021, conforme é possível observar no gráfico a seguir.

Gráfico 12 – Indicador de Custo de Crédito, Série Histórica



Fonte: Banco Central (2023).

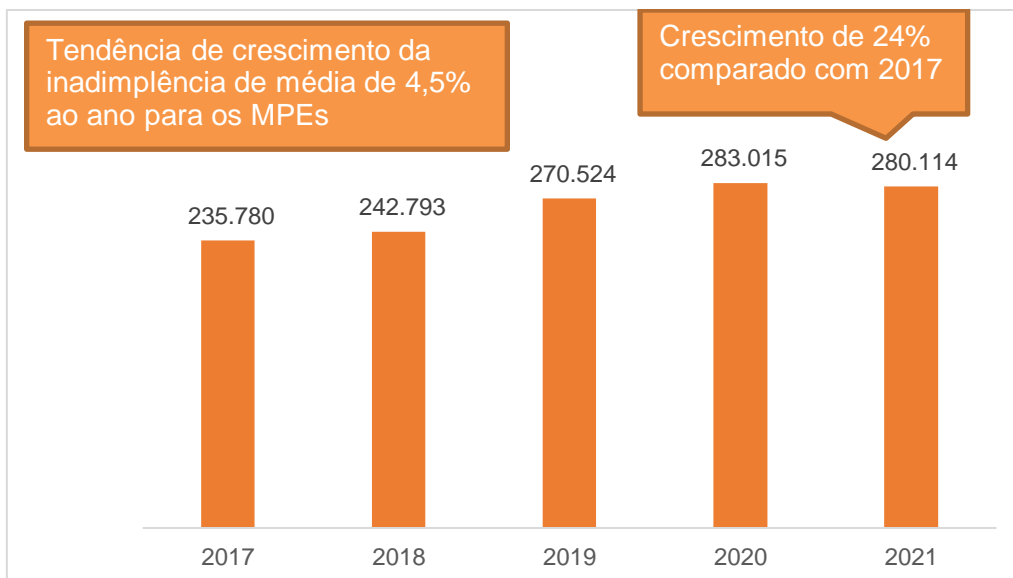
A diminuição do custo de crédito ajuda a entender os dados expostos na tabela de operações e valores concedidos. Para os grandes empreendimentos tornou-se mais vantajoso realizar mais operações com montantes menores

diante da tendência de diminuição dos custos do crédito, enquanto o impacto para os micro e pequenos foi o inverso, a queda dos custos incentivou a realização de menor número de operações, mas com valores maiores.

Essa visão do nível nacional se complementa com ações do governo do estado de oferta de crédito mais barato aos pequenos negócios, como o programa Acelera Bahia ou a oferta da linha BNDES Crédito Pequenas Empresas. A partir de 2020, foi ofertado crédito através de programas vinculados ao Governo Federal como o Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (PRONAMPE). Ademais, outros bancos também oferecem crédito facilitado para pequenos negócios. O Banco do Nordeste oferece contas especiais para pequenos negócios, inclusive adiantamento de receita para operações de câmbio. O Desenhavia também oferece linhas de crédito voltadas para a aquisição de máquinas e equipamentos e capital de giro. Nota-se que a expansão do microcrédito se orientou pela elevação do montante ofertado, possibilitando aos tomadores de crédito um limite de microcrédito maior. Esse aumento ressalta a importância de programas como CrediBahia e ações de microcrédito do Banco do Nordeste, além da oferta por outros bancos oficiais como a Caixa Econômica Federal e o Banco do Brasil.

A despeito do que ocorre no cenário nacional, a expansão do crédito para os pequenos negócios no estado da Bahia também foi acompanhada pela evolução da inadimplência, conforme se apresenta no gráfico a seguir. Os pequenos negócios são a maioria do conjunto dos dados de inadimplência do Serasa Experian (2023), girando entre 90 e 95% dos casos entre 2017 e 2022.

Gráfico 13 – Número de Inadimplentes MPE Bahia



Fonte: Serasa Experian (2023)

Digno de menção, a aplicação dos recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) via Banco do Nordeste, tem o objetivo de contribuir para o desenvolvimento econômico e social da sua área de atuação, constituída pela região Nordeste e por municípios do norte dos estados de Minas Gerais e do Espírito Santo. Segundo Relatório Anual de Administração do BNB -2022, o Estado da Bahia concentrou o maior valor contratado (R\$ 7.976,01 milhões em 2022 dos R\$ 32.254,51 milhões desse recurso — 24,73%). No panorama global, as contratações foram lideradas pelo setor rural (57,90%); Comércio e serviços (37,85%), Industrial (35,57%) e Turismo (30,41%). Em 2022, a Bahia liderou o volume de contratações no Semiárido por setor econômico, conforme se demonstra na tabela a seguir.

Tabela 5 – FNE: Contratações no Semiárido por Setor Econômico (R\$ milhões)

UF	VALOR	QUANT. OPERAÇÕES
	Contratado	
AL	372,66	21.647
BA	5.598,20	135.248
CE	3.328,20	86.728
ES	47,32	237
MA	290,68	7.972
MG	2.522,80	57.741
PB	1.310,91	57.110
PE	2.310,47	69.808
PI	2.678,32	74.125
RN	1.601,99	36.319

SE	613,41	15.280
TOTAL	20.674,96	562.215
% BAHIA	27%	24%

Fonte: Banco do Nordeste – Diretoria de Planejamento (2022).

Até dezembro de 2022 foram realizadas operações em 2.061 municípios, representando 96,4% do total de municípios da área de abrangência do FNE e o financiamento de R\$ 20,67 bilhões para empreendimentos no Semiárido, 64,1% do total até então financiado, dos quais R\$ 5,16 bilhões relacionados a projetos de infraestrutura.

Embora representantes do setor produtivo argumentem dificuldades relacionadas à burocracia e inexistência de fundo garantidor, em especial pela Agência de Fomento do Estado da Bahia S.A — Desenbahia, o Sistema Sebrae tem colocado à disposição dos pequenos negócios o FAMPE — Fundo de Aval às Micro e Pequenas Empresas. Os recursos do Fampe são usados como garantia complementar no crédito contratado pelas instituições financeiras conveniadas ao Sebrae. No quadro a seguir se apresenta os limites de garantia por porte e modalidade.

Quadro 2 – Limites de Garantia do FAMPE

Porte	CAPITAL DE GIRO	INV. FIXO E CAPITAL DE GIRO ASSOCIADO	EXPORTAÇÃO: PRÉ-EMBARQUE	EXPORTAÇÃO: PRÉ-EMBARQUE
MEI	Até R\$ 10 mil	Até R\$ 30 mil	Até R\$ 60 mil	Até R\$ 100 mil
MPE	Até R\$ 60 mil	Até R\$ 200 mil	Até R\$ 300 mil	Até R\$ 400 mil
EPP	Até R\$ 100 mil	Até R\$ 300 mil	Até R\$ 500 mil	Até R\$ 700 mil

Fonte: Adaptado de Resolução CDN 344/2020 – Regulamento Operacional do Fampe.

Segundo informações estruturadas pela Unidade de Gestão de Soluções do Sebrae Bahia, entre 2018 e 2022, observa-se evolução expressiva dos números dessa operação no Brasil e na Bahia. Ao longo desses anos, a Bahia tem representado, em média, 5% das operações nacionais e, conforme tabela adiante apresentada figura em 8º lugar no ranking dos Estados com maior volume de operação.

Tabela 6 – Operações com FAMPE - 2018 – Junho/2023

Período	Valor Operações (NA)	Valor Avalizado (NA)	%Garantia	Valor Operações (BA)	Valor Avalizado (BA)	%Garantia (BA)
---------	----------------------	----------------------	-----------	----------------------	----------------------	----------------

2018	2.577.168.905,15	1.555.319.623,31	60,35%	99.055.707,64	60.354.019,57	60,93%
2019	631.926.236,30	349.811.834,98	55,36%	4.396.876,62	3.144.526,25	71,52%
2020	3.075.054.487,30	2.358.884.772,14	76,71%	144.250.237,18	114.644.657,75	79,48%
2021	4.979.166.231,41	3.902.006.249,46	78,37%	272.822.931,19	217.113.508,40	79,58%
2022	4.357.353.978,94	3.364.840.858,76	77,22%	222.656.209,86	176.782.187,35	79,40%
2023	712.067.138,36	526.502.798,76	73,94%	33.077.152,30	25.147.565,93	76,03%
TOTAIS	16.332.736.977,46	12.057.366.137,41		776.259.114,79	597.186.465,25	
Evolução 2018-2022	69,1%	116,3%	28,0%	124,8%	192,9%	

Fonte: Unidade de Gestão de Soluções – Sebrae – Bahia (2023).

Tabela 7 – Estados com Maior Volume de Operações

Unidades Federativas	Número de Operações	Valor das Operações	Valor Avalizado	ORDEM POR QUANTIDADE OPERAÇÕES	ORDEM POR VALOR OPERAÇÕES
MG	58168	2.825.834.788,00	1.836.848.304,00	1	2
SP	43574	3.062.328.820,00	2.367.069.837,00	2	1
PR	24431	1.236.734.473,00	943.307.250,00	3	4
RS	17112	994.341.956,00	778.151.964,00	4	5
RJ	16655	1.366.738.933,00	983.069.332,00	5	3
GO	15730	921.694.337,00	663.348.427,00	6	6
SC	13452	888.248.943,00	674.722.554,00	7	7
BA	12420	776.259.114,79	597.186.465,25	8	8

Fonte: Unidade de Gestão de Soluções – Sebrae – Bahia (2023).

Digno de nota informar que se trata de operação proativa das Unidades Federativas do Sistema Sebrae, que tem entre as suas metas institucionais, identificar, em média 60% dos demandantes de créditos dos bancos oficiais para informar e oferecer o FAMPE através de uma operação assistida pelos Analistas

do Sebrae. Ou seja, além da prospecção proativa que se qualifica como um crédito orientado.

De igual maneira, agora em parceria com a Desenbahia e a Setre, o Sebrae Bahia também apoia as iniciativas de proatividade na oferta de crédito para os microempreendedores, o CrediBahia 1º Piso — linha que objetiva ampliar a oferta de crédito produtivo para os pequenos negócios, através de financiamento direto a microempreendedores, possibilitando a manutenção e a ampliação das alternativas de trabalho para a parcela de menor renda da população, que tem maiores dificuldades de acesso ao crédito em instituições financeiras (Desenbahia, 2022).

Sobre o Credibahia, o programa é o resultado de uma parceria constituída pela Desenbahia, SETRE — Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esportes, SDE — Secretaria de Desenvolvimento Econômico, e SEBRAE — Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas, e os Municípios. Em 2021, foi celebrado o Termo de Cooperação Técnica com a UPB — União dos Municípios da Bahia, com vistas a intensificar o trabalho de divulgação, inclusive através da sensibilização de gestores municipais para a implantação de novos postos.

Ainda de acordo com a Desenbahia (2022):

- (a) o segmento privado, o setor Comércio e Serviços foram os que mais se beneficiaram com liberações, uma vez que recebeu R\$ 70,3 milhões, representando 52,1% do total liberado. A Agropecuária recebeu R\$ 34,4 milhões (25,5% do total) e a Indústria, R\$ 9,2 milhões (6,8%);
- (b) no que concerne ao tipo e porte dos empreendimentos, a Desenbahia priorizou suas ações para as operações de microcrédito e demais realizadas com pessoas físicas (produtor rural, em particular). Para essa categoria, foram conduzidos R\$ 50,2 milhões (equivalente a 37,2% das liberações totais do exercício). Apenas para o programa CrediBahia, foram R\$ 19,8 milhões, em 2,75 mil liberações. Para os empreendimentos classificados entre micro e pequeno-médio porte (empresariais e rurais), foram direcionados R\$ 52,9 milhões, ou 39,1% das liberações. Os empreendimentos de grande e médio portes se beneficiaram com liberações de R\$ 31,8 milhões (23,5% do total);

(c) em termos de distribuição espacial, a maior parcela das liberações realizadas no período em análise, 76,3% do total, foi dirigida para o interior do estado, direcionando-se para a Região Metropolitana de Salvador (RMS) a parcela de 23,6%. Esse fenômeno alinha-se com a orientação do Governo em interiorizar o crédito, contribuindo, assim, para o desenvolvimento econômico mais bem distribuído espacialmente;

Ainda, falando de facilitações ao crédito, o Banco do Nordeste dispõe de opções de garantias como alienação fiduciária, aval, fiança, hipoteca e fundo de liquidez. Além de disponibilizar outros instrumentos para atuar mais próximo dos clientes e ampliar suas atividades, a exemplo dos Agentes de Desenvolvimento, as Agências Itinerantes, as Políticas de Desenvolvimento Territorial, o Crediamigo e o Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste (Prodetur), no apoio à infraestrutura turística regional. O Crediamigo é o maior programa de microcrédito produtivo e orientado do Brasil, enquanto o Agroamigo é o Programa de Microfinança Rural do Banco do Nordeste orientado para as famílias do campo enquadrados no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), com exceção dos grupos A e A/C⁸.

Acesso a Crédito – Limites e Desafios

O mercado de crédito, assim como a economia da Bahia, se caracteriza por uma concentração do crédito em poucos demandantes. Então, levar crédito aos pequenos continua sendo um desafio. Apesar da existência de bancos que se destacam pelas políticas de microcrédito, ainda assim, há dificuldade de ampliar e dar acesso ao crédito para os empreendimentos de micro e pequeno porte. Outro desafio é a inexistência de um fundo garantidor com recursos públicos locais para trazer garantias às demandas dos pequenos negócios do estado da Bahia, para mitigar o risco na relação entre os pequenos negócios e o sistema financeiro. No caso da Bahia, em que pese a Desenbahia – Agência de Fomento do Estado da Bahia S.A. oferecer linhas de crédito mais facilitadas, por exemplo, sem demandar apresentação de garantias reais e/ou exigências de

⁸ a) explorem parcela de terra na condição de proprietário, posseiro, arrendatário, comodatário, parceiro, concessionário do Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA) ou permissionário de áreas públicas; c) não detenham, a qualquer título, área superior a 4 (quatro) módulos fiscais, contíguos ou não, ressalvado quando se tratar de condomínio rural ou outras formas coletivas de propriedade, desde que a fração ideal por proprietário não ultrapasse 4 (quatro) módulos fiscais (Pronaf).

certidões negativas para obtenção de crédito, a relação entre oferta e demanda demonstra dificuldades para uma justa equalização.

Desburocratizar a obtenção de crédito e reduzir os juros das operações financeiras se caracteriza como uma demanda comum do meio empresarial. Em termos nacionais, o Banco Central (Bacen), por meio de normativos e resoluções, é a entidade responsável por mediar as relações ocorridas entre as entidades do sistema financeiro nacional e os empreendimentos. O cadastro de clientes no sistema financeiro nacional deve, para o caso de pessoas jurídicas, contemplar a existência do registro do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ). De forma similar, as atividades de crédito são classificadas de acordo com critérios mínimos do Bacen, conforme expresso na Resolução N° 2.682 (de 22 de dezembro de 1999) da instituição que prevê para avaliação:

1. Em relação ao devedor e seus garantidores:
 - a. Situação econômico-financeira;
 - b. Grau de endividamento;
 - c. Capacidade de geração de resultados;
 - d. Fluxo de caixa;
 - e. Administração e qualidade de controles;
 - f. Pontualidade e atrasos nos pagamentos;
 - g. Contingências;
 - h. Setor de atividade econômica;
 - i. Limite de crédito;
2. Em relação à operação:
 - a. Natureza e finalidade de transação;
 - b. Características das garantias, particularmente quanto à suficiência e liquidez;
 - c. Valor;

Em termos normativos, existe uma limitação da “facilidade” em se ofertar crédito. O próprio Bacen impõe restrições para aquisição de crédito. Dado este ambiente, existe disponibilidade de crédito e existe pelo lado dos empreendimentos uma dificuldade para alcançar tal crédito. Nesse sentido,

entende-se haver uma dificuldade em coordenar demanda e oferta para ocorrer a aquisição do crédito.

Conforme já comentado em capítulos anteriores, a Bahia apresenta, também, o maior número de desempregados, pessoas que precisam encontrar fontes de renda para garantir sua sobrevivência. Essas pessoas estão no empreendedorismo por necessidade e buscando rendas alternativas. O crédito não consegue chegar neste público, composto, por exemplo, pelos ambulantes.

Essa avaliação parte do fenômeno de assimetria do conhecimento entre o que é prática comum e orientada pelo Sistema Financeiro Nacional (SFN) e o que o empreendedor conhece em termos de processo de crédito. Fator que se evidencia, especialmente, entre os pequenos negócios e os informais que estão em busca da formalização e que não possuem todos os documentos necessários de pessoa física e de pessoa jurídica. Sem um conjunto mínimo das documentações exigidas pelo Banco Central, agentes do sistema financeiro encontram restrições para ampliar o acesso ao crédito. Para isso, algumas ações podem ser desenvolvidas.

Acesso a Crédito – Linhas de Ações

1. Visando dirimir as barreiras burocráticas, o governo do estado poderia realizar parcerias com o Conselho Regional de Contabilidade – CRC, que tem uma rede de escritórios em todos os municípios, para dar suporte aos empreendedores que têm dificuldades para acessar o sistema financeiro, em todas as etapas do processo de aquisição do crédito, especialmente o pós-crédito, visando uma adequada aplicação dos recursos e gestão da adimplência pelos tomadores de crédito;
2. Criação de um sistema unificado, a nível estadual, para o compartilhamento de documento que indiquem a saúde financeira e tributária dos empreendimentos. Em que instituições estaduais e federais, associações de classe e instituições do sistema financeiro podem solicitar acesso para que desenvolvimento de ações visando a melhoria do ambiente de negócios do estado;
3. Priorização do Turismo e da Agricultura Familiar na agenda de acesso ao crédito se faz necessária. O turismo, que ainda não se recuperou de forma

efetiva da pandemia, enfrenta a ausência de um sistema de crédito estabelecido para o setor. Por outro lado, a Agricultura Familiar também demanda atenção, pois apenas algumas propriedades familiares têm acesso ao crédito, deixando uma parcela significativa fora do mercado de crédito;

4. Em termos de ações para o meio rural, avalia-se a necessidade de oferta de orientação técnica para as propriedades rurais do estado da Bahia, especialmente para a agricultura familiar. A orientação técnica é fundamental para o desenvolvimento da atividade produtiva no meio rural e pode ser vinculada à oferta de crédito, visando garantir o impacto e desdobramento econômico para este público. O auxílio técnico às propriedades rurais deve visar, além da adequada aplicação dos recursos financeiros, a formalização de documentos sociais destas propriedades. Informações da propriedade, declarações de aptidão ao PRONAF e outros dados básicos para o acesso ao sistema financeiro e seus produtos;
5. Para candidatos a empreendedores, formais ou não, políticas públicas para ampliar a bancarização, inserção de pessoas no sistema financeiro via abertura de uma conta corrente, observando as políticas de risco dos bancos, acompanhada do estímulo à formalização, uma vez que essa tipologia de empreendedores, além de apresentarem problemas na documentação dos proprietários, não apresentam dados contábeis minimamente estruturados, aspectos que, com maior incidência, inviabilizam o acesso ao crédito para essa tipologia de demandante;
6. Observando-se proposições de linhas de ações por representantes das classes empresariais no que se relaciona ao acesso ao crédito, onde são argumentados os aspectos limitantes, como a questão da burocracia, contrapartidas requisitadas e garantias exigidas, e analisando relatórios oficiais das agências de financiamento e indicadores de utilização do FAMPE em nosso estado, compreende-se, então, que, apesar das “necessidades infinitas X recursos escassos”, os organismos de financiamento, a despeito da proatividade da oferta de crédito orientado, necessitam ampliar e melhorar seus relacionamentos com as entidades representativas das classes empresariais. Isso visa a uma maior aproximação entre os afiliados das entidades representativas empresariais e as agências de crédito, para que

esses afiliados possam se apropriar das informações que visam a desburocratização, garantias e celeridade para o acesso ao crédito;

7. Através da Desenbahia, em parceria com o Sebrae Bahia, criação de linhas de financiamento com apoio do FAMPE; e de outras linhas de ações mais aderente à realidade das MPEs, como: Bahia Resiliente, destinada a empresas afetadas por calamidades públicas; inspirado no Governo de São Paulo, Juros Zero Bahia, com subsídios do governo estadual e Reconecta Bahia para MPEs, para empreendimentos em situação de inadimplência, além da criação da “Caravana Financeira Bahia: circuito itinerante de capacitação em educação financeira;
8. No âmbito dos municípios, através de parceria com a União dos Prefeitos da Bahia (UPB), estimular a participação dos municípios para criação de comitês municipais de acesso ao crédito, com a participação de Gestores Municipais, Agentes Financeiros e Gestores Públicos Estaduais.

Internacionalização

De acordo com dados levantados pela Gerência de Estudos Técnicos (GET) da FIEB — Federação das Indústrias do estado da Bahia, o ano de 2022 foi marcado por recordes no comércio exterior brasileiro, com exportações de US\$ 334,5 bilhões (+19,1% em relação a 2021) e importações de US\$ 272,7 bilhões (+24,3%). O resultado positivo do ano deve-se, principalmente, ao aumento dos preços das principais commodities comercializadas pelo Brasil e, também, à quantidade exportada (+4,8%). As exportações e importações baianas em 2022 também seguiram o desempenho do comércio exterior brasileiro e registraram os maiores valores da série histórica, tendo alcançado um aumento de 39,9%, correspondente a US\$ 13,9 bilhões, enquanto as importações foram de US\$ 11,4 bilhões, apresentando crescimento de 41% comparados com o ano anterior.

A tabela a seguir apresenta os 16 principais territórios de identidade exportadores entre os anos de 2021 e 2022. Em 2022, no quesito exportações, esses representaram 99,0% de toda exportação baiana, ou seja, praticamente concentraram todas as vendas externas da Bahia. O Território de Identidade Metropolitano de Salvador teve expressivo crescimento em 2022 (+75,8%)

quando comparado com o ano anterior. O segundo maior foi o TI Bacia do Rio Grande e respondeu por 29,0% do total exportado pelo estado no ano e teve alta de 45,3% em comparação com o ano de 2021 (FIEB, 2023).

Tabela 20 – Bahia: Exportação por Territórios de Identidade (2022/2021)

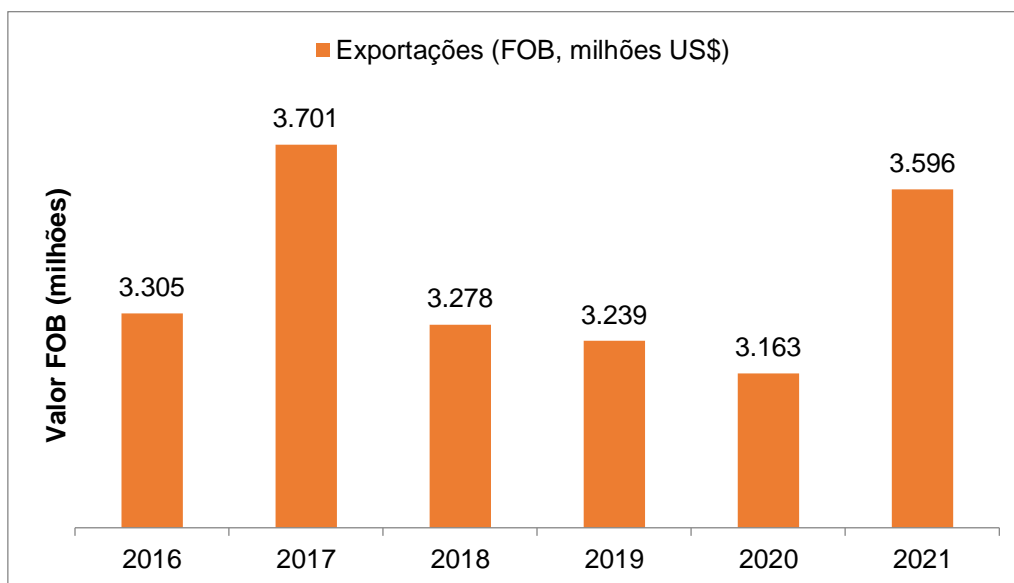
TERRITÓRIO DE IDENTIDADE	2021 (EM US\$ MILHÕES)	PART. (%)	2022 (EM US\$ MILHÕES)	PART. (%)	SALDO (2022 – 2021)	VAR (%)
RMS	3595,9	37,9%	6319,8	46,0%	2723,9	75,8%
BACIA DO RIO GRANDE	2738,4	28,8%	3978,4	29,0%	1240	45,3%
COSTA DO DESCOBRIMENTO	307,2	3,2%	381,3	2,8%	74,1	24,1%
PIEMONTE DA DIAMANTINA	329,9	3,5%	337,5	2,5%	7,6	2,3%
MÉDIO RIO DAS CONTAS	243,7	2,6%	330,5	2,4%	86,8	35,6%
SISAL	200,7	2,1%	268,8	2,0%	68,1	33,9%
BACIA DO RIO CORRENTE	247,5	2,6%	268,8	2,0%	21,3	8,6%
PIEMONTE NORTE DO ITAPICURU	229,9	2,4%	202,8	1,5%	-27,1	-11,8%
LITORAL SUL	300,1	3,2%	164	1,2%	-136,1	-45,4%
VALO DO JIQUIRIÇÁ	133,7	1,4%	159	1,2%	25,3	18,9%
PORTAL DO SERTÃO	138,2	1,5%	154,3	1,1%	16,1	11,6%
SERTÃO PRODUTIVO	150,1	1,6%	134	1,0%	-16,1	-10,7%
RECÔNCAVO	74,4	0,8%	113,3	0,8%	38,9	52,3%
SUDOESTE BAIANO	45,5	0,5%	94,2	0,7%	48,7	107,0%
SERTÃO DO SÃO FRANCISCO	77,4	0,8%	79,8	0,6%	2,4	3,1%
DEMAIS	133,2	1,4%	131,7	1,0%	-1,5	-1,1%
TOTAL	9496,3	100,0%	13729,1	100,0%	4232,9	44,6%

Fonte: FIEB, Relatório de acompanhamento do comércio exterior da Bahia – Raceb, 2023.

O estado da Bahia possui 417 municípios, dos quais apenas 138 (33%) participaram da pauta de exportação do estado em 2021. Os cinco municípios que mais exportaram foram: Luís Eduardo Magalhães (15,6%), Camaçari (15,4%), São Francisco do Conde (11%), Barreiras (6,5%) e Mucuri (5,4%), representam 55% do total exportado pelo estado, apontando para duas questões relevantes: a importância econômica do TI RMS e a vantagem econômica dos municípios próximos da RMS em termos de logística, encadeamento produtivo e acesso a mercados internacionais.

A importância econômica desta região pode ser analisada através das suas exportações, tanto em volume quanto em categorias de produtos. Para ter uma ideia mais clara do panorama econômico da RMS, o gráfico subsequente traz o volume de exportação para os últimos seis anos da RMS, captando o choque da pandemia, o que impactou as exportações em -2,35% entre 2019 e 2020.

Gráfico 14 – Volume de exportação da RMS, 2016-2021 (FOB US\$ milhões)

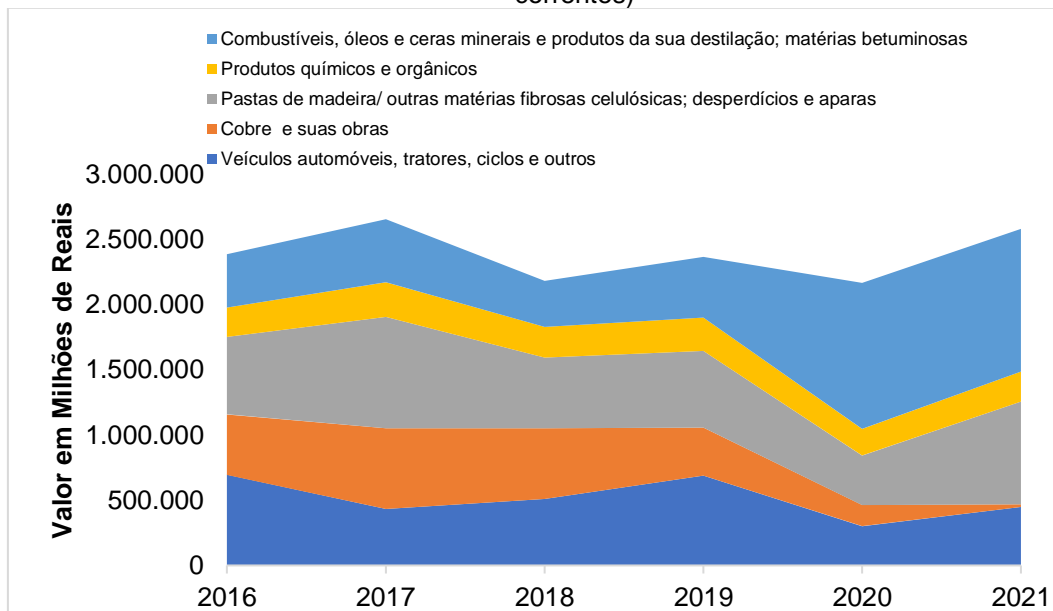


Fonte: Adaptado de Comexstat (2023)

Entre 2020 e 2021 houve um aumento de 13,6% nas exportações baianas, puxadas pelo petróleo e betuminosos (SH 2710), cobre e ligas de cobre (SH 7403), pasta química de madeira (SH 4702), ligas de ferro (SH 7202) e compostos de função nitrilo (SH 2926), muito utilizados na indústria de borrachados. Essas cinco categorias de produtos representaram 52% das

exportações da RMS em 2021. O gráfico a seguir aumenta o grau de precisão da pauta de exportação ao apresentá-la para os cinco principais produtos, entre 2017 e 2021, por valor de exportação Free on Board (FOB).

Gráfico 15 - Participação do Top 5 SH2 nas exportações da RMS, 2016-2021 (R\$ mil, preços correntes)



Fonte: Adaptado de Comexstat (2023).

Em termos de produto, observa-se a concentração da pauta de exportação em torno de três produtos: soja e derivados (cerca de 30%), cultivada sobretudo na TI Bacia do Rio Grande, petróleo e seus derivados (cerca de 15%), provenientes da Refinaria Landulpho Alves da Petrobras e da Braskem S/A em Camaçari, e de produtos químicos em geral (15%), produzidos pela Suzano em Mucuri, Bahia Specialty Cellulose S/A em Camaçari e Proquigel Química S/A em Candeias. Produtos de competitividade internacional, cuja cadeia produtiva é altamente concentrada em grandes produtores.

O cenário de internacionalização da Bahia é complexo, 95% das exportações são significativamente concentradas em um grupo de grandes empreendimentos como Acelem; Grupo Suzano (papel e celulose); Braskem (petroquímicos). No segmento de Soja e de Minérios, igualmente, a participação das micro e pequenas fica a desejar, mesmo voltadas para fruticultura, os quais são mais expressivas em quantidade de exportadores. Os pequenos negócios possuem números ínfimos quando comparados aos grandes empreendimentos.

Assim, há necessidade de ações do governo do estado para reduzir a concentração do comércio exterior baiano. Nesse sentido, existem práticas de destaque, realizadas pelo Centro Internacional de Negócios (CIN), braço da Fieb voltada à internacionalização de negócio. Muitas das empresas que recebem suporte do CIN operam em baixo volume, mas há uma quantidade significativa de empresas seguindo este caminho. Há também as empresas que participam como terceirizadas ou subcontratadas, servindo de apoio ou suporte às demais, criando uma cadeia produtiva voltada à internacionalização. Em virtude disso, nasceram ações que visam auxiliar pequenas empresas com produtos diferenciados e com maior valor agregado (ligado à origem, condições de produção etc.) e com vínculo territorial.

Internacionalização – Limites e Desafios

Avaliando o panorama no estado sobre o cenário de internacionalização, entende-se que faltam linhas de financiamento voltadas às micro e pequenas empresas para que consigam exportar. Não há uma política nacional voltada à exportação por meio de financiamentos. Assim, apenas grandes empresas conseguem acessar linhas de crédito, e as linhas que existem nos principais bancos de fomento não conseguem ser efetivas, por envolver questões como o pedido de garantia em valores similares ao do crédito. Além disso, a participação das empresas menores em feiras internacionais depende muito de recursos que não são acessíveis aos pequenos negócios.

Os desafios enfrentados pelos pequenos negócios na dinâmica de exportação dialogam com a presença de multinacionais brasileiras e estrangeiras na Bahia que concentram a exportação de produtos com alta demanda exterior. A ausência de uma linha de crédito pública, que pratique uma taxa solidária de financiamento, além da baixa propagação de valorização dos produtos ligados aos territórios baianos, contribuem para a baixa expressão do pequeno negócio no mercado internacional.

A indicação geográfica baiana já vem sendo utilizada para fomento da economia local no cenário internacional, conforme é possível notar a partir da tabela subsequente.

Quadro 3 – Lista de Indicações Geográficas de Procedência (IGP) reconhecidas na Bahia

Gentílico	UF	Produto	Requerente
Vale do Submédio do São Francisco	PE/BA	Uvas de Mesa e Manga	Conselho da União das Ass. e Coop. dos Produtores de Uvas de Mesa e Mangas do Vale do Submédio São Francisco
Microrregião Abaíra	BA	Aguardente de Cana do Tipo Cachaça	Associação dos Produtores de Aguardente de Qualidade da Microrregião Abaíra
Sul da Bahia	BA	Amêndoas de cacau (<i>Theobroma cacao L.</i>)	Associação dos Produtores de Cacau do Sul da Bahia
Oeste da Bahia	BA	Café verde em grãos, da espécie <i>Coffea arábica</i> .	Associação dos Cafeicultores do Oeste da Bahia
Vale do São Francisco	PE/BA	Vinho fino, vinho nobre, espumante natural e vinho moscatel espumante.	Instituto do Vinho do Vale do São Francisco

Fonte: Adaptado de INPI (2023).

É fundamental realizar ações para os pequenos, pois os grandes conseguem se sustentar e inserir nas dinâmicas globais de forma autossuficiente. A valorização dos TIs pode servir como um ponto de promoção da Bahia. Os grandes mercados já estão ocupados por grandes empresas. Os pequenos negócios podem se colocar de outra forma, vinculado à sustentabilidade e à promoção de selos locais. Há uma série de oportunidades para pequenos produtores rurais, pequenas indústrias e para a agricultura familiar. Nessa seara, o associativismo pode potencializar ainda mais as produções, trazendo escala e ganhos de competitividade.

Os pequenos negócios respondem por cerca de 44% das empresas exportadoras no Brasil, captando apenas 25% do total exportado. Na Bahia, estima-se que os pequenos negócios captam cerca de 10% do valor total exportado. Propõe-se que ações conjuntas da CIN, Sebrae e lideranças empresariais constituam uma linha de frente que ataque as dificuldades enfrentadas pelos pequenos negócios cujos produtos se enquadrem em selos nacionais e internacionais de qualidade do território, dando à pauta de

exportação baiano um caráter único, priorizado pelas vantagens comparativas locais.

Com acesso a crédito e um ambiente tributário mais propício, os pequenos negócios baianos possuem potencial de crescer no mercado internacional, ainda que não pela sua escala, mas pela qualidade de seus produtos e a origem destes. Atualmente, a pauta de exportação baiana é altamente concentrada em torno de poucos produtos, não promovendo o desenvolvimento local, nem a integração da agricultura familiar, do cooperativismo e das pequenas indústrias. Esses tópicos não são exclusivos do grupo de internacionalização, a dinamização da economia da Bahia passa pela retomada de algumas diversas linhas de ações apontadas em outros grupos focais.

Além de um olhar diferenciado para os aspectos relacionados à burocracia, tributação e acesso à crédito é também importante oferecer aos potenciais exportadores e aos que já exportam, em especial do segmento das MPEs, ferramentas inovadoras que os habilitem a adaptarem seus modelos de negócios para as novas exigências dos mercados globais.

Internacionalização - Linhas de Ações

1. Planejamento de longo prazo para a área de internacionalização, visando o desenvolvimento da cultura exportadora. A partir do desenvolvimento de planejamento para médio e longo prazo, a internacionalização passa a integrar o radar dos pequenos negócios que buscam oportunidades, impactando todas as cadeias produtivas baianas;
2. Potencializar e fortalecer iniciativas do Senai-BA: o SENAI CIMATEC conduz parcerias com institutos alemães. Em 2025, a Bahia será a sede do encontro empresarial Brasil x Alemanha, que ocorre há quase 50 anos. Assim, existem expectativas e ponto de promoção da economia da Bahia em escala nacional. A FIEB, em parceria com o Sebrae Bahia, possui uma área voltada para internacionalização, o Centro de Internacionalização de Negócios (CIN), vinculados à Confederação Nacional da Indústria(CNI), que presta auxílio para empresas que visam à internacionalização e tem atuado no estado especialmente nos segmentos de fumo, cacau, móveis , construção, têxteis, móveis e decoração, higiene pessoal, perfumaria e cosméticos ;

3. Dar visibilidade aos programas de Identificação Geográfica (IG) como forma de promover a competitividade dos pequenos negócios exportadores e de agregar valor a produtos agrícolas e industriais. A indicação geográfica baiana já vem sendo utilizada para fomento da economia local no cenário internacional. Ações deste tipo têm capacidade de valorização de outros TIs para além dos tradicionais exportadores;
4. Definição de uma linha de crédito específica para cada grupo de produtos (SH2, SH4, NCM)⁹, concedendo especial atenção às demandas das cooperativas locais;
5. Criação de uma força tarefa junto à CIN, Sebrae Bahia Governo da Bahia para discutir a redução da tributação sobre a exportação dos pequenos negócios, reforma tributária para aumento da competitividade do estado por meio de um plano de redução na arrecadação de alguns tributos e da melhoria do ambiente tributário para produtores voltados para exportação, garantindo a continuidade dos pequenos negócios;
6. Investimento no branding e promoção dos produtos feitos na Bahia e com reconhecimento nacional, como, dentre outros exemplos, o cacau, o café, o vinho, a música, a gastronomia regional etc., como forma de promover o estado e suas diversas cadeias produtivas;
7. Facilitar o *softlanding* dos produtos baianos no exterior, criando um programa de valorização do território, criação de *business planes* sólidos e métricas de produtividade realistas para a efetivação da exportação;
8. Habilitar as MPEs incorporarem processos inovativos para adaptarem seus modelos de negócios às novas exigências dos mercados globais/

⁹ Códigos e descrições do Sistema harmonizado SH2 e SH4 do MDIC: (1) Ferro fundido, ferro e aço (SH2 72), (2) Açúcares e produtos de confeitaria (SH2 17). (3) Outros metais comuns; ceramais (cermets); obras dessas matérias (SH2 81). (4) Carnes e miudezas, comestíveis (SH2 2). (5) Soja, mesmo triturada (SH4 1201). (6) Produtos químicos inorgânicos; compostos inorgânicos ou orgânicos de metais preciosos, de elementos radioativos, de metais das terras raras ou de isótopos (SH2 28). (7) Reatores nucleares, caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos, e suas partes (SH2 84). (8) Madeira, carvão vegetal e obras de madeira (SH2 44). A Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM) é uma terminologia utilizada em todas as operações de Comércio Exterior **entre** os países do Mercosul desde 1995 para toda mercadoria que circula no Brasil.

9. Participação dos pequenos negócios no Conselho do Comércio Exterior da FIEB, para se discutirem ações de forma efetiva.

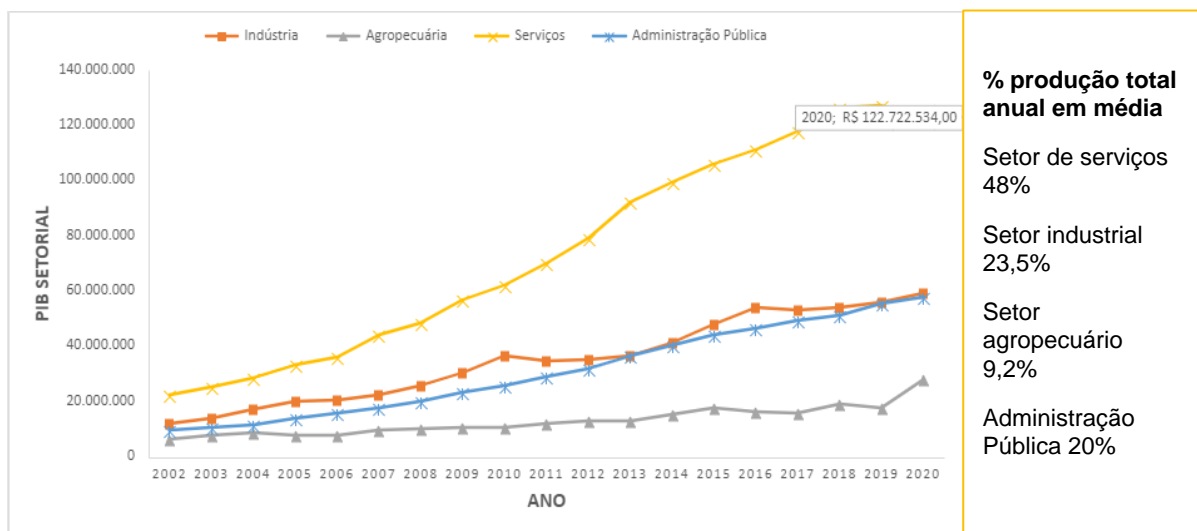
Capítulo II – Aspectos Setoriais

Breve Análise do PIB Baiano

Breve Análise da Evolução do PIB

O Estado da Bahia é predominantemente focado em comércio e serviços, com uma faceta descendente do setor primário e com a participação industrial com baixo crescimento. A parcela da administração pública permanece, em média, 20% do total do PIB, aproximando-se da parcela industrial (23,5%), o que afeta a produtividade estrutural da economia baiana, vide a baixa eficiência do setor público e sua limitada capacidade de criar empregos sustentáveis e dinâmicos.

Gráfico 16 – Evolução macrossegmentos do PIB da Bahia, 2002-2020 (R\$ milhares, líquido de imposto).



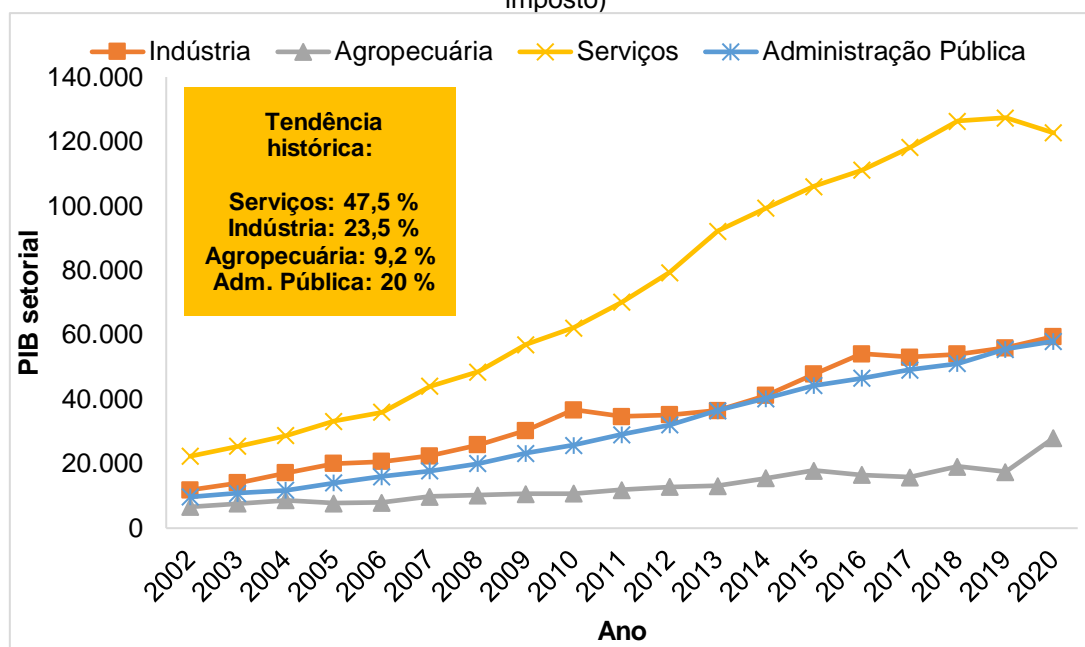
Fonte: partir de Sidra/IBGE (2023).

A concentração das atividades econômicas de alto valor agregado na RMS e nos outros TI da zona litorânea do estado (Extremo Sul, Litoral Sul e Costa do Descobrimento) revelam que políticas de interiorização econômica, implementadas ao longo dessa década tiveram, baixa eficácia sobre emprego e renda nos demais territórios que apresentam menor dinamismo econômico. Esforços direcionados para a compreensão das aglomerações produtivas existentes em cada região do território baiano sugerem que a falta de conexão produtiva entre as regiões e a baixa diversidade produtiva que há na maioria dos

TIs baianas são parcialmente causadas pela ineficácia das políticas de interiorização praticadas ao longo de décadas.

Acompanhando a predominância da participação relativa do setor terciário da economia brasileira, ao longo da década o setor de serviços representou, em média, 48% da produção total anual. Em 2002, essa taxa era de 44%, já em 2020, de 46%. O macrosssegmento industrial respondeu, em média, por 23,5% do PIB, e o setor agropecuário por 9,2%, restando 20% para o setor da administração pública.

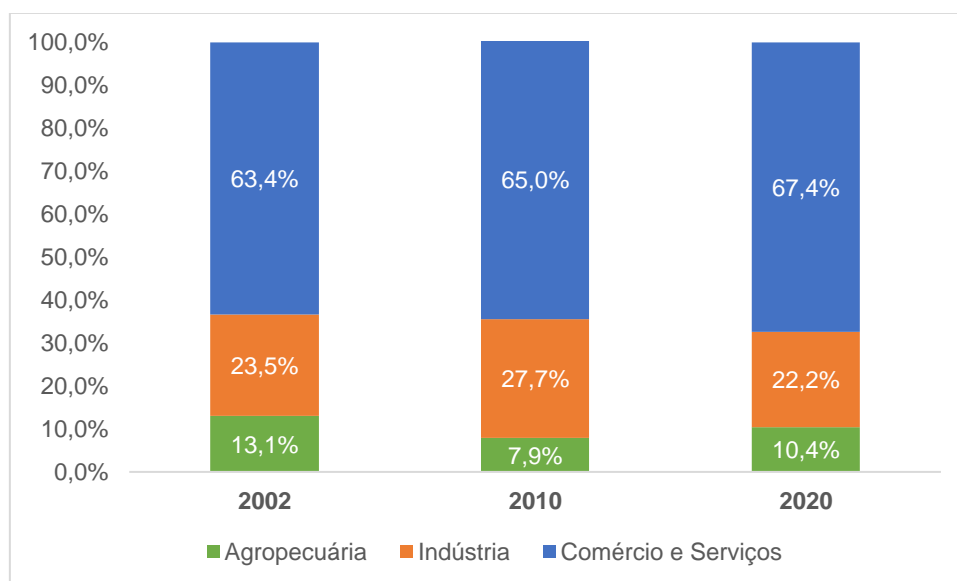
Gráfico 17 – Evolução macrosssegmentos do PIB, 2002-2020 – Bahia (R\$ milhões, líquido de imposto)



Fonte: Adaptado de Sidra/IBGE (2023).

Somando-se os macrosssegmentos Comércio e Serviços à Administração Pública, essa participação se eleva para, em média, 65%, conforme demonstrado no Infográfico a seguir.

Gráfico 18 – Participação dos grandes setores na economia baiana (PIB)



Fonte: adaptado de infoBahia, SEI (2023).

A presença relevante da Administração Pública na formação do PIB do estado está também atrelada às características do mercado de trabalho local, conforme se apresenta na figura a seguir. Posiciona-se como segundo maior contratante de postos de trabalho após o setor de serviços, além de proporcionar remunerações acima da média de todos os demais setores, conforme comentado adiante.

Figura 7 – Infográfico – Mercado de Trabalho na Bahia – 2021



Fonte: adaptado de infoBahia, SEI (2023).

Dados obtidos no Infovis da SEI Bahia informavam que, em 2021, enquanto a remuneração nominal média do setor público federal correspondia a R\$ 10.435,26, do setor público estadual R\$ 6.318,16, a das entidades empresas privadas correspondia a R\$ 1.974,95. Conforme se observa na tabela a seguir.

Tabela 21 – Estoque e remuneração nominal média de empregos formais conforme natureza jurídica do vínculo - 2021

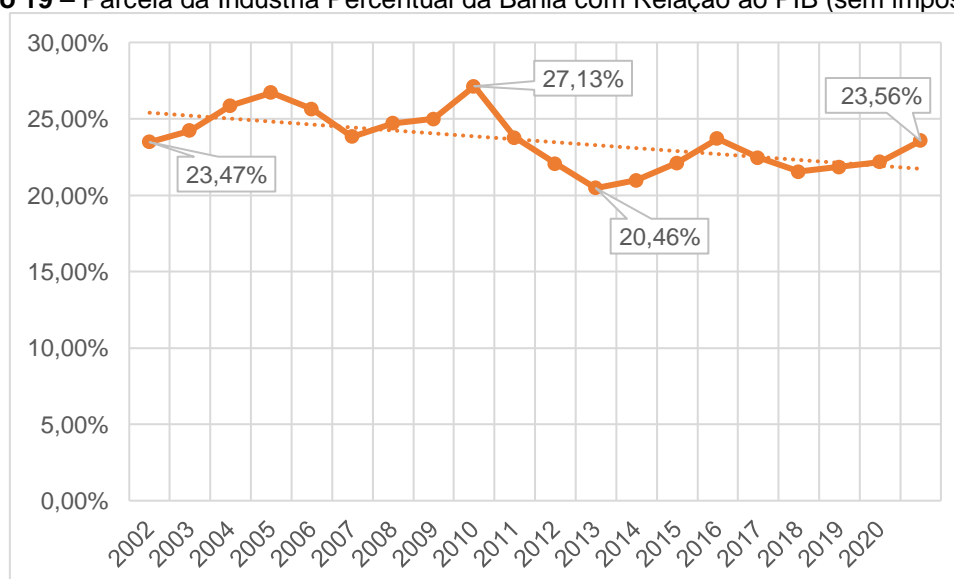
NATUREZA JURÍDICA	ESTOQUE	VARIÇÃO ABSOLUTA	VARIÇÃO RELATIVA (%)	REMUNERAÇÃO MÉDIA (R\$)
SETOR PÚBLICO FEDERAL	28.612	- 3.558	- 11,06	10.435,26
SETOR PÚBLICO ESTADUAL	141.988	176	0,12	6.318,16
SETOR PÚBLICO MUNICIPAL	470.538	75.885	19,23	2.752,94
SETOR PÚBLICO - OUTROS	1.144	157	15,91	4.068,10
ENTIDADES EMPRESA ESTATAL	27.916	- 1.294	- 4,43	8.956,68
ENTIDADES EMPRESA PRIVADA	1.472.299	102.938	7,52	1.974,95
ENTIDADES SEM FINS LUCRATIVOS	153.804	- 214	- 0,14	252.384,00
PESSOA FÍSICA E OUTRAS ORGANIZAÇÕES LEGAIS	56.897	2.920	5,41	1.599,07

Fonte: Adaptado de MTE RAIS (2023).

Evolução da Indústria

A indústria da Bahia tem correspondido, em média, a 23,5% do PIB, variação histórica que pode ser identificada no gráfico posterior. De 2010 a 2019, o setor industrial passou de 27,1% para 21,8% do PIB do Estado da Bahia, ou seja, uma perda de 5,3 p.p em apenas 9 anos. Para ter uma ideia, entre 2010 e 2021, enquanto a indústria de transformação brasileira caiu 11,9%, a atividade industrial baiana encolheu 25,2%, o que denota os problemas que vem enfrentando. Deve-se observar que esses dados incluem o fechamento da Ford, que colaborou para uma queda da produção da ordem de 14,3% no ano passado, enquanto a indústria brasileira registrou um crescimento de 4,3% nesse indicador (FETRABASE; FAEB, Fecomércio-BA e FIEB, 2022).

Gráfico 19 – Parcela da Indústria Percentual da Bahia com Relação ao PIB (sem impostos)

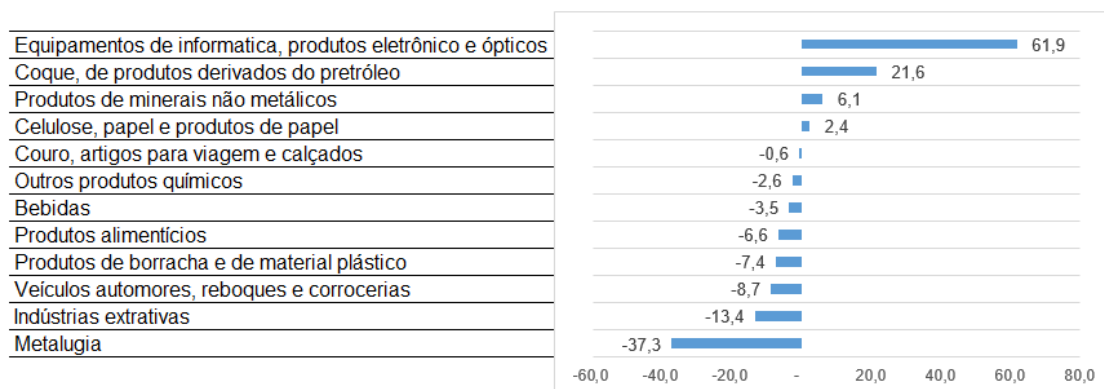


Fonte: Adaptado de IBGE (2023)

A partir de informações publicadas no Relatório da Pesquisa Industrial Mensal da SEI em dezembro de 2022, a produção industrial (transformação e extrativa mineral) da Bahia, ajustada sazonalmente, registrou queda de 0,6% diante do mês imediatamente anterior, após ter registrado avanço em novembro com taxa de 3,6%. Na comparação com igual mês do ano anterior, a indústria baiana assinalou queda de 8,1%. No período de janeiro a dezembro de 2022, o setor industrial acumulou taxa positiva de 2,4%, em relação ao mesmo período do ano anterior (SEI, 2023)

Ainda de acordo com o respectivo documento, o setor de Derivados de petróleo (-10,2%) registrou a maior contribuição negativa, devido à queda na produção de gasolina, óleo diesel e parafina. Outros segmentos que registraram decréscimo foram: Produtos químicos (-10,2%), Metalurgia (-31,8%), Extrativa (-16,7%), Borracha e de material plástico (-18,1%), Couro, artigos para viagem e calçados (-18,6%) e Equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos (-28,2%). O setor de Veículos registrou variação nula no mês. Por sua vez, o segmento de Celulose, papel e produtos de papel (8,1%) exerceu a principal influência positiva no período, explicada especialmente pela maior fabricação de pasta química de madeira, caixas de papelão ondulado e papel para escrita e impressão. Outros resultados positivos no indicador foram observados nos segmentos de Produtos alimentícios (3,2%), Minerais não metálicos (5,6%) e Bebidas (2,3%).

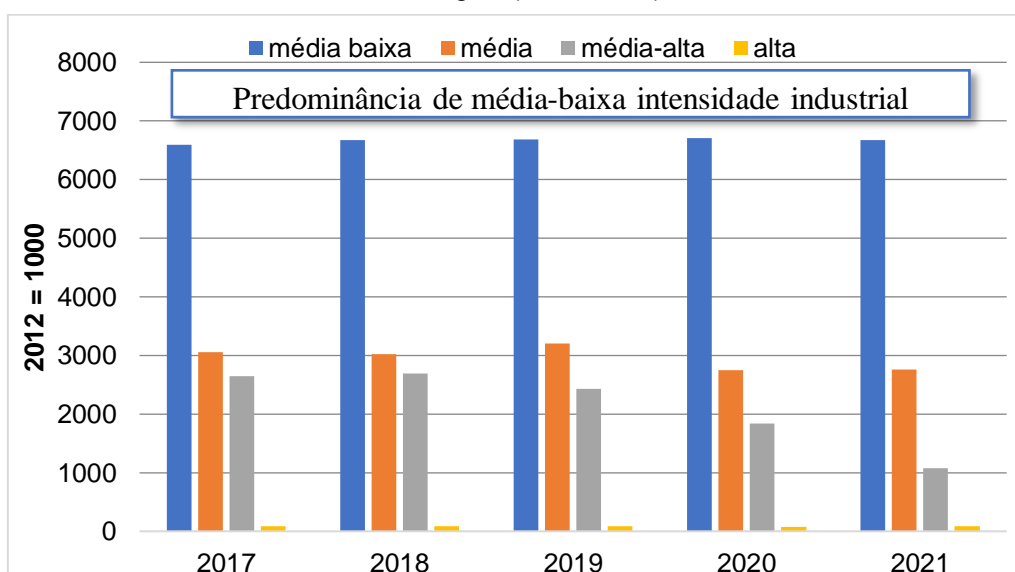
Gráfico 20 – Gêneros da indústria geral – Bahia – Jan./Dez. 2022 (comparativo percentual)



Fonte: Adaptado de dados SEI (2022).

Segundo a metodologia de divisão setorial da indústria por intensidade tecnológica proposta por Hatzichronoglou (1997) e adotada pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), a indústria da Bahia pode ser caracterizada, como consta no gráfico subsequente, pela predominância de uma indústria de transformação de média-baixa intensidade industrial, o que sugere uma estrutura produtiva intensiva em mão de obra, com menor penetração da tecnologia. As indústrias de média e média-alta intensidade decresceram nos últimos anos.

Gráfico 21 – Produção da Indústria de Transformação e Extrativa da Bahia por intensidade tecnológica (2012 = 100).



Fonte: Adaptado de Sidra-IBGE (2023).

Para melhor explorar a ideia de intensidade tecnológica, apresenta-se, no quadro a seguir, a classificação dos segmentos da indústria conforme intensidade tecnológica, o que leva a inferir uma presença mais intensa dos segmentos ligados à Indústria extrativa e na indústria de transformação: fabricação de produtos têxteis; preparação de couro e fabricação de artefatos de couro, artigos para viagem e calçados; fabricação de celulose, papel e produtos de papel; fabricação de produtos alimentícios, bebidas e fumo; confecção de artigos do vestuário e acessórios; fabricação de produtos de metal; fabricação de coque, de produtos derivados de petróleo e de biocombustíveis; fabricação de móveis; fabricação de produtos de madeira Impressão e reprodução de gravações.

Quadro 4 – Classificação dos segmentos da Indústria Geral da por intensidade tecnológica

Classificação das Atividades da Indústria Geral por Intensidade em P&D (Tecnológica)		
Alta	Indústria de Transformação	Fabricação de aeronaves
		Fabricação de farmoquímicos e farmacêuticos
		Fabricação de equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos
	Serviços	Publicação de programas de informática
		Pesquisa e desenvolvimento científico
Média-Alta	Indústria de Transformação	Fabricação de equipamento bélico pesado, armas e munição
		Fabricação de veículos automotores, reboques e carrocerias
		Fabricação de instrumentos e materiais para uso médico e odontológico e de artigos ópticos
		Fabricação de máquinas e equipamentos
		Fabricação de produtos químicos
		Fabricação de máquinas, aparelhos e materiais elétricos
		Fabricação de veículos ferroviários, de veículos militares de combate e de equipamentos de transporte não especificados
	Serviços	Atividades de serviços de tecnologia da informação e de prestação de serviços de informação
Média	Indústria de Transformação	Fabricação de produtos de borracha e de material plástico
		Construção de embarcações
		Fabricação de produtos diversos
		Fabricação de produtos de minerais não metálicos
		Metalurgia
		Manutenção, reparação e instalação de máquinas e equipamentos

Média-baixa	Indústria de Transformação	Fabricação de produtos têxteis
		Preparação de couro e fabricação de artefatos de couro, artigos para viagem e calçados
		Fabricação de celulose, papel e produtos de papel
		Fabricação de produtos alimentícios, bebidas e fumo
		Confecção de artigos do vestuário e acessórios
		Fabricação de produtos de metal
		Fabricação de coque, de produtos derivados de petróleo e de biocombustíveis
		Fabricação de móveis
		Fabricação de produtos de madeira
		Impressão e reprodução de gravações
	Indústria Extrativa	

Fonte: Valor & Foco - Adaptado de Hatzichronoglou (1997).

Limites e Desafios para a Indústria Baiana

Nota-se uma tendência clara de queda da indústria de médio-alto grau de tecnologia, bem como dificuldade para o encadeamento produtivo dos produtos semiacabados que servem de insumo para as indústrias petroquímicas e automobilísticas, além da presença relevante da indústria de média-baixa intensidade caracterizada por uma relação capital/trabalho baixa, dependendo muito do preço de mercado para serem economicamente viáveis e competitivos.

Boa parte da produção industrial do estado se volta à exportação, por meio de grandes empresas. Os principais produtos são decorrentes da extração de petróleo e subprodutos decorrentes da extração (petroquímicos); soja e derivados, e papel e celulose. Contudo, o centro decisório das grandes indústrias não está localizado na Bahia, não se expressando interesse no encadeamento produtivo, tampouco no desenvolvimento local. Isso se traduz na dependência econômica de empresas muito grandes e em baixo número.

Identifica-se, também, a falta de associativismo entre os pequenos empreendimentos da indústria. Voltando-se para os setores mais tradicionais da indústria da Bahia, itens vinculados à higiene pessoal, perfumaria e cosméticos são produzidos e consumidos na Bahia, ainda que sem a escala necessária para abastecer a demanda do estado. Constatou-se que muito do que é comercializado na Bahia, em termos de produtos de consumo cotidiano, não são produzidos no estado, os supermercados baianos não vendem produtos baianos. Dessa forma, o consumo baiano não se traduz no desenvolvimento do consumo local, o que configura uma enorme oportunidade de desenvolvimento.

Qualquer planejamento orientado para os setores produtivos, em especial a indústria, mais intensa em conhecimento e tecnologia, deve considerar a formação educacional, e o cenário atual é de evasão de gente qualificada. A educação é determinante para se falar em desenvolvimento no estado, do ensino básico ao superior.

Ressalta-se a necessidade de uma logística moderna e ágil para o estado, ampliar o aporte de recursos para inovação e investimentos em infraestrutura de banda larga. É necessário olhar também para as novas indústrias de bens estratégicos e verdes (FETRABASE; FAEB; Fecomércio-BA; e FIEB – 2022). Visando expandir essas avaliações e traduzi-las em ações possíveis ao Governo do Estado, serão apresentadas atividades industriais em regiões de destaque, de forma a compor com um olhar especial aos pequenos negócios.

Priorização dos Pequenos Negócios Industriais nos Territórios de Identidade

Foi realizado um estudo que visa analisar atividades industriais com potencial e já dispersas pelo estado. Análise cujo produto principal é o Índice de Priorização (IP) para os Territórios de Identidade (TI) da Bahia. O índice se desenvolve em dois níveis: primeiro, avalia-se quais são os principais TIs em cada um dos macrossetores econômicos: indústria, agricultura e comércio e serviços; no segundo nível, avalia-se as atividades principais do setor naquele território de identidade definido. A exemplo dos quadros a seguir:

Quadro 5 – Priorização Territorial

Variáveis	Micro Empresas	EPP	Emp. Médio Porte	Emp. Grande Porte	Empregos Gerados	VA ao PIB	R
-----------	----------------	-----	------------------	-------------------	------------------	-----------	---

Peso da Variável	9	9	1	1	3	9	
Território de Identidade	Número de Empresas	Número de Empresas	Número de Empresas	Número de Empresas	Número de Emprego	Valor Adicionado	

Fonte: Desenvolvido por Valor & Foco (2023).

Quadro 6 – Priorização de Atividades

Variáveis	Micro Empresas	EPP	Emp. Médio Porte	Emp. Grande Porte	Empregos Gerados	Resultado
Peso da Variável	9	9	1	1	3	Soma
Atividades	Número de Empresas	Número de Empresas	Número de Empresas	Número de Empresas	Número de Emprego	Soma

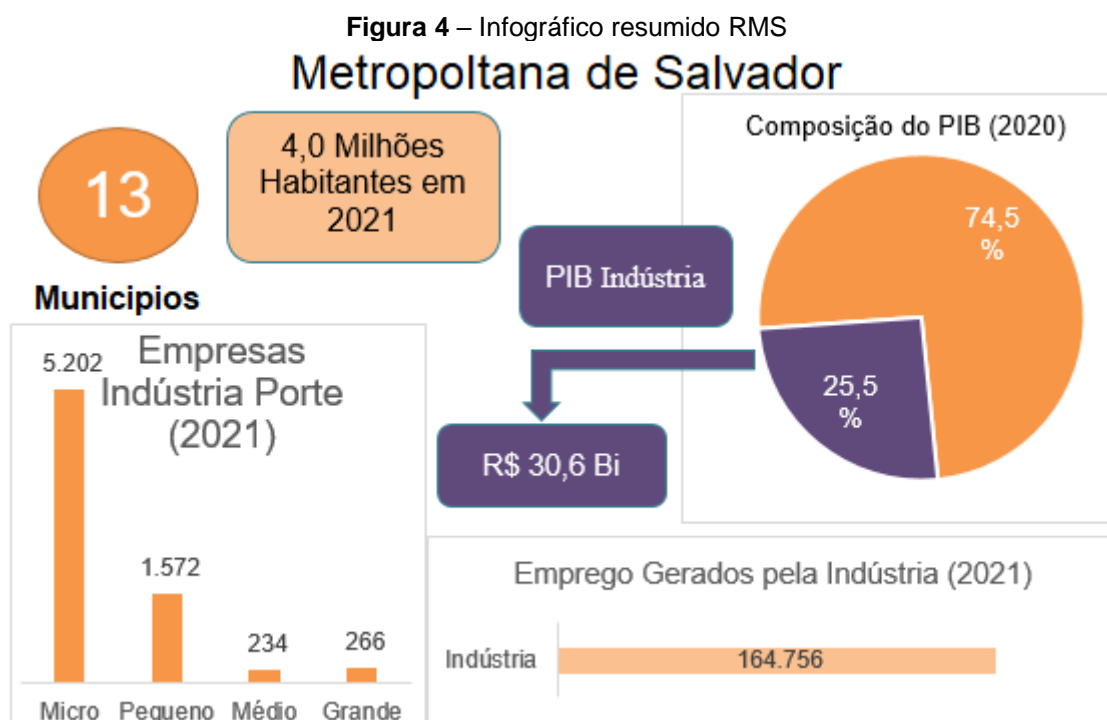
Fonte: Desenvolvido por Valor & Foco (2023).

A priorização se baseia em dados secundários do número de empresas por porte, o número de empregos gerados e tamanho do valor adicionado ao PIB, resultando em uma média ponderada para cada uma destas variáveis. Para avaliar as atividades da indústria, utilizou-se o número de empresas por porte e o número de empregos gerados pelo setor naquele TI, considerando-se o ano de 2020, o mais recente da série de dados da RAIS (Relação Anual de Informações Sociais).

A média ponderada apresentou os pesos de 1, 3 e 9; a presença de empresas micro e pequenas em empreendimentos industriais recebe um peso 9, o número de empregos totais no ano de 2020 um peso 3 e o número de empresas de médio e grande porte, peso 1. O resultado foi computado, considerando a junção destas variáveis e resultou em um ranqueamento dos 27 TI da Bahia, cuja primeira colocação industrial foi ocupada pela RMS. Importante informar que os 03 territórios de identidade, a seguir apresentados, correspondem 58,6% do PIB da indústria da Bahia.

Região Metropolitana de Salvador

Observando apenas o nível do TI em questão, e especialmente o segmento industrial¹⁰, a RMS é notória no estado pela participação deste macro setor no PIB.



Fonte: Adaptado de Sidra-IBGE (2022, 2023).

O índice de priorização revelou que as principais indústrias da RMS estão ligadas à construção, infraestrutura e indústria de alimentos. Os cinco principais CNAE foram:

1. Construção de Edifícios;
2. Fabricação de Produtos de Padaria e Confeitaria com Predominância de Produção Própria;
3. Instalação e Manutenção Elétrica;
4. Incorporação de Empreendimentos Imobiliários;
5. Obras de engenharia;
6. Construção de Rodovias e Ferrovias.

Na RMS, aparece com destaque atividades ligadas à construção civil e a obras de infraestrutura. Esse tipo de atividade demonstra um alto número de

¹⁰ Para entender melhor o setor industrial da TI foi utilizado o mesmo critério de priorização, mas levando em consideração os dados RAIS com os CNAE que mais apresentavam pequenos negócios e que apresentavam saldo de empregos mais positivo.

micro e pequenos negócios, ao mesmo tempo responsáveis por uma parcela significativa dos empregos formais na região. A predominância de atividades da construção civil e da infraestrutura entre os pequenos negócios ressalta uma realidade que vem se consolidando nos últimos anos. As pequenas empresas na construção representam prestadores de serviços para as grandes empresas do setor. São empresas que saíram da própria construção, como parte do processo de terceirização. A pesquisa que embasa esta visão vem da Câmara Brasileira da Indústria da Construção, e indica um ambiente de intensa competitividade em que a formalização é peça-chave. Outro fator relevante para estes empreendimentos é o aperfeiçoamento das empresas, seja em modelo de gestão, seja em tecnologia.

A indústria de alimentos identificada na região metropolitana ressalta o potencial para produção e consumo local. Predominantemente marcada pelos pequenos negócios, essas fábricas de produtos de padaria e confeitaria empregam um contingente significativo de pessoas. A pesquisa do Sebrae/BA de 2017 “Indústria: Panificação”, reforça que os potenciais do segmento são grandes, mas é preciso aproveitar as oportunidades e inovar, seja em produtos, embalagens, processos e equipamentos. Nesse sentido, o Governo do Estado deve atuar na promoção de um ambiente de negócios mais favorável e no encadeamento produtivo.

A importância da economia de Salvador e da região metropolitana decorre dos incentivos fiscais e dos seus arranjos produtivos, indicando a necessidade de criar políticas específicas para atrair alguns vetores da economia, dentre eles: as cadeias de logística, infraestrutura e transporte (PESSOTI et al., 2022). Dessa maneira, espera-se estimular uma economia mais robusta e integrada, que potencialize vetores locais com vantagens competitivas, possibilitando gerar um ciclo sustentável de crescimento e uma rápida retomada no nível das atividades.

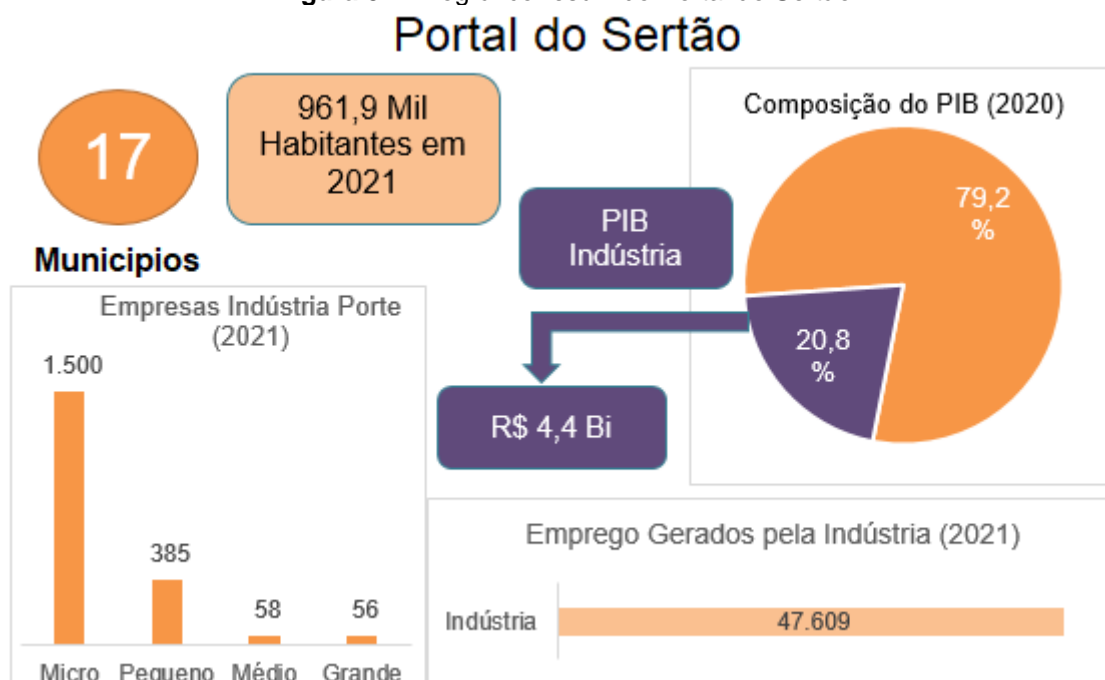
Torna-se relevante acrescentar informações complementares sobre a TI RMS, pois é o principal polo econômico do estado e principal responsável pelas exportações do Estado, que, captando o choque da pandemia, reduziu as exportações em -2,35% entre 2019 e 2020. Entretanto, entre 2020 e 2021 houve um aumento de 13,6%, puxadas pelo petróleo e betuminosos. Enquanto se observava o crescimento do setor petrolífero, ocorre a diminuição da participação

dos automóveis de passageiros e outros veículos nas exportações, vide o fechamento da fábrica da Ford em Camaçari, no início de 2021. Apesar do fechamento da fábrica, a cadeia de suprimentos de serviços intermediários ainda existe na região, se bem que em rápido declínio nos últimos dois anos. Espera-se que em 2023 uma empresa chinesa de carros elétricos se instale na região, estabelecendo três fábricas no antigo complexo industrial da Ford. A revitalização da produção e montagem de veículos naquela região resgataria parte de um produto importante para a economia local, recuperando empregos, diminuindo a informalidade e diversificando a economia local.

Portal do Sertão

A TI é constituída por 17 municípios e conta com a segunda maior cidade do estado, considerada a “capital do interior”, Feira de Santana. O Portal do Sertão apresenta 1.999 empresas no setor industrial, destas 1.500 são micro e 385 são pequenas. O setor industrial representa mais de 47 mil empregos na TI e um PIB de mais de R\$ 4,4 bilhões.

Figura 5 – Infográfico resumido Portal do Sertão



Fonte: Adaptado de Sidra-IBGE (2023).

A constituição da indústria do TI Portal do Sertão conta com a predominância da Construção Civil. Em segundo lugar, aparece a indústria de Fabricação de Móveis com predominância de madeira, cuja importância na região se traduz em cerca de 3% dos empregos. Em terceiro lugar, aparecem as Indústrias de “Confecção de Peças de Vestuário, exceto Roupas Íntimas e as Confecções sob medida”, ficando em terceiro pelo baixo número de empresas, destacando-se pelo número de empregos, representa cerca de 16% dos empregos industriais da região. No quarto lugar aparecem as Empresas de Embalagens de Material Plástico e em quinto as Confecções de Roupas íntimas.

O TI aponta para um cenário regional voltado aos bens de consumo, tanto duráveis como semiduráveis. Como a priorização favorece os setores com predominância de pequenos negócios, é possível pensar no Portal do Sertão como um polo de PME ofertante de bens de consumo para o resto da Bahia, sendo favorecido por sua posição geográfica.

Explorar as necessidades internas do estado e a difusão dos produtos citados anteriormente pode gerar ainda mais benefícios para a região. A proximidade com Salvador favorece o acesso a um mercado com alto número de consumidores e à matéria-prima necessária, especialmente para a indústria plástica. O potencial do encadeamento produtivo da região pode ser explorado ao se propor um diálogo entre a produção de madeira e o fomento da indústria moveleira do Portal do Sertão e entre envolvidos na indústria de plástico local, abastecendo as necessidades locais e regionais, como indústrias panificadoras apresentadas como prioridade na RMS.

A base da produção no Portal do Sertão ainda não possui eco na pauta de exportação do estado, logo as ações deveriam se voltar para o consumo interno, especialmente de circulação estadual. O encadeamento produtivo seria factível, tendo em vista o potencial dos produtos resultantes e o acesso a grandes mercados consumidores.

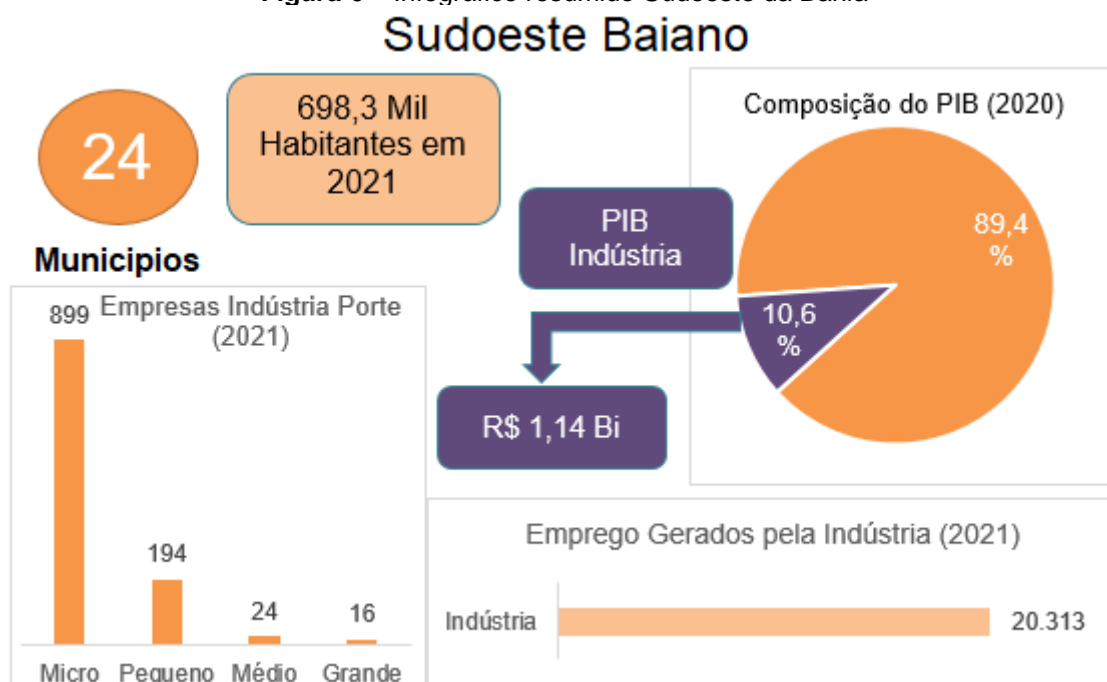
Ao que se expande o ranking de CNAE do TI Portal do Sertão até décimo colocado, nota-se que ocorrem alguns encadeamentos regionais. A indústria de construção civil encontra eco na indústria de obras de alvenaria (sexto lugar no ranking de CNAE), indústria de artefatos e produtos de concreto, cimento e gesso (em sétimo lugar), artefatos de cerâmica e barro para uso na construção (oitavo lugar no ranking) e Fabricação de Esquadrias de Metal (décimo lugar).

Quando se observa o setor moveleiro, o encadeamento parece menor, com menos ligações a outras indústrias. Existem poucas serrarias e beneficiadoras de madeira e a fabricação de artefatos de madeira é incipiente, indicando que, apesar dos números expressivos, a competitividade não deve ser tão alta. As confecções parecem encontrar um cenário similar, com menos encadeamento industrial. O número de indústrias que poderiam servir como outros elos da cadeia apresenta números extremamente baixos, indicando uma dependência de insumos externos e da inserção em uma cadeia logística mais ampla.

Sudoeste da Bahia

Outra região de destaque no setor industrial do estado da Bahia é a do TI Sudoeste da Bahia, que congrega 24 municípios, destacando-se Vitória da Conquista. A conjunção de número de indústrias, número de empregos do setor industrial e PIB da indústria destacaram o Sudoeste Baiano. As micro e pequenas indústrias somam 1.093 das 1.133 indústrias do TI, ou seja, 96,5% das indústrias são pequenos negócios. O setor industrial gera mais de 20 mil empregos na região e movimenta mais de R\$ 1,14 bilhões no PIB industrial baiano.

Figura 6 – Infográfico resumido Sudoeste da Bahia



Fonte: Adaptado de Sidra-IBGE (2023).

Com uma predominância de PME, “construção de edifícios” aparece em primeiro lugar e em seguida aparece “incorporação imobiliária”. A Indústria de Construção de edifícios do Sudoeste Baiano é formada por pequenos negócios e congrega 8,16% dos empregados formais da indústria no TI. A Indústria de Confecção aparece em terceiro lugar, pois, além da expressiva presença de pequenos negócios, a geração de empregos é ainda mais alta, são 16,4% do total.

Do ponto de vista do encadeamento produtivo, o Sudoeste Baiano é ainda mais precário. O setor de construção é o que apresenta maior grau de integração, com um setor de instalação e manutenção elétrica (em quinto no ranking), obras de terraplanagem (em sexto) e fabricação de artefatos de cerâmica e barro (em oitavo lugar). Os demais CNAE que aparecem nas primeiras posições não encontram eco na produção dos três primeiros. O encadeamento produtivo de bens de consumo não parece bem sedimentado localmente e a construção não possui muitos elos. Apresenta-se uma cadeia industrial com uma matriz concentrada em indústrias de baixa complexidade. O fator de predominar os pequenos negócios indica um potencial empreendedor que com fomento pode se expandir e gerar uma cadeia local mais ampla.

Potencialidades para atuação junto às pequenas indústrias¹¹

Foram apresentadas as projeções decorrentes dos dados históricos da economia Bahia, para compor perspectivas para os próximos 4 anos. Para os três macrossetores, indústria, agricultura, comércio e serviços, serão avaliados os principais TIs explorados na análise retrospectiva e comparados aos TIs que obtiveram resultados menos significativos nestes setores

No cenário atual, os TIs da RMS, Portal do Sertão e o Sudoeste Baiano são os principais territórios industriais nos critérios adotados anteriormente.

¹¹ A apresentação dos 03 setores considerados com maiores potencialidades de dinamização nos Territórios de Identidade, para todos os setores produtivos analisados, não deixa de considerar outras atividades cujo potencial de desenvolvimento e apoio não se define apenas pela densidade empresarial, mas também pela presença de outros fatores dinamizadores como apoio de poderes públicos, protagonismos de lideranças empresariais e capacidade de inserção em mercados locais, institucionais, nacional e internacional.

Quadro 8 – IP Indústria

Priorizada	Menos Relevantes
RMS	Chapada Diamantina
Portal do Sertão	Velho Chico
Sudoeste Baiano	Irecê

Fonte: Elaborado a partir de dados MTE (2023).

Quadro 9 – IP Indústria Atividades

Priorizada	Principais Atividades	Potencial
RMS	<ul style="list-style-type: none"> • Construção de edifícios; • Fabricação de Produtos de Padaria e Confeitaria; • Instalação e manutenção elétrica. 	Desenvolvimento de construção; capacidade de produção de alimento para consumo local e expertise para expansão da infraestrutura.
Portal do Sertão	<ul style="list-style-type: none"> • Construção de edifícios; • Fabricação de móveis de madeira; • Confecção de peças de vestuários; • Fabricação de embalagens e materiais plásticos. 	Encadeamento com outras regiões produtoras do estado, como madeiras e algodoeira. Vantagem logística para acesso tanto do litoral como interior do estado para o fornecimento de móveis, plásticos e roupas.
Sudoeste Baiano	<ul style="list-style-type: none"> • Construção de edifícios; • Incorporação de empreendimentos Imobiliários; • Confecção de peças de vestuários. 	Indústria mais dispersa em um número maior de atividades, especialmente voltadas para construção e infraestrutura, o setor de confecção pode fomentar a circulação de produtos nos estados próximos.

Fonte: Elaborado por Valor&Foco (2023).

Indústria – Linhas de Ações

1. Alteração da lógica de exportação de matéria-prima, incluindo a produção local de produtos mais elaborados. A Bahia já exporta produtos com alto grau de competitividade, o próximo passo é a agregação de valor através da tecnologia;
2. Verticalização da produção petroquímica através do desenvolvimento do segmento de terceira geração;
3. Desenvolvimento do setor de autopeças no entorno do polo automobilístico, alavancando o consumo de resinas termoplásticas, tecidos e metais;
4. Parceria entre Secretaria de Desenvolvimento Econômico(SDE), Federação das Indústrias da Bahia (FIEB) e Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas da Bahia (Sebrae Bahia) para realizar estudos de mercado de viabilidade técnica e econômica para identificar segmentos produtivos e territórios com maiores potencialidades de inserção dos pequenos negócios,

inclusive aqueles ligados à economia solidária, na “nova economia do baixo carbono”;

5. Implementação de políticas públicas e tratamento diferenciado para as pequenas indústrias, contemplando: (a) diminuição da burocracia para abertura de negócios; (b) melhoria das condições de acesso a crédito; e (c) fomento aos segmentos com potencial de consumo local a exemplo de higiene pessoal, plásticos, perfumaria e cosméticos;
6. Programas de Integração Logística, por intermédio de projetos de revitalização e desenvolvimento dos portos, rodovias e competitividade logística, integração intermodal, envolvendo a questão portuária, rodoviária e a hidrovía do São Francisco;
7. Avaliação de investimentos no setor mineral, especialmente nas áreas centrais do estado, menos exploradas, incentivando a produção de manufaturados no setor de pedras ornamentais, bem como a ampliação das possibilidades de acesso às informações de mercado e a canais de comercialização mais sofisticados;
8. Criação de políticas mais efetivas de Ciência e Tecnologia da Informação, para garantir a permanência de mentes criativa no estado;
9. Dar maior transparência aos processos e estatísticas das compras públicas pela Secretaria de Administração do Governo do Estado, para estimular a melhor e maior inserção dos fornecedores locais, contribuindo assim para um aumento de suas escalas de produção e uma melhoria de qualidade, através de maiores níveis de exigência dos compradores;
10. Análise, pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico (SDE) dos dois principais polos agroindustriais do interior do estado (Barreiras, com a cadeia grãos / carne, e Juazeiro, com a fruticultura irrigada) tendo em vista, inclusive, as restrições de natureza logística ao seu desenvolvimento;
11. Parceria entre a Secretaria de Educação e o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial da Bahia para elevar a oferta de ensino profissionalizante aos setores industriais com maior presença de MPEs nos Territórios de Identidade do Estado da Bahia.
12. Parceria entre a Secretaria de Trabalho, Emprego e Renda (Setre) e Sebrae Bahia para elevar a formação de cultura empresarial e o fomento ao associativismo visando a densificação da malha industrial do estado (que

envolve todas as etapas desde a aquisição de matérias-primas até a produção e distribuição de produtos acabados);

13. Ampliar o aporte de recursos para investimentos inovação tecnológica e em infraestrutura de banda larga.

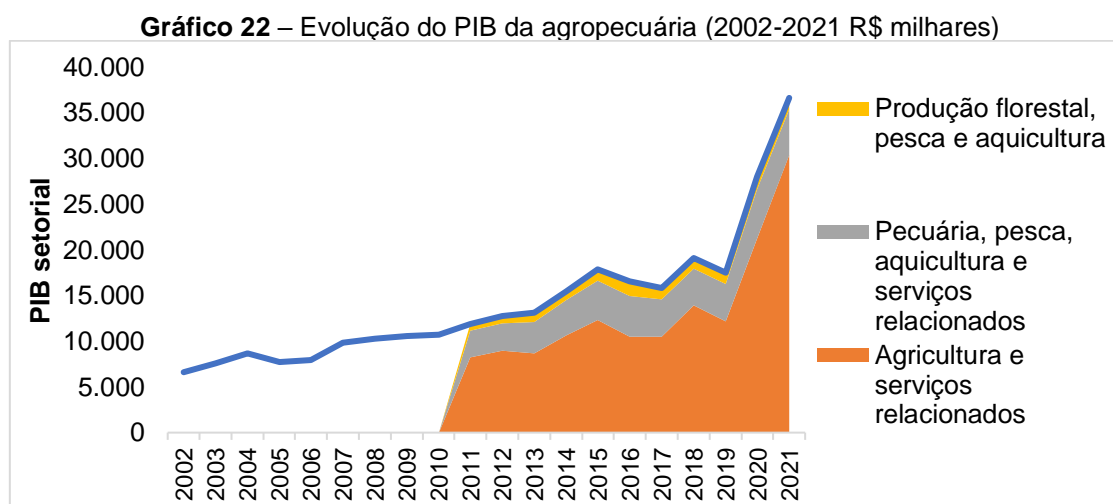
Setores Priorizados – Linhas de Ações:

1. Construção civil: criação e programas, juntos às entidades de classe e ao Sebrae para ofertar qualificação às lideranças e gestores do segmento industrial, de forma a consolidar as pequenas empresas no mercado. Ações que possibilitem a qualidade dos serviços seria uma saída para o ambiente predatório voltada à prática de preços baixos e altos encargos sociais para manutenção do empreendimento;
2. Fabricação de Produtos de Panificação e Confeitaria: criação de um plano de adesão para incorporar os empreendimentos deste segmento nos programas institucionais de alimentação visando garantir sua continuidade. Melhoria do ambiente de negócios através de ações para diminuir o impacto da concorrência clandestina e informal no setor de alimentos;
3. Indústria plástica: promoção do encadeamento produtivo de forma mais efetiva no contexto do estado, como forma de garantir a produção e a circulação local da produção plástica. A exemplo do ponto anterior, uma dificuldade de inovação do setor de panificação é a questão da embalagem, uma política de redução de impostos para o consumo da produção no estado pode promover o crescimento em ambos os setores;
4. Fabricação de móveis de madeira: fomento de parcerias entre empreendimento da construção e incorporação para consumo interno da produção do estado. O Governo do Estado pode auxiliar desenvolvendo um polo da indústria moveleira baiana, com o objetivo de criar diferenciação dos produtos do estado;
5. Confecção de peças de vestuário: desenvolvimento de polos têxteis no estado, integrando uma cadeia logística de abastecimento local e de estados próximos. Para isso, o governo do estado deve criar programas de desenvolvimento ao segmento.

Evolução da Agropecuária

O segmento da agropecuária, com a participação média nos últimos vinte anos de 9,2% no PIB estadual, é distribuído entre produção florestal (6,2%), pecuária, pesca e aquicultura (21,6%) e agricultura (72,1%), conforme o gráfico a seguir¹². A análise do nível em microssegmentos da agropecuária aponta para um panorama de concentração produtiva bastante alta no segmento da agricultura e serviços relacionados, o que sugere a necessidade de analisar a agricultura por produto, olhando para o valor de produção, quantidade produzida, área cultivada e área plantada, isto é, adentrando na análise por produto.

No ano de 2022, a categoria “agricultura e serviços relacionados” respondeu por 83% do PIB do setor primário, saindo de 78,6% em 2021. No ano de 2018, a SEI divulgou um boletim apontando a decrescente participação das propriedades familiares no setor primário baiano, o que também abre alas para a análise da agricultura por tamanho de propriedade plantada e cultivada.



Fonte: Adaptado de SEI (2021) e Sidra-IBGE (2023)

A produção agropecuária tem um papel significativo na economia local, gerando empregos e contribuindo para a balança comercial do estado. Cada área do território apresenta um tipo de atividade específica. Nas TIs do Extremo Sul e Litoral Sul, ao sul do estado, prevalecem as atividades de produção pecuária bovina (Itamaraju, Itanhém, Guaratinga, Medeiros Neto, Santa Cruz da Vitória e Itapé), além da silvicultura e a produção industrial de celulose (no Extremo Sul, na fronteira com o estado do Espírito Santo). Também no sul da Bahia, concentram-se as maiores produções de café, em Itamaraju, Prado

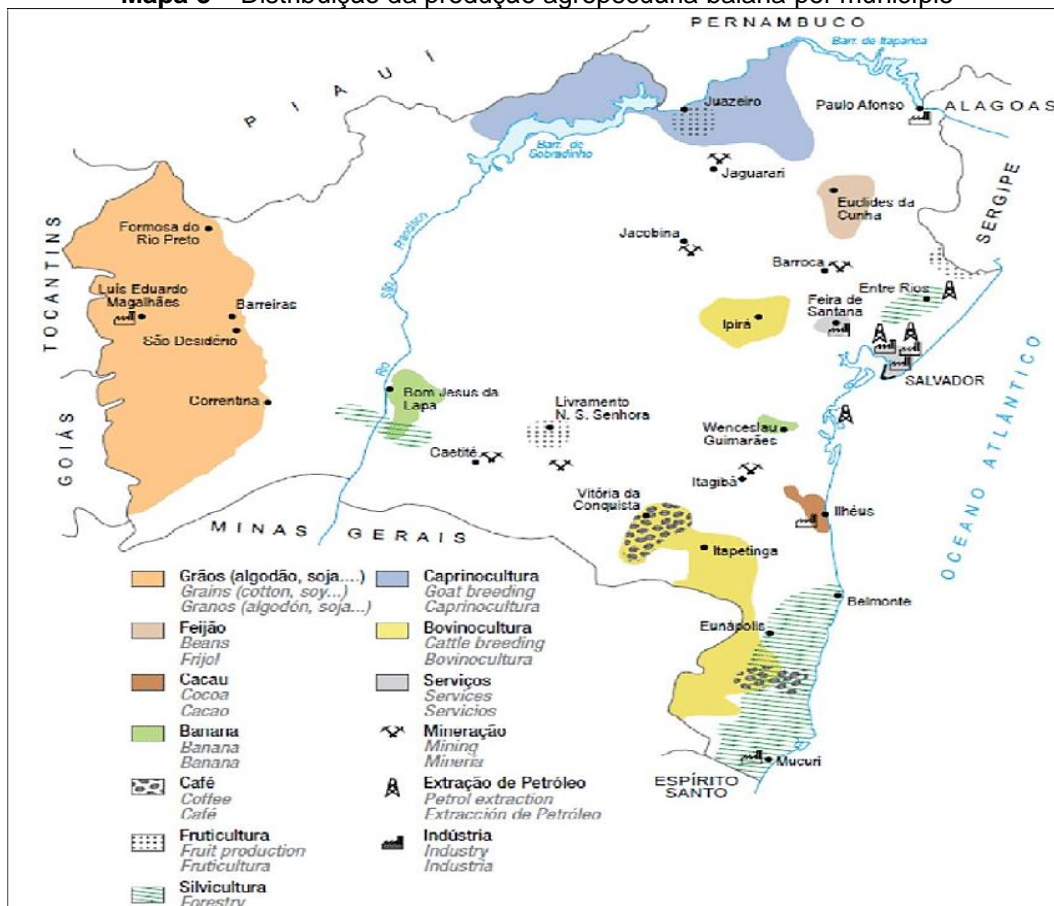
¹² A abertura do setor da agropecuária, em divisões internas, ocorreu somente em 2011.

(Extremo Sul) e Porto Seguro (Costa do Descobrimento) e a produção cacaueteira, em Ilhéus. As atividades agropecuárias na região Oeste da Bahia e no Submédio São Francisco têm contribuído para o desenvolvimento econômico dessas áreas, gerando empregos, promovendo a inclusão social e impulsionando a economia do estado como um todo. Nos TIs da Bacia do Rio Corrente e Bacia do Rio Grande se encontra o bioma cerrado da Bahia, localizada ao oeste do estado, encontra-se a maior produção de grãos do estado, sendo a soja e o algodão os principais cultivos.

No Submédio São Francisco, ao norte da Bahia, predomina a produção de fruticultura irrigada. A região é conhecida por suas plantações de frutas como uva, manga, banana, melão e outras, que são exportadas para diversos mercados internacionais. A utilização da irrigação é fundamental para o cultivo dessas frutas, já que a região apresenta um clima semiárido, com baixos índices pluviométricos. Além disso, nas cidades vizinhas do Submédio do São Francisco, encontra-se o maior rebanho caprino do Brasil. A criação de caprinos é uma atividade econômica importante na região, sendo uma fonte de renda para muitas famílias locais. A caprinocultura é bem adaptada às condições climáticas da região, cujos principais produtos são a carne, pele e, potencialmente, o leite de cabra e seus derivados. Na fruticultura, destacam-se experiências inovadoras desenvolvidas pelo Sebrae, como a produção de morangos e outras frutas vermelhas na Chapada Diamantina, que fomentam a economia através da produção agrícola e do turismo rural.

As atividades agropecuárias na região Oeste da Bahia e no Submédio São Francisco têm contribuído para o desenvolvimento econômico dessas áreas, gerando empregos, promovendo a inclusão social e impulsionando a economia do estado como um todo.

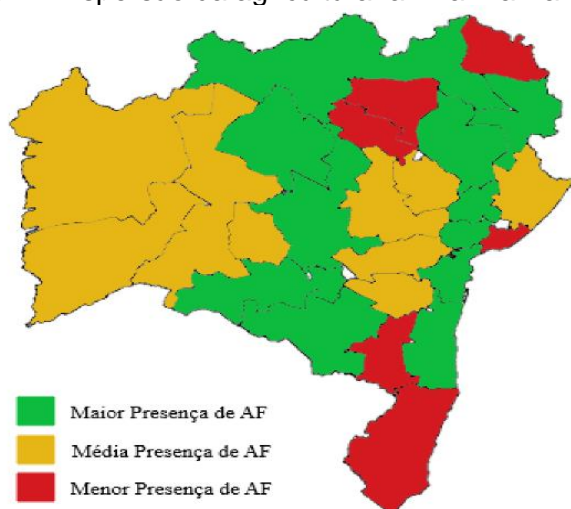
Mapa 3 – Distribuição da produção agropecuária baiana por município



Fonte: SEI (2013).

No que se reporta especificadamente a agricultura familiar, o estado é o líder do país em número de propriedades familiares. A distribuição, conforme se apresenta no mapa a seguir, aponta para uma demarcação clara de empreendimentos rurais em base à geografia do estado.

Mapa 4 – Dispersão da agricultura familiar na Bahia (TI)



Fonte: Adaptado de IBGE (2017).

As áreas verdes refletem os TI com maior número de propriedades agrícolas familiares, as amarelas são as que apresentam número próximo à média e em vermelho as localidades com números menores de agricultura familiar. As áreas verdes somam 11 dos 27 TIs, no formato de uma ferradura da agricultura familiar. Essas propriedades produzem especialmente alimentos ligados à fruticultura, como o cacau, coco, banana, manga, laranja, morango etc. Na fruticultura destacam-se as novas experiências em algumas das áreas verdes, desenvolvidas pelo Sebrae, como a produção de morangos na Chapada Diamantina. Além disso, há também o cultivo de plantas voltadas para produção de grão e fibras, como feijão e o sisal. A pecuária na agricultura familiar baiana se concentra na criação de galináceos, bovino, ovinos e caprinos (quase 94,5%).

A agricultura familiar é assistida através do Programa Bahia Produtiva, que conta com investimentos do Banco Interamericano de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), contemplando entre os principais objetivos: aumentar a integração ao mercado; promover a segurança alimentar e nutricional; melhorar o acesso ao serviço de abastecimento de água e saneamento de domicílios; melhorar a infraestrutura básica necessária para apoio à produção e a comercialização; promover a inclusão econômica e social de mulheres, jovens, povos indígenas, comunidades tradicionais e empreendedores da economia solidária; fortalecer a capacidade das associações comunitárias/ organizações de produtores para elaborar e implementar e gerir os subprojetos; promover a adoção de práticas de gestão sustentável de recursos naturais em áreas de produção.

Em 2021, esses investimentos beneficiaram cerca de dois milhões de baianos, com destaque para a conclusão da implantação do Sistema Integrado Tucano Noroeste/1ª etapa, importante empreendimento do Programa Águas do Sertão, que vem suprir a demanda de abastecimento de água para mais de 60 mil moradores das sedes dos municípios de Euclides da Cunha e Monte Santo e mais 16 localidades vizinhas.

Houve ainda expansão ao acesso à regularização fundiária para a agricultura familiar, povos e comunidades tradicionais, com a emissão de cerca de 832 títulos de terra, enquanto, aproximadamente 51 mil agricultores familiares foram atendidos em todo o estado com Assistência Técnica e Extensão Rural

(ATER), com foco na gestão, produção, comercialização e sistemas produtivos de base agroecológica.

No âmbito da infraestrutura, conclusão da Ponte Barra/Xique-Xique, avanços no projeto do Porto, a recuperação de rodovias estaduais e construção de aeroportos, entre outras ações, contribuindo para superar gargalos de natureza logística.

Encontra-se em implantação o Polo Agroindustrial e Bioenergético do Médio São Francisco (Muquém do São Francisco, e Barra), que avança com previsão de gerar 60 mil empregos e de aportar R\$ 9 bilhões em investimentos. Atualmente, 16 empreendimentos estão em implantação e 12 em análise.

Além do Bahia Produtiva é também assistida pelo PRONAF (Programa Nacional de Agricultura Familiar), que visa o financiamento para custeio e investimentos em implantação, ampliação ou modernização da estrutura de produção, bem como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), que estabelece os valores repassados por aluno, de acordo com o grau escolar, destinados à alimentação. Há estimativas de que a Bahia receba o maior valor de repasses do PNAE na região Nordeste. Com um aumento de 31,7% em comparação a 2022, o estado receberá, ao todo, R\$ 383 milhões. O orçamento total do PNAE saltou de R\$ 4 bilhões para R\$ 5,5 bilhões em 2023, resultando em melhoria na alimentação para os cerca de 40 milhões de estudantes afetados pelo programa.

Limites e Desafios para a Agropecuária

A agropecuária baiana correspondeu em 2022 com cerca de 12,6% do PIB do estado, em que ocorre a predominância da agricultura, seguida pela pecuária e pela produção florestal. A Bahia apresentou, no Censo Agropecuário, mais de 762 mil propriedades rurais, onde a maioria dessas propriedades são de agricultura familiar. Essa parcela da população rural sofre com problemas estruturais, como questões fundiárias, o pouco ou nenhum acesso à assistência técnica e extensão rural, insegurança no campo, que entre outros motivos, enfraquece a atividade agropecuária e estimulam o êxodo rural, especialmente entre os mais jovens.

Tabela 22– Condição legal do produtor, segundo a agricultura familiar e Pronaf – Bahia – 2017

	Estabelecimentos	Área (ha)	Condição legal do produtor
--	------------------	-----------	----------------------------

Total, agricultura familiar e Pronaf			Produtor individual	
			Estabelecimentos	Área (ha)
Total	762 848	28 020 859	549 424	19 797 482
Agricultura familiar				
Não é agricultura familiar	169 437	19 011 716	122 788	13 381 213
Agricultura familiar	593 411	9 009 143	426 636	6 416 270
Pronafiano (B e V)				
Não Pronafiano	169 980	19 063 616	123 211	13 402 312
PRONAF B	528 755	6 805 397	378 135	4 799 342
PRONAF V	64 113	2 151 846	48 078	1 595 829

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário (2017).

Tabela 23– Estrutura VA agropecuária segundo estabelecimentos

Bahia, 2010 - 2018		
ANO	Não familiar	Familiar
2010	56,8%	43,2%
2011	61,2%	38,8%
2012	64,4%	35,6%
2013	61,3%	38,7%
2014	66,8%	33,2%
2015	67,6%	32,4%
2016	55,9%	44,1%
2017	67,6%	38,1%
2018	68,0%	32,0%

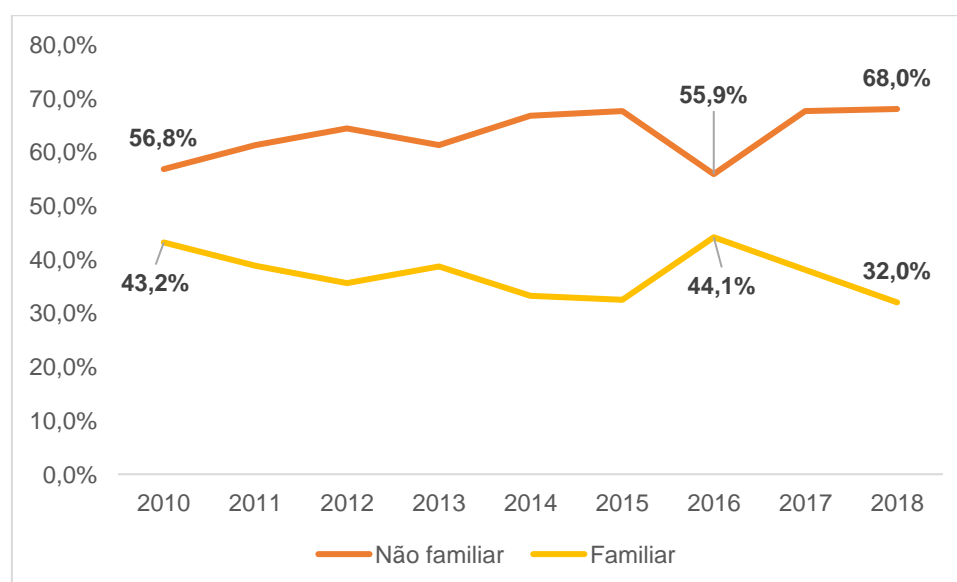
Fonte:
Coref/SEI

Tabela 24 – Estimativa do VA da agropecuária segundo estabelecimentos

Bahia, 2010 - 2018			(R\$ milhões)
ANO	Não familiar	Familiar	
2010	6.086,50	4.622,84	
2011	7.279,53	4.606,79	
2012	8.229,34	4.549,87	
2013	8.029,79	5.072,31	
2014	10.336,71	5.147,29	
2015	12.053,83	5.781,98	
2016	9.238,20	7.295,61	
2017	9.795,80	6.031,05	
2018	12.986,10	6.109,80	

Fonte: Coref/SEI

Gráfico 23 – VA agricultura Familiar e Não Familiar (2010-2018)



Fonte: Adaptado de Coref/SEI (2018).

A agricultura familiar e o peso que ela apresenta são temas correlatos ao da informalidade, dada a dificuldade de mensuração inerente a este tipo de unidade produtiva. A presença desse tipo de categoria populacional que extrai da terra seu sustento em pequena escala é predominante nas áreas geográficas do semiárido, que abrange quase 70% da área do estado. A maioria desses produtores ainda não conseguem alcançar mercados externos, o que teria uma maior agregação de valor aos produtos vendidos, principalmente na cadeia da fruticultura, por exemplo. Nesse cenário existe a necessidade de exportar a produção dos pequenos produtores, seja individualmente, quando em escala suficiente, ou através do cooperativismo. A agricultura produz emprego e renda, mas sem escala não existe possibilidade de continuidade.

No contexto estadual, algumas cadeias produtivas, tais como a cafeicultura, a bovinocultura de leite e a caprina ovinocultura, são carentes de profissionalismo, enquanto outras como a soja e o algodão, demonstram um elevado profissionalismo. Essas cadeias reconhecem que não podem competir em termos de preço, portanto, procuram melhorias na produção em termos de escala e custos. Muitos produtores rurais baianos buscam aumento de produtividade e renda, mas não têm as habilidades empresariais necessárias para fazê-lo.

Os pequenos produtores, em particular, enfrentam dificuldades de gestão básicas, como o cálculo dos custos de produção. A prioridade central é tornar esses produtores mais profissionais, fazendo das propriedades rurais, verdadeiros negócios rurais. Além disso, o setor industrial do agro ainda é bastante pequeno, implicando em um excesso de escoamento de produção *in natura* na maior parte da produção baiana, por não existir uma integração expressiva.

Priorização dos Pequenos Negócios da Agropecuária nos Territórios de Identidade

Para ter uma percepção mais acurada da evolução da agricultura baiana nos últimos cinco anos, apresentam-se os dados da agricultura ao nível de produto. As tabelas apresentadas na sequência retratam as três principais

culturas por 11 TIs selecionadas, em função da maior vocação para o agronegócio, entre 2017 e 2021, indicando a quantidade produzida, a produtividade e o valor de produção.

Vale notar que a **TI da Bacia do Rio Grande**, local dos municípios de São Desidério e Formosa do Rio Preto, maiores PIB agropecuários do Brasil segundo dados de 2020 do IBGE, apresenta uma área colhida média entre 2017 e 2021 de 14%, 29% e 59% para os produtos algodão, milho e soja, respectivamente. A divisão entre a área colhida e a área plantada para as três principais culturas saiu de 99% em 2017 para 100% em 2020 e em 2021, o que indica uma necessidade pela expansão da fronteira agrícola destas culturas ligadas à lógica exportadora, ou em investimento em tecnologias que permitam aumentar a produtividade da colheita sem a necessidade de alocar o solo em cultura de grãos.

Analisando pelo critério CNAE, a priorização da **TI da Bacia do Rio Grande** apresentou empresas que se voltam para o cultivo de soja, cultivo de outros cereais e atividades de apoio à agricultura. Ou seja, as pequenas empresas do agro estão alocadas ou relacionadas à produção de grãos e ao suporte a esta produção. Essas atividades expressam o grau maior de formalização e profissionalização que existe no agro voltado às *commodities*. O grande número de micro e pequenas empresas voltadas para o setor de grão na TI podem ser um reflexo do movimento de substituição de certas culturas pelo cultivo de grãos voltados à exportação. Os demais CNAE ranqueados parecem corroborar o indicado anteriormente, com preparação de terreno, cultivo e colheita, em sexto lugar, empresas de produção de sementes em sétimos. A pecuária também aparece em algum grau com a produção de bovino para corte, além de algodão, café. Quando se observa os produtos produzidos, a TI apresenta uma concentração de produtos e produção voltada para grãos.

Outro exemplo salutar para analisar é o caso da mamona no **TI de Irecê**, crescendo em 252,4% a.a. na quantidade produzida entre 2017 e 2021. A razão entre a área colhida pela área plantada saiu de 0,88% para 98% em cinco anos, ainda havendo espaço para se chegar ao nível de máximo aproveitamento da terra.

No **TI Sisal** a taxa de crescimento da produção de mandioca foi de 662,6% entre o ano-base de 2017 e 2021, observando-se uma utilização do solo de 81% em 2017 para 100% em 2020. A razão entre a área colhida e área

plantada do milho, segunda principal produto de produção agrícola da Bahia, saltou de 55% em 2017 para 91% em 2021, indicando um aumento expressivo puxado pelo aumento do valor de produção do milho em um cenário de pandemia.

Na tabela a seguir observa-se a evolução da produção da quantidade produzida para as três principais culturas, nas 11 TI selecionadas, comparando-se o quinquênio 2017-2021. Os maiores indicadores apresentados no período foram para a mandioca (662,6%) e milho (410,2%) no TI Sisal; mamona (252,4%) no TI Irecê. Milho no TI Bacia do Paramirim (224,6%) e cana-de-açúcar no TI Velho Chico (117,7%), ao tempo em que declínios apareceram na banana (-50,3%) no TI Litoral Sul e -45% na TI Médio Sudoeste, bem com a mandioca (-32,2%), também na TI Litoral Sul.

Tabela 8 – Variação da quantidade produzida dos top 3 produtos (2021/2017, R\$ correntes)

TI	Quantidade produzida (ton.)		
Irecê	Cebola -4,0%	Tomate -23,8%	Mamona 252,4%
Velho Chico	Banana 3,1%	Cana-de-açúcar 111,7%	Mamão 0,2%
Chapada Diamantina	Batata-inglesa 47,0%	Tomate -16,3%	Cebola 27,4%
Sisal	Mandioca 662,6%	Milho 410,2%	Sisal 59,3%
Litoral Sul	Banana -50,3%	Cacau -1,51%	Mandioca -32,2%
Baixo Sul	Banana -7,5%	Mandioca 19,8%	Cacau 60,0%
Extremo Sul	Cana-de-açúcar 5,3%	Mamão -18,4%	Café 20,4%
Médio Sudoeste	Cana-de-açúcar 50,5%	Banana -45%	Mandioca 14,4%
Vale do Jiquiriçá	Mandioca 21,3%	Banana 24,7%	Maracujá -6,9%
Bacia do Rio Grande	Soja	Milho	Algodão

	29,3%	18,4%	39,4%
Bacia do Paramirim	Cana-de-açúcar	Milho	Manga
	-9,0%	224,6%	-12,4%

Fonte: Adaptado de Sidra-IBGE (2023).

Já no que se reporta à produtividade, a mandioca apresentou uma elevação de 99% no TI Sisal, seguida de 37,9% no Litoral Sul e 26,3% no Vale do Jequiçá. Na TI Irecê a cana-de-açúcar apresentou uma evolução de 37,1%. Quanto aos declínios, a cana-de-açúcar (-40%) na TI Litoral Sul, seguida pela TI Baixo Sul (-17,6%). A banana teve redução na Bacia do Rio Grande (-25%) e Bacia do Paramirim (-17,4%).

Tabela 9 – Produtividade do top 3 produtos (2021/2017, R\$ correntes)

Território de Identidade	Produtividade (kg / ha)		
Irecê	Cana-de-açúcar	Banana	Mamão
	37,1%	-2,9%	14,1%
Velho Chico	Tomate	Cana-de-açúcar	Cebola
	-1,6%	-2,5%	-3%
Chapada Diamantina	Cana-de-açúcar	Cebola	Tomate
	-1,2%	-4,6%	-3%
Sisal	Banana	Cana-de-açúcar	Mandioca
	18,1%	-0,26%	99%
Litoral Sul	Cana-de-açúcar	Banana	Mandioca
	-40%	-6%	37,9%
Baixo Sul	Cana-de-açúcar	Banana	Mamão
	-17,6%	6,9%	-6,1%
Extremo Sul	Cana-de-açúcar	Mamão	Laranja
	6,77%	-13,5%	-0,5%
Médio Sudoeste	Cana-de-açúcar	Mandioca	Banana
	-2,8%	4,4%	-4,9%
Vale do Jequiçá	Tomate	Maracujá	Mandioca

	13,6%	2,2%	26,3%
Bacia do Rio Grande	Cana-de-açúcar	Mamão	Banana
	-0,4%	-7,6%	-25%
Bacia do Paramirim	Cana-de-açúcar	Manga	Banana
	-5,5%	-3,8%	-17,4%

Fonte: Adaptado de Sidra-IBGE (2023).

Quando se analisa a variação do valor da produção, destaca-se a evolução do milho (988%) seguida da mandioca (344%) no TI Sisal. O milho apresenta igual destaque no TI Irecê (252,6%) e TI Bacia do Rio Grande (144,6%). O cacau apresentou evolução importante no TI Médio Sudoeste (208,6%), Baixo Sul (207,3%) e Vale do Jequiçá (154,1%). Na TI Médio Sudoeste também tem destaque o café (120,1%). Na Bacia do Rio Grande a Soja (215,1%) e o Milho (144,6%) apresentam destaque nesse indicador. Tais evoluções sugerem que o aumento da quantidade produzida destas culturas seja reflexo do elevado preço no mercado internacional, puxado pela demanda por grãos baianos/brasileiros no período referido. Em 2021, segundo o IBGE, a soja somou um valor de produção de R\$ 17,51 bi, algodão herbáceo, R\$ 4,06 bi e milho R\$ 2,6 bi.

Tabela 25 – Variação do valor da produção do top 3 produtos (2021/2017, R\$ correntes)

Território de Identidade	Valor de produção		
Irecê	Milho 252,6%	Café 86,5%	Banana 26,4%
Velho Chico	Banana 44,2%	Mamão 116,6%	Milho 20%
Chapada Diamantina	Batata-inglesa 104,6%	Café 154,2%	Tomate 91,7%
Sisal	Sisal 121%	Milho 988%	Mandioca 344%
Litoral Sul	Cacau 82,4%	Banana -25,5%	Café 132%
Baixo Sul	Cacau 207,3%	Banana 57,8%	Borracha 131%
Extremo Sul	Café 80,5%	Cana-de-açúcar 99,6%	Mamão -14,7%
Médio Sudoeste	Cacau 208,6	Café 120,1%	Banana 36,7%
Vale do Jequiçá	Banana 146,6%	Cacau 154,1%	Mandioca -32,5%
Bacia do Rio Grande	Soja 215,1%	Algodão 95,5%	Milho 144,6%
Bacia do Paramirim	Feijão 33,7%	Cana-de-açúcar 54,2%	Manga 43,9%

Fonte: Adaptado de Sidra-IBGE (2023).

Para o ramo da pecuária analisa-se o número de cabeças por espécie de animal, durante o período de 2017 a 2021. Observou-se os cinco municípios com

o maior número de animais cultivados por cada espécie, enquadrando-os em seus respectivos TIs. Em primeiro lugar, nota-se a maior presença dos animais das espécies bovinas, bubalinas, equinas, suínas, caprinas e ovinas em ordem decrescente. Em 2021, a Bahia respondia por 28,18% dos caprinos, 20,68% dos ovinos, 7,62% dos equinos e 5,23% dos bovinos do Brasil. A tabela a seguir mostra a produção respectiva dos cinco principais municípios pelas suas TIs de pertencimento, sua taxa de crescimento entre 2017 e 2021 e a participação da quantidade de animais no total brasileiro, entre 2017 e 2021. A taxa de crescimento da produção de galináceos observou o maior aumento (+8,7%) no período observado, seguido pelos ovinos, bubalinos, caprinos e bovinos. A taxa de crescimento do número de cabeças de equinos diminuiu sensivelmente durante o período em questão (-0.2%).

Tabela 27 – Municípios com maior número de cabeças (representados pelos respectivos TI), taxa de crescimento e participação no Brasil (2017-2021)

Animal	5 principais municípios (TI)	% crescimento (17-21)	% BR (17-21)
Caprinos	Sertão do São Francisco	3,6%	10,4%
Ovinos	Sertão do São Francisco	8,2%	6,5%
Bovinos	Extremo Sul, Médio Sudoeste, Costa do Descobrimento e Bacia do Rio Corrente	0,8%	0,5%
Equinos	Sudoeste, Médio Sudoeste, Extremo Sul	-0,2%	0,5%
Bubalinos	RMS, Portal do Sertão, Litoral Sul e Costa do Descobrimento	4,1%	0,6%
Galináceos	Portal do Sertão, Bacia do Rio Grande, Costa do Descobrimento e Sudoeste	8,7%	1,3%

Fonte: Adaptado de Sidra-IBGE (2023).

Esses dados são complementados com o valor de produção dos principais produtos derivados destas espécies, cujos principais são o leite de vaca, ovos de galinha e mel de abelha. O leite de vaca baiano se concentra sobretudo em Medeiros Neto, Itanhém, Ibirapoã, na TI do Extremo Sul, em Jaborandi, na TI da Bacia do Rio Corrente, em Itarantim, na TI do Médio Sudoeste da Bahia, Ipirá e Riachão do Jacuípe na Bacia do Jacuípe e Guaratinga na Costa do Descobrimento. Em uma média dos últimos cinco anos, o leite destas regiões representou aproximadamente 15% do leite total produzido na

Bahia e 0,45% do leite de vaca brasileiro. Em 2021, seu valor de produção chegou a R\$ 2,07 bilhões.

O segundo produto de origem animal com maior expressão de valor de produção são os ovos de galinha (R\$ 610,3 mi), cuja produção se concentra no Portal do Sertão, Bacia do Rio Grande, Litoral Norte e Agreste e Itaparica. Os dez primeiros municípios, inseridos nestas cinco TI respondem por 46% do valor de produção baiano, ou 1,1% do valor de produção brasileiro. A produção do mel (R\$ 60,5 mi) de abelha baiano é concentrada 40% no Semiárido Nordeste II e no Sertão do São Francisco, com uma ligeira presença no TI do Sisal. O valor de produção dos ovos de codorna, casulos do bicho-da-seda e da lã respondem por menos de 0,1% do total brasileiro.

Potencialidades para atuação na agropecuária

Foram, anteriormente, apresentados os indicadores de desempenho das atividades agropecuárias nos 11 Territórios de Identidade priorizados em razão das suas contribuições para a agropecuária no estado. Tais análises subsidiam elencar as atividades com maiores potencialidades para atuação.

Ao analisar o setor agropecuário formal do estado da Bahia, expresso no número de empreendimento e empregos, nota-se o seguinte cenário: a Bacia do Rio Grande, o Litoral Sul e o Sudoeste Baiano são os principais TI do setor agropecuário. Os Territórios de Identidade piores avaliados foram Itaparica, Piemonte da Diamantina e Piemonte Norte do Itapicuru foram os TIs no qual a agricultura menos se traduz em empreendedorismo, emprego e renda.

Quadro 10 – IP Agricultura e Pecuária

Priorizada	Menos Relevantes
Bacia do Rio Grande	Itaparica
Litoral Sul	Piemonte da Diamantina
Sudoeste Baiano	Piemonte Norte do Itapicuru

Fonte: Adaptado de MTE (2023).

Quadro 11 – IP Agricultura e Pecuária Atividades

Priorizada	Principais Atividades	Potencial
Bacia do Rio Grande	<ul style="list-style-type: none">• Cultivo de Soja;• Cultivo de outros cereais;• Atividade de apoio à agricultura.	Expansão da competitividade do segmento de grãos ligada à exportação e integração de pequenos negócios para atividade de suporte.
Litoral Sul	<ul style="list-style-type: none">• Cultivo de Cacau;• Criação de Bovino para Corte;• Criação de Bovino para Leite.	Expansão da competitividade do cacau voltado para exportação, através de escala de pequenos produtores; Acompanhamento da bovinocultura para melhoria da competitividade comparado a demais estados líderes.
Sudoeste Baiano	<ul style="list-style-type: none">• Cultivo de Café;• Criação de Bovino para Corte;• Criação de Bovino para Leite.	Ações para o fomento da cadeia do café tanto para exportação quanto para consumo nacional, acompanhado do crescimento da competitividade da bovinocultura.

Fonte: Adaptado de MTE (2023).

Agronegócios – Linhas de Ações

1. Enfatizar e expandir políticas públicas em benefício da agricultura familiar visando desenvolver uma cultura empreendedora nesse segmento e estimular o cooperativismo para os pequenos negócios. Sem essas iniciativas a produção familiar encontra sérias dificuldades para sair da situação de subsistência. O fortalecimento de organizações políticas e econômicas próprias da agricultura familiar pode ampliar o acesso à terra, financiamento e tecnologias através da demanda por políticas públicas para a categoria;
2. Apoio à Organização Social, fomentando o cooperativismo como forma de ganho de escala. A escala vem do associativismo e cooperativismo, os pequenos negócios precisam ganhar escala e rentabilidade. É preciso profissionalismo, a saída não é formar milhares de cooperativas, mas conseguir profissionalizar as cooperativas do setor. O ser “economicamente viável” vem disso. Não é uma ou mais cooperativas em cada cidade, mas uma cooperativa em muitas cidades para alcançar escala;

3. Implementação de iniciativas que propiciem organizar os pequenos para conseguir uma cultura exportadora. Cultura empreendedora, profissionalismo, cooperativismo e o associativismo são fundamentais para garantir e estimular a inserção no mercado externo pelos pequenos produtores familiares;
4. Assistência Técnica e Gerencial para pequenos e médios produtores, via construção e difusão de instrumentos e metodologias que estimulem a profissionalização, consultorias com profissionais das ciências agrárias e formação empreendedora para ao campo e acesso ao crédito;
5. Quando ao encadeamento produtivo: (a) apoiar a agroindustrialização e verticalização da produção, fomentando a adequação das agroindústrias existentes e estabelecimentos de novas plantas industriais; (b) elaborar planos de integração agroindustrial; (c) promover espaços de diálogo conjuntos com outras cadeias produtivas com mais escala e produtividade, como a soja; e (d) fomentar ações de produção local, a exemplo das pequenas fábricas de chocolate, que podem se caracterizar por uma produção local e sustentável;
6. Promoção de iniciativas visando a inovação no campo por meio de investimentos em tecnologia rural e pesquisa em agronomia. O governo do estado deve atuar na produção de inteligência competitiva através de: (a) dados mais confiáveis sobre o setor; (b) gestão e monitoramento de dados técnicos e econômicos do Estado; (c) gestão e controle dos indicadores agropecuários do Estado; e (d) formulação e divulgação de Zoneamentos Agropecuários Regionais; e (e) ampliação da conectividade no campo;
7. Quanto aos poderes públicos municipais. O Governo estadual, via diálogos com a União dos Prefeitos da Bahia, poderia estimular gestores municipais a estruturarem planos de municipalização da assistência técnica, criando uma rede de assistência efetiva e consórcios intermunicipais;
8. Quanto às questões sanitárias: (a) implantação de projeto de rastreabilidade fiscal para as demais cadeias produtivas, como já existe no agro, para produzir informações confiáveis e selo de origem; (b) promover a Segurança Sanitária do Estado, incluindo a interlocução para agilidade na concessão das inúmeras licenças, de todos os níveis, impostas aos produtores rurais e agroindústrias; e (c) agilizar a certificação para o Selo Arte;

9. Ações estruturantes e planejadas para o Semiárido, voltadas à captação e armazenamento hídrico, estratégias para uso racional da água, fomento à irrigação, produção de forragem/reserva estratégica alimentar adaptadas, viabilização da agricultura de sequeiro, assistência técnica para manejo dos rebanhos e plantio das lavouras. Dessa forma, minimizar os problemas e riscos que as estações secas promovem às economias rurais, municipais e do Estado como um todo, destacando as seguintes ações: (a) garantia da disponibilidade de água para a população do Semiárido; (b) planejamento, concepção, elaboração e execução de um Plano de Estruturação Hídrica para o Semiárido Baiano; (c) instalação de Sistemas Simplificados de Abastecimento de Água – SSAA, para dessedentação coletiva de animais; (d) apoio à validação e implantação do acervo de tecnologias para desenvolvimento sustentável da atividade agropecuária disponível nas universidades, centros de pesquisa e empresas privadas; (e) parcerias técnicas com outros países com realidade parecida para troca de experiências e implantação de ações bem-sucedidas; e (f) fomento aos distritos estaduais de irrigação;
10. Reestruturação dos organismos estaduais de apoio ao agronegócio: unificação da Seagri com a SDR para um setor único e forte e renovação e fortalecimento do corpo técnico; Reestruturação e fortalecimento da Bahia Pesca; Reestruturação da ADAB, incluindo a recomposição e reestruturação do seu corpo técnico; Criação de “subsecretarias regionais”;
11. Planejamento e execução de novas estratégias de disponibilidade de água nas regiões produtoras do Estado, planejamento, elaborando e executando um novo Plano Estadual de Recursos Hídricos (PERH); ampliando o maior número possível de reservatórios de água, tais como barragens de pequeno, médio e grande porte, barramentos, açudes, barragens subterrâneas, caixas d’água; e realizando uma gestão sustentável, eficiente, responsável e consciente dos reservatórios hídricos já existentes;
12. Implementar medidas para minimizar a insegurança física e legal das propriedades rurais e viabilizar a reintegração e recuperação das fazendas do Estado;
13. Promover a melhoria da eficiência energética e fomento às fontes de energia renováveis;

14. Apoio, expansão e abertura de mercados, considerando: (a) a busca pela internacionalização; a valorização das regionalidades e identificação geográfica; (b) a ampliação de mercado institucional e interestaduais; (c) a expansão da capacidade de armazenamento; (d) o apoio a criação de novos CEASAS em regiões estratégicas;
15. Estabelecimento de políticas públicas de apoio e incentivo à estruturação e instalação de armazéns públicos e privados; acesso ao crédito para construção de estruturas privadas e incentivo ao fortalecimento da Conab e às suas áreas de armazenagem;
16. Melhorias das condições de infraestrutura de transporte por meio: (a) da conservação, restauração, reforma e manutenção da malha rodoviária existente; da abertura de novas concessões para estradas estaduais de grande importância para o escoamento da produção agropecuária e agroindustrial (BA-210 e BA-290); (b) da abertura de novos trechos rodoviários, onde existe obstáculo para transporte das cargas do Agro (BA-052, BA-120, BA-122, BA-172, BA-210, BA-290, BA-422, BA-582, BA-583, BA-667); (c) da atuação em parceria com Governo Federal para conservação, restauração, reforma, manutenção e duplicação das rodovias federais (BR-020, BR-101, BR-242, BR-324, BR-407, além do apoio para restauração e ampliação da malha ferroviária do Estado (Ferrovia Centro-Atlântica – FCA, da Ferrovia de Integração Oeste Leste – FIOOL – Novo traçado para a FIOOL III, ligando Barreiras a Mara Rosa (GO); da utilização e maior aproveitamento das vias fluviais e estruturação, modernização e ampliação da rede portuária do Estado;
17. No que diz respeito às ações na área da educação, é importante destacar uma série de medidas: (a) O fortalecimento da Educação Rural; (b) A inclusão da temática "Educação Empreendedora para o Agronegócio" nos itinerários formativos do Novo Ensino Médio, especialmente nas disciplinas eletivas destinadas às escolas que atendem estudantes do meio rural; (c) A promoção do ensino sobre o setor agropecuário nas escolas, com ênfase na valorização da cultura rural. Isso envolve a garantia de que os educadores recebam formação adequada para abordar esses temas no ensino médio; (d) A expansão da oferta de qualificação profissional, tanto na modalidade presencial quanto à distância; (e) O fortalecimento das instituições de ensino superior, com a ênfase na visibilidade das atividades agropecuárias das

regiões onde estão localizadas; (f) A promoção do Ensino Técnico Profissionalizante; (g) A reativação das Fazendas do Estado, transformando-as novamente em unidades de referência, no formato de Fazendas Escolas. Essas fazendas terão como objetivo a capacitação, treinamento e aperfeiçoamento de jovens e adultos, além da difusão de tecnologias e modelos de gestão empreendedora.

Evolução do Comércio e Serviços

Neste capítulo focaremos na análise no comércio varejista e nas atividades de serviços, considerando as influências da informalidade e do mercado de trabalho. Em capítulos específicos, procederemos análises sobre o turismo e economia criativa, também caracterizados como setor terciário.

Os resultados do PIB da Bahia 2021 indicam que a economia baiana apontou crescimento de 4,1%, recuperando as perdas de 2020, decorrentes dos efeitos negativos da pandemia. No acumulado do ano de 2021, o PIB baiano totalizou R\$ 347,9 bilhões, sendo cerca de 12,9% deste valor impostos sobre produtos líquidos de subsídios. No que diz respeito aos grandes setores, o setor de serviços correspondeu a 56% do VA (R\$ 195,2 bilhões). Segundo indicações da SEI, o setor registrou expansão de 4,6%, favorecido pela boa recuperação do Comércio (+4,1%), além da taxa positiva nas atividades imobiliárias (+2,4%). Um segmento que apresentou recuo foi o de transportes (-7,1%). Destaca-se ainda o crescimento no amplo grupo outros serviços, com expansão de 9,9% no quarto trimestre de 2021.

Limites e Desafios para o Comércio e Serviços

O comércio baiano tem sido afetado pelos mesmos fenômenos que vêm redesenhando o perfil do comércio no Brasil: (a) crescimento do comércio informal; (b) desaparecimento de algumas grandes lojas de departamentos, em processos de falências; (c) processos de fusões e aquisições de redes de supermercados; (d) absorção do mercado do pequeno varejo como mercearias e mercadinhos pelas grandes redes de supermercados e concorrência do comércio eletrônico via Internet (Vieira e outros, 2000). Acrescenta-se a esses fenômenos a expansão de grandes redes de farmácias.

O crescimento do comércio informal, consequência do alto desemprego, especialmente na RMS, configura uma concorrência que afeta diretamente o segmento varejista de produtos populares. Ao longo dos anos 2000, grandes redes varejistas com lojas de rua têm perdido fatias de mercado para o comércio informal. Entre as lojas de departamentos, nenhuma tem sede na Bahia, sendo, portanto, o fenômeno dos múltiplos processos de falência, resultante de uma crise ao nível nacional, geralmente atribuído à política monetária do governo (juros elevados e contração do crédito) e a modelos de gestão inadequados ao processo de adaptação às mudanças na economia (Vieira e outros, 2000).

Ainda segundo análises de Vieira *et al.* (2000) outro impacto sofrido pelo comércio em geral tem sido o resultante da dinâmica de crescimento dos supermercados, que representavam cerca de 35% do comércio varejista na RMS em 1999. Esse segmento migrou para um perfil de oferta que disponibiliza produtos típicos de lojas especializadas, a exemplo de pneus, material escolar e eletroeletrônicos, incorporados ao seu padrão normal de fornecimento. Uma característica marcante tem sido o processo de fusões e aquisições, que concentrou, ao nível nacional, 40% das vendas dos supermercados nos cinco maiores grupos do setor. Este processo vem se repetindo na Bahia. Os supermercados vêm representando um fator de enfraquecimento do pequeno varejo voltado para o comércio de alimentos em geral, na medida em que absorve a sua clientela, com a oferta de melhores preços, produtos higienizados e, provavelmente, o fácil processo de escolha/pagamento/embalagem, que torna impessoal e mais rápido o tempo dedicado à compra.

Constatou-se que partir dos anos 2000, em todo o Brasil e na Bahia, uma forte expansão do varejo farmacêutico foi acompanhada pela financeirização dos

padrões de acumulação das grandes redes de farmácias. Na dimensão patrimonial, identificou-se verticalização, diversificação, capitalização por operações financeiras e patrimoniais, intensificação de fusões e aquisições, abertura de farmácias, entrada de investidores, mudanças na gestão e organização interna. Na contábil-financeira, constatou-se aumento de porte (receitas, ativos, patrimônio) e bom desempenho (retorno sobre capital próprio, giro do ativo e capitais de terceiros) das redes em comparação às empresas brasileiras e da saúde, estreitando a participação de farmácias de micro e pequeno porte nesse mercado (Mattos e outros, 2022).

O comércio eletrônico, que tem apresentado elevadas taxas de crescimento no país, é um outro vetor de extrema importância, mobilizando diversos segmentos, incluindo pequenos supermercados, farmácias, restaurantes e uma gama diversa de produtos e serviços. Além do comércio eletrônico, a “pirataria” tem causado feitos negativos para o comércio baiano. Entre esses produtos estão roupas, perfumes, remédios, plataformas de streaming, TV a cabo e até carros de luxo falsificados. Produtos piratas podem causar a redução da arrecadação de impostos; redução na criação de empregos; incentivo ao crime organizado; baixa qualidade de produtos, podendo acarretar acidentes, intoxicações e outros problemas aos consumidores (FETRABASE; FAEB; Fecomércio-BA; e FIEB – 2022).

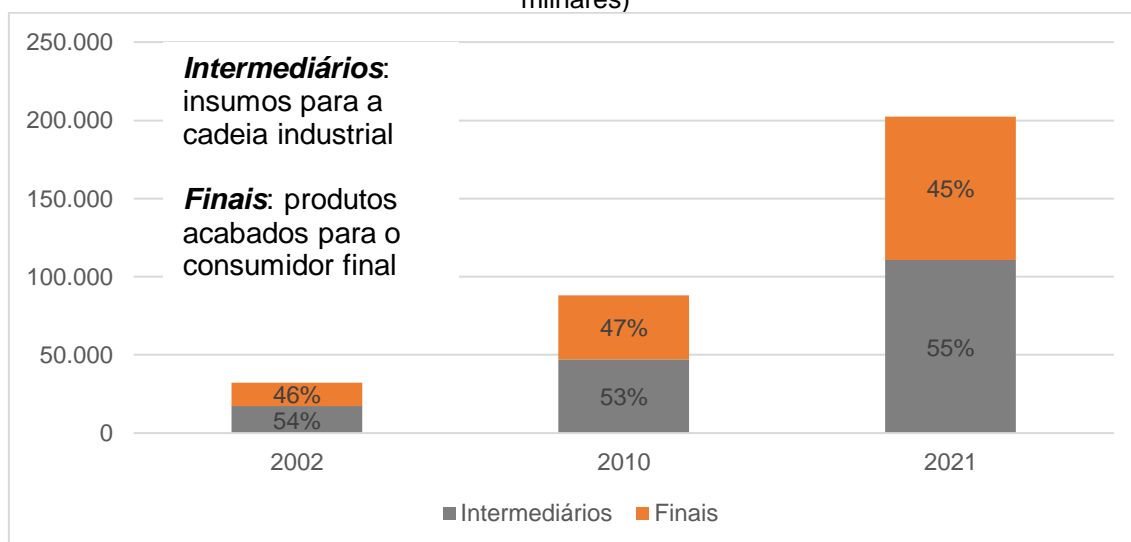
Não se pode deixar de mencionar questões relacionadas à segurança pública. Infelizmente o Estado da Bahia ocupa uma posição desconfortável nesse ranqueamento. Regiões consideradas mais violentas têm dificuldade em reter e atrair investimentos e de gerar empregos e renda. Também tem crescido o roubo de cargas, crime que afeta fortemente a economia por seus efeitos em cadeia, resultando em uma forte perda de competitividade, com a transferência dos custos extras para a sociedade através do preço final das mercadorias. Para os governos, sobretudo os estados, ocorre perda da arrecadação de impostos com a comercialização clandestina dessas cargas (FETRABASE; FAEB; Fecomércio-BA; e FIEB – 2022).

Para Salvador e municípios de médio porte, não se pode, igualmente, deixar de mencionar aspectos relacionados à mobilidade urbana, pois implicam indiretamente na qualidade de vida, da prestação de serviços e dificuldades de

acesso aos empreendimentos localizados nos principais centros comerciais destes municípios, observando-se a perda de competitividade em espaços históricos e tradicionais destes e aparecimento de um comércio nas principais vias de acesso em bairros onde antes predominam as habitações residenciais.

Considerando-se diferenciações nas tipologias entre serviços intermediários e finais, onde a primeira relaciona-se àquela parte dos serviços inseridos na cadeia produtiva industrial, fornecendo insumos para produtos, e os serviços finais são produtos de consumo destinados ao consumidor final, de natureza instantânea, como serviço de cabeleireiro, corretagem de imóveis, produtos de higiene etc. Pode-se perceber, conforme gráfico a seguir, a evolução do PIB dos serviços intermediários e finais, de 2002 a 2020 no Estado da Bahia.

Gráfico 24 – Evolução do PIB dos Serviços Intermediários e Finais (2002; 2010 e 2021, R\$ milhares)

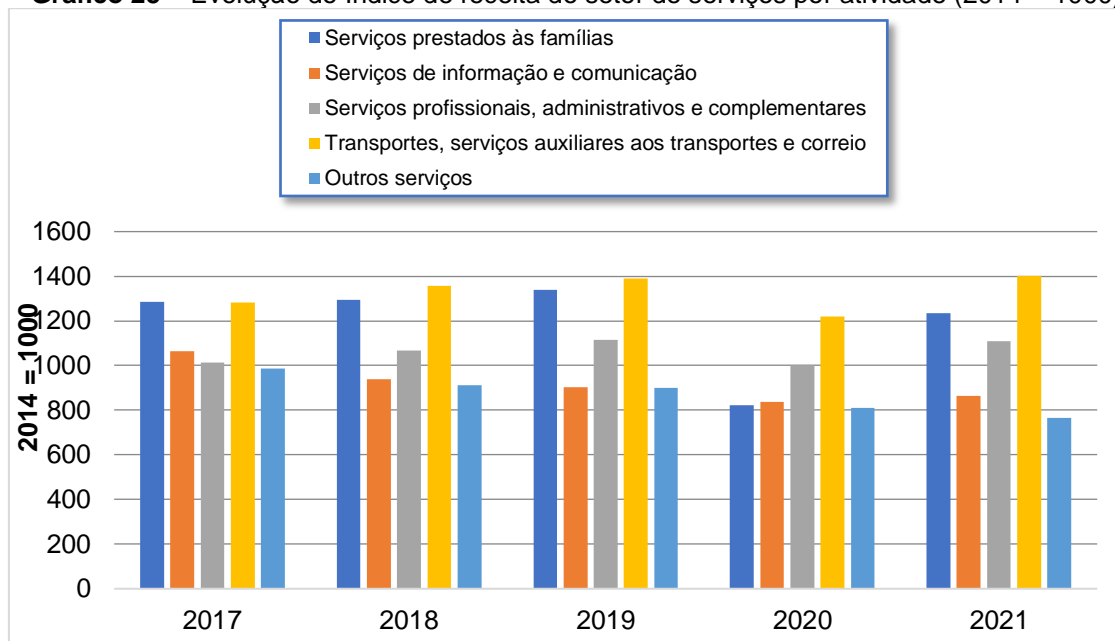


Fonte: Adaptado de SEI (2023) e Sidra-IBGE (2023).

Economias mais avançadas contemplam uma presença mais relevante do setor de serviços intermediários, com um maior número de atividades intensivas em tecnologia, com forte vínculo com setores industriais, como novas tecnologias de comunicação e desenvolvimento de softwares. A análise desses setores será segregada e tratada no capítulo onde se abordará sobre a Economia Criativa. Aqui detemos uma análise mais direcionada aos serviços finais, onde se demonstra no gráfico a seguir, entre 2017 e 2020, uma presença estabilizada dos serviços prestados às famílias e um crescimento dos serviços de transportes, serviços auxiliares aos transportes e correios, provavelmente

influenciado pelo fenômeno da “Uberização” e da presença do comércio eletrônico.

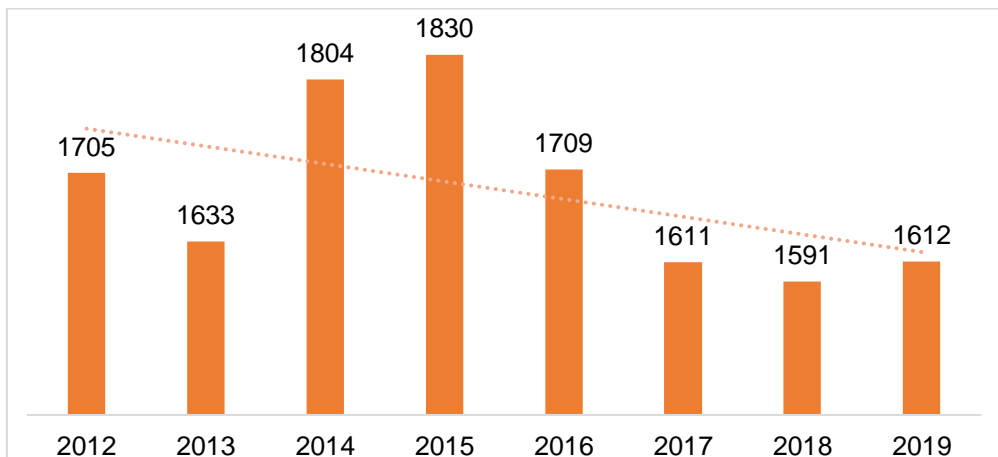
Gráfico 25 – Evolução do Índice de receita do setor de serviços por atividade (2014 = 1000)



Fonte: Valor & Foco - Adaptado de Sidra-IBGE (2023).

Fruto da análise anterior, torna-se necessário uma breve apreciação da situação da informalidade, apresentando-se no gráfico a seguir, o comportamento nos últimos 07 anos dos números de pessoas ocupadas como empregador ou por conta própria na Bahia, sem registro de CNPJ. O setor de comércio e serviços se destaca dos demais pela alta presença de informalidade, resultante do baixo custo envolvido em muitas de suas atividades. Os serviços informais, por exemplo, relacionam-se às atividades pouco especializadas, em que a remuneração se dá em patamares baixos e por tempo. Grande parte das atividades desenvolvidas por estas pessoas estavam relacionadas ao comércio (54%) e depois aos serviços (35%). A tendência da série era de diminuição até 2018, mas possivelmente estes números aumentaram com a pandemia da Covid-19.

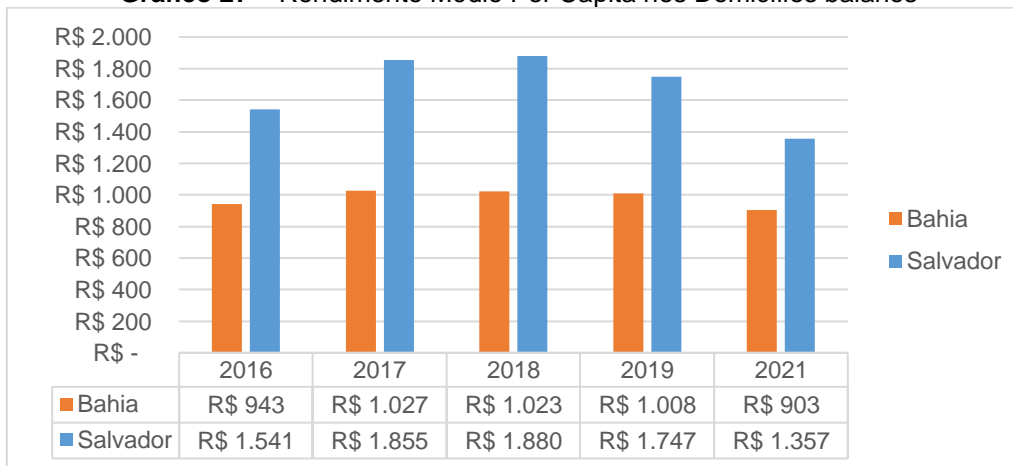
Gráfico 26 – Pessoas ocupadas como empregador ou por conta própria na Bahia, sem registro de CNPJ (mil pessoas)



Fonte: Adaptado de IBGE (2023)

É pertinente avaliar que a informalidade assim como outros fatores influenciam o nível de renda da população baiana, conforme apresentado no gráfico a seguir.

Gráfico 27 – Rendimento Médio Per Capita nos Domicílios baianos



Fonte: Adaptado de PNAD (2023).

O estado fica abaixo da média nacional, que foi de R\$ 1.431,00, em 2021. A média significativamente maior do município de Salvador não reflete uma maior qualidade de vida, mas possivelmente ressalta um alto nível de concentração econômica, uma vez que Salvador representa uma parcela elevada da taxa de desemprego do estado.

Conforme apresentado na tabela a seguir, os setores de Serviços e da Administração Pública são os que mais empregam na Bahia, a partir dos dados da Rais¹³. Esses segmentos, conjuntamente, representaram 60% dos postos de trabalho em 2021. O setor de serviços costuma se concentrar e se polarizar em polos urbanos. A RMS concentra atividades de serviços, tanto públicos quanto privados. A estabilidade do número de pessoas empregadas em serviços consolida o crescimento deste setor em detrimento da indústria, fato observado no Brasil como um todo e que se repete no Estado da Bahia.

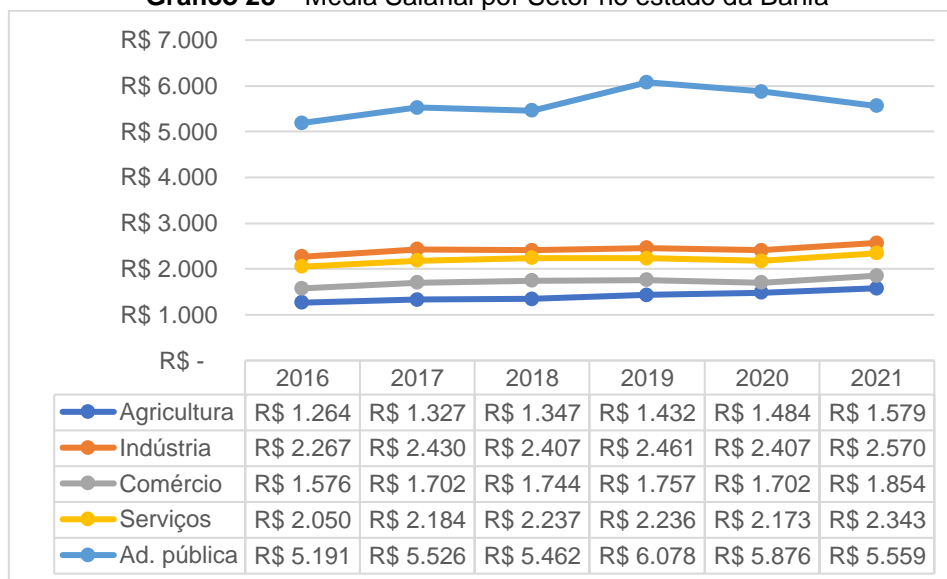
Tabela 10 – Estoque Formais de Emprego – Bahia -2021

ATIVIDADE ECONÔMICA	ESTOQUE DE EMPREGOS FORMAIS - 2021	PARTICIPAÇÃO RELATIVA ATIVIDADE ECONÔMICA (%)
SERVIÇOS	792.872	33,7%
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	625.526	26,6%
COMÉRCIO	443.976	18,9%
INDÚSTRIA DA TRANSFORMAÇÃO	231.326	9,8%
CONSTRUÇÃO CIVIL	114.405	4,9%
AGROPECUÁRIA	97.133	4,1%
SIUP	30.269	1,3%
EXTRATIVA MINERAL	17.691	0,8%
TOTAL	2.353.198	100,0%

Fonte: SEI, Infobahia (2023).

O gráfico a seguir apresenta a média salarial por macro setor da atividade econômica, onde a média salarial da administração pública está significativamente acima da média dos trabalhadores do setor privado nos três macrossetores, e a agricultura possui o menor salário médio.

¹³ Que considera as declarações de empregados por parte das empresas e pode resultar em uma avaliação com subnotificação ou enviesada para certos setores, como a administração pública, que é apresentada com tamanho similar ao setor de serviços.

Gráfico 28 – Média Salarial por Setor no estado da Bahia

Fonte: Adaptado de MTE (2023)

No que se reporta a educação, a tabela subsequente, por si só, explica as razões para dificuldades de inserção dos jovens no mercado de trabalho e o quanto essa situação compromete a formação e qualidade da mão de obra. Embora tenha apresentado um declínio de cerca de 12,5% entre 2019 e 2022, o estado da Bahia lidera a desconfortável posição de pessoas de 15 anos e mais analfabetas.

Tabela 29– Pessoas de 15 anos ou mais, analfabetas, por sexo e grupo de idade (Regiões)

BRASIL, GRANDE REGIÃO E UNIDADE DA FEDERAÇÃO	ANO X SEXO						
	2019			2022			Variação Total 2019- 2022(%)
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	
BRASIL	10054	5095	4959	9560	4834	4727	-4,91%
NORTE	937	503	434	905	489	416	-3,42%
NORDESTE	5678	3018	2660	5284	2822	2462	-6,94%
SUDESTE	2168	987	1181	2121	954	1167	-2,17%
SUL	718	315	403	724	308	416	0,84%
CENTRO-OESTE	553	272	282	526	261	266	-4,88%

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Anual - 2º trimestre, (2022).

Tabela 30 – Pessoas de 15 anos ou mais, analfabetas, por sexo e grupo de idade (Estados)

	2019			2022			Variação Total 2019- 2022(%)
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	
BAHIA	1387	714	673	1214	616	598	-12,47%
CEARÁ	898	506	393	892	496	396	-0,67%
PERNAMBUCO	816	410	406	833	430	403	2,08%
SÃO PAULO	890	376	515	830	357	473	-6,74%
MINAS GERAIS	855	417	437	822	384	438	-3,86%
MARANHÃO	758	398	360	647	345	302	-14,64%
PARÁ	491	270	222	491	271	220	0,00%
PARAÍBA	468	264	204	431	244	187	-7,91%
PIAUÍ	375	206	169	383	205	178	2,13%
ALAGOAS	407	204	203	370	190	180	-9,09%
PARANÁ	373	153	220	365	144	221	-2,14%
RIO DE JANEIRO	274	126	147	313	143	170	14,23%
RIO GRANDE DO NORTE	345	197	148	298	173	125	-13,62%
GOIÁS	252	128	124	260	134	126	3,17%
RIO GRANDE DO SUL	224	108	116	232	108	124	3,57%
SERGIPE	223	119	105	215	123	92	-3,59%
ESPÍRITO SANTO	150	68	82	156	70	86	4,00%
AMAZONAS	147	80	67	148	79	69	0,68%
MATO GROSSO	146	72	75	134	64	70	-8,22%
SANTA CATARINA	121	55	66	127	57	71	4,96%
TOCANTINS	105	55	50	90	51	40	-14,29%
MATO GROSSO DO SUL	95	46	49	85	42	43	-10,53%
RONDÔNIA	77	36	41	69	33	36	-10,39%
ACRE	68	38	30	57	30	27	-16,18%
DISTRITO FEDERAL	60	26	34	47	20	26	-21,67%
AMAPÁ	32	15	16	33	16	17	3,13%
RORAIMA	18	10	7	17	9	8	-5,56%

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Anual - 2º trimestre, (2022).

Entre as entidades representativas das classes empresariais do segmento há preocupações relacionadas ao elevado grau de informalidade ao longo da história do setor de comércio e serviços, fator limitante para a saúde das MPEs. A baixa capacidade em gerir o próprio negócio e a mão de obra com baixo grau de especialização contribuem para uma taxa de mortalidade empresarial elevada, fator decisivo para os números da informalidade no setor, as questões ligadas à infraestrutura, à mobilidade urbana e à segurança pública. O estímulo à educação e à cultura empreendedora e ao treinamento da mão de obra são a

chave para um melhor posicionamento do setor de comércio e serviços na Bahia, de natureza micro e pequena, muitas vezes, familiar.

A valorização da produção baiana no setor de comércio e serviços se revela como expectativas das entidades representativas desse segmento. Iniciativas como o Made in Bahia poderiam ser difundidas entre as TIs do estado através de entidades locais vinculadas ao Sistema S, o que aumentaria o poder de atuação local das entidades e a capilaridade dos negócios em outras unidades da federação e até no exterior, aumentando a visibilidade dos negócios baianos, promovendo o comércio local.

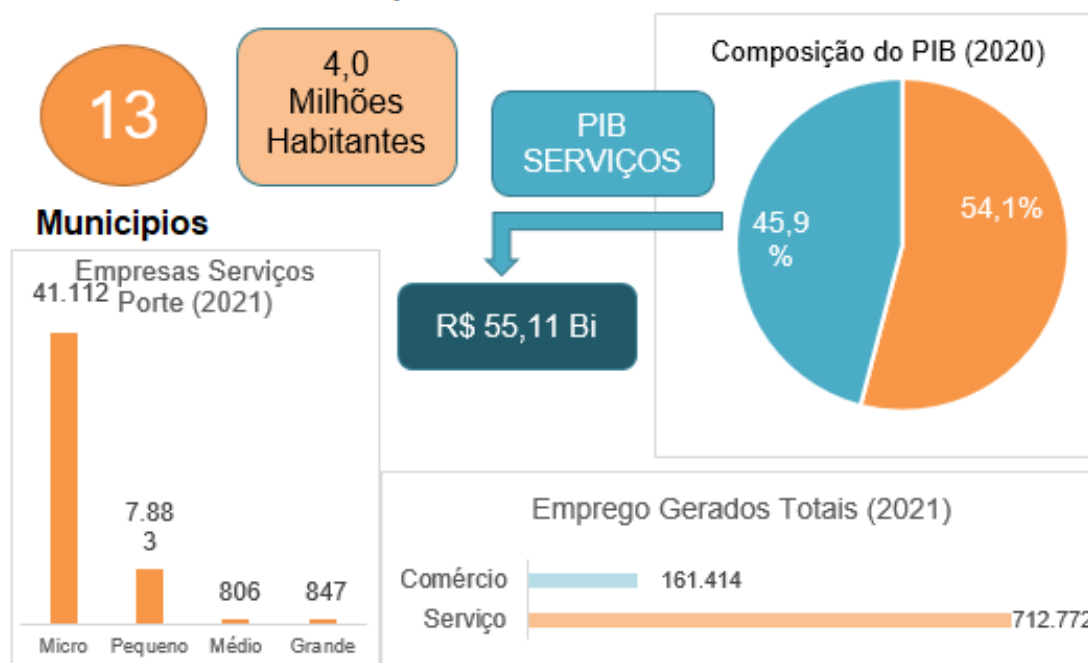
Priorização dos Pequenos Negócios de Comércio, Serviços nos Territórios de Identidade

Conforme apresentado nos outros itens, a priorização do setor de comércio e serviços decorre de um ranqueamento que utiliza como métrica o número de empreendimentos por porte, além dos empregos gerados pelo setor e o tamanho do PIB do setor em cada um dos dois TIs selecionados que, conjuntamente, correspondem a 78,4% dos segmentos em análise.

Região Metropolitana de Salvador

É o primeiro TI que aparece nesses segmentos. A alta presença de comércio e serviços de micro e pequeno porte e os respectivos contingentes de emprego garantiram o primeiro lugar a RMS. Mas é relevante avaliar como está o estado atual do setor no TI e o que seus dados indicam. A região apresentou uma taxa de desemprego que beirava os 20% no terceiro trimestre de 2022. Sendo um dos TIs mais ricos do estado da Bahia, o tamanho do desemprego indica, a princípio, muita desigualdade e má distribuição de renda.

Metropolitana de Salvador



Fonte: Adaptado de Sidra-IBGE (2023).

Quando se observa o ranqueamento dos CNAE da RMS para o comércio e os serviços, nota-se que dentre os primeiros figuram o segmento de alimentação, como restaurantes e mercados, além de outros varejos como farmácias, lojas de vestuário e materiais de construção. O diferencial apareceu nos altos números ligados ao serviço de condomínio e prediais.

Conforme discutido anteriormente, abordou-se o grau de complexidade para os setores de comércio e serviços, estando os serviços mais complexos próximos aos setores industriais que pautem conhecimento inovador, ligados à dinâmica tecnológica. Avalia-se que a RMS possui um número elevado de empreendimentos voltados para o consumo final dos habitantes, isto é, que requerem um baixo grau de qualificação e especialização, e estão ligados, em termos de crescimento, ao próprio crescimento populacional. No patamar atual, o setor de comércio e serviços, baseados nestes segmentos, não consegue dar conta da população economicamente ativa que não encontra emprego nas cidades.

Ao expandir-se a análise para uma parcela maior do ranking, denota-se haver alguns indicadores para aproveitar. Analisando o ranking para posições

acima da terceira por TI, aparecem instituições de ensino, sobretudo educação infantil pré-escolar (sexto lugar) e escolas fundamentais, em patamares menores que o setor de alimentos, mas ainda assim em elevado patamar. Isso indica que a educação privada, principalmente do ensino infantil e fundamental da RMS se orienta pela predominância de micro e pequenos empreendimentos, que empregam um bom contingente de pessoas.

Ademais, outros CNAEs apontados pela priorização foram: transporte, tanto de passageiros quanto logístico, serviços odontológicos, hotéis e serviços de engenharia. Olhando especificamente para o comércio, além dos citados anteriormente, aparece o comércio de móveis e revenda de autopeças.

Os serviços da RMS possuem potencial para crescer no setor de educação. Além disso, existem alguns serviços com um grau um pouco maior de especialização que apresentam uma massa significativa de empregos e uma presença relevante de pequenos negócios. Serviços logísticos, odontológicos e de engenharia podem servir como eixos de crescimento relevante, dada a sua capacidade em gerar empregos e estimular a renda. O comércio de alimentos, vestuário e móveis têm potencial, pela avaliação do IP, em integrar uma cadeia de valor da indústria para o comércio. O fomento da circulação de produtos locais favoreceria os pequenos comércios de Salvador, ajudando a diminuir os índices de desemprego do TI.

Outro potencial ainda pouco discutido, mas que pode alterar a dinâmica economia da RMS é a economia criativa. No segmento de comércio e serviços ela se relaciona à produção, comercialização e exibição de bens que promovam a diversidade cultural, a sustentabilidade, a inovação e a inclusão social. Esse segmento pode gerar emprego e renda através de novos empreendimentos e da expansão dos empreendimentos já existentes, a exemplo dos ligados ao audiovisual.

A economia criativa já vem aumentando sua participação no PIB de forma crescente, vide os esforços realizados pelo estado e por entidades da sociedade civil de organizar a produção e profissionalizar-se através de cursos sobre cultura

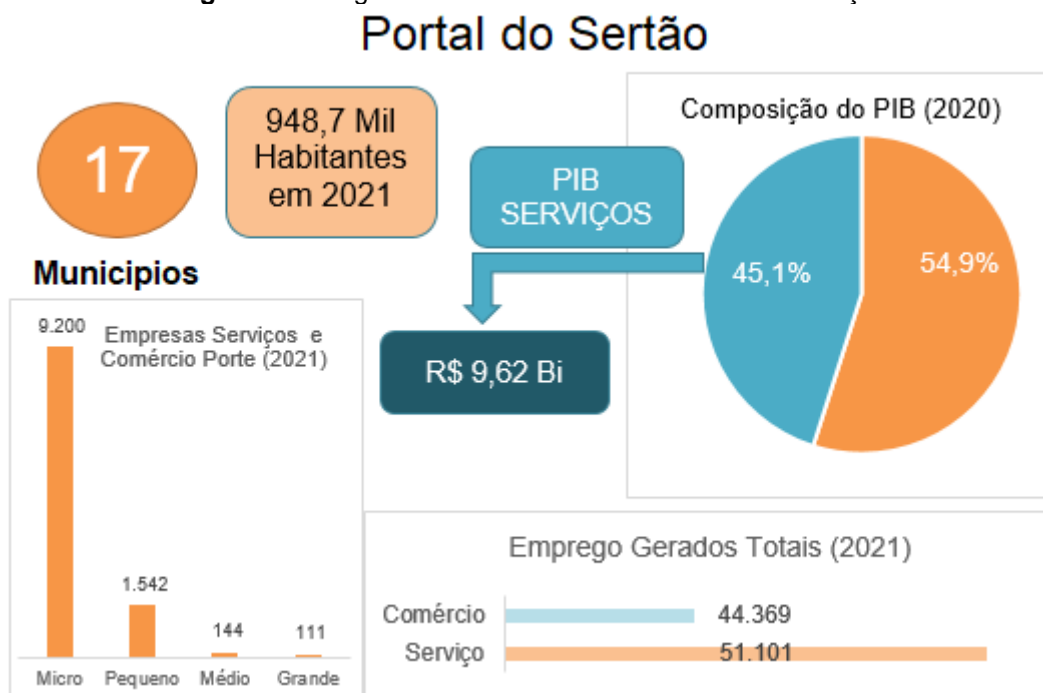
empreendedora (SEI, 2021) e outros espaços e estímulo, a exemplo do Doca1(hub de inovação para negócios criativos), apoios direcionados da Prefeitura Municipal e publicação de editais específicos para esse segmento.

A gastronomia é o segmento criativo que mais consegue adicionar valor ao PIB, assim, a promoção do segmento, que já é pungente, segundo a priorização, pode promover mudanças significativas na abertura de novos empreendimentos e na geração de postos de trabalho, vide o rendimento médio do trabalhador de segmentos criativos ser maior que a média geral (FIRJAN, 2022). O segmento audiovisual, pujante na RMS, é um dos que mais emprega no estado da Bahia (SEI, 2021), apontando que ações de formação e fomento conseguem ter efetividade, uma vez que geram emprego e renda qualificados.

Portal do Sertão

No território do portal do sertão, o setor de serviços representa 45,1% do PIB regional, com um valor adicionado de 9,62 bilhões de reais, além disso nos 17 municípios que compõem a região, o setor de serviços gera mais de 95 mil empregos formais, cerca de 10% da população local. Os empreendimentos do comércio e dos serviços neste TI apresentaram predomínio dos micro e pequenos negócios.

Figura 8 – Infográfico Portal do Sertão Comércio e Serviços



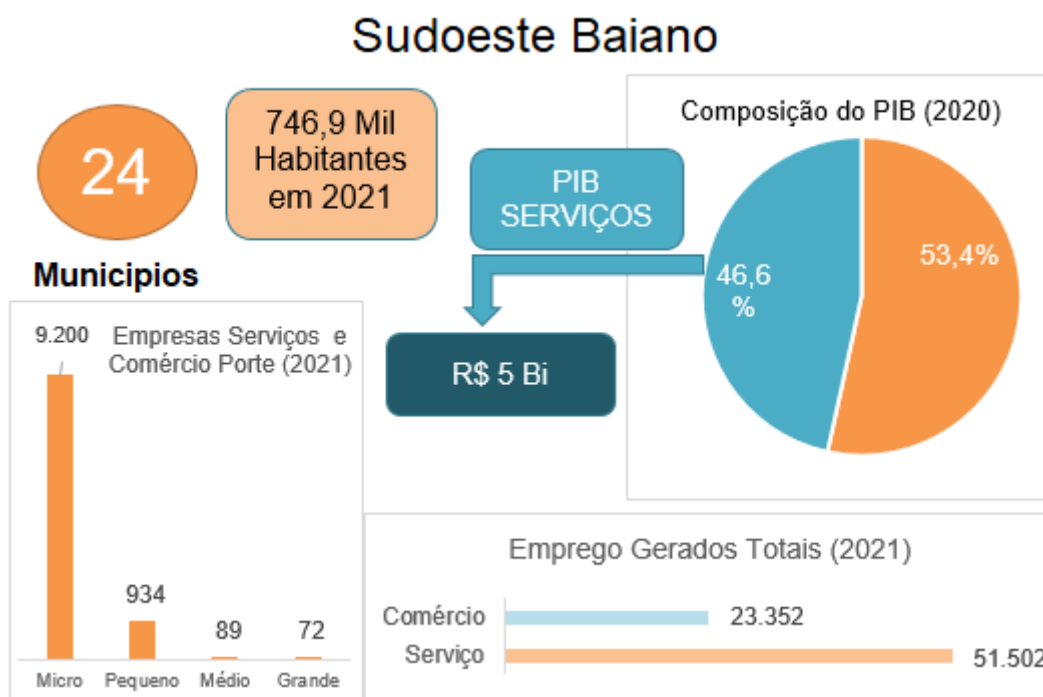
Fonte: Elaborado por Valor&Foco a partir de dados RAIS (2023) e IBGE (2023).

O território do Portal do Sertão também apresentou destaque no comércio e nos serviços. No primeiro ficam destacados comércios voltados para o segmento de veículos e automóveis, como lojas de peças e acessórios além de postos de combustíveis, em terceiro lugar apareceu os varejos alimentícios. Na categoria de serviços apareceram os restaurantes, os serviços de transporte rodoviário de carga e instituições de ensino fundamental (escolas particulares). Nesse sentido é possível avaliar que os pequenos negócios da região estão ligados à logística, então o desenvolvimento local como polo logístico promoveria estas cadeias auxiliares e desenvolveria esses pequenos negócios. Além disso houve o destaque da educação, resultante de políticas de incentivo fiscal, a região pôde aprofundar esta vocação se destacando também como polo educacional. Para além destes dois eixos aparece novamente a possibilidade para consumo de produtos alimentícios locais.

Sudoeste Baiano

O TI do Sudoeste Baiano apresentou, também, destaque para o setor de serviços. O setor representou 46,6% do PIB local, adicionando cerca de 5 bilhões de reais. Nos 24 municípios, cerca de 10% da população total está formalmente empregada no setor, são 74.854 postos de trabalho, dispersos em 10.295 empreendimentos em que mais de 90% são pequenos negócios.

Figura 9 – Infográfico Sudoeste Baiano Comércio e Serviços



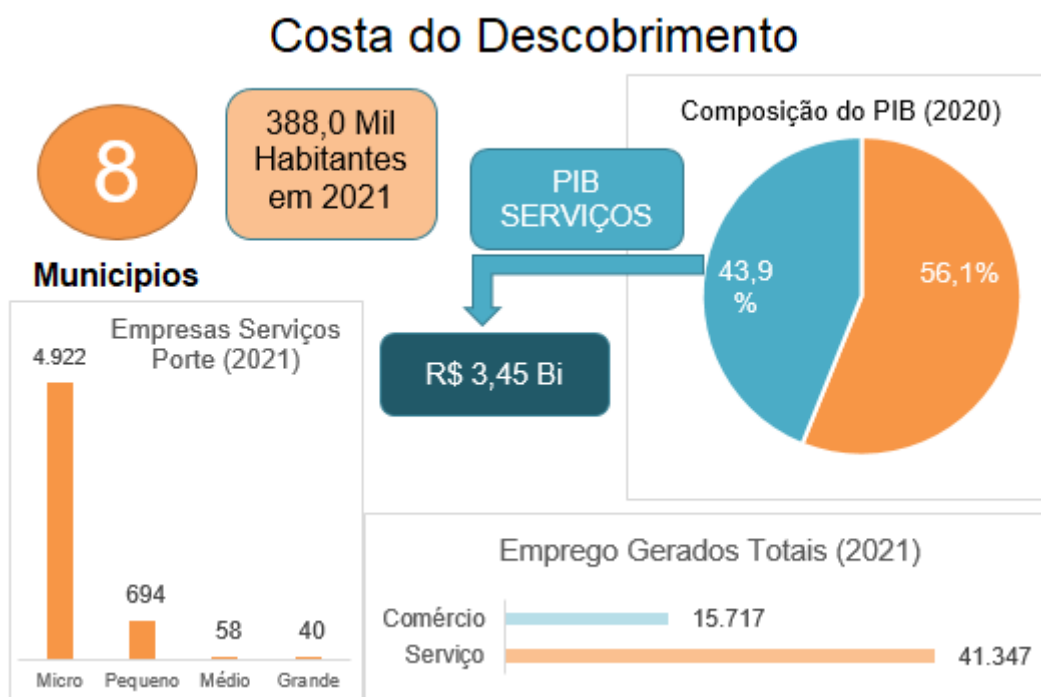
Fonte: Elaborado por Valor&Foco a partir de dados RAIS (2023) e IBGE (2023).

O território do sudoeste baiano despontou pelos números de pequenos negócios no comércio. Nesse sentido, houve destaque no varejo alimentício, no comércio de vestuário e acessórios e nos postos de combustíveis. A região possui um potencial no consumo de produtos de confecção, então o desenvolvimento dos polos industriais de confecção poderiam se integrar e fornecer ao mercado local. Exemplo disso poderia ser o Polo de Distribuição das Indústrias de Confecção da Bahia, inaugurado em Feira de Santana ou o Condomínio Bahia Têxtil em Salvador, que poderia integrar a cadeia logística. Nesse sentido, a predominância de postos de combustíveis também contribui para apontar o potencial logístico da região, que se destaca pelo acesso aos mercados do sudeste, além dos já citados potenciais ligados aos alimentos.

Costa do Descobrimento

A Costa do Descobrimento aparece também como um TI chave para o comércio e o serviço baiano. O TI composto por oito municípios movimento no PIB de comércio e serviços mais de 3,45 Bilhões de reais, com um setor que apresenta 97% de pequenos negócios e gera cerca de 57 mil empregos na TI.

Figura 10 – Infográfico Costa do Descobrimento Comércio e Serviços



Fonte: Adaptado de Sidra-IBGE (2023).

Realizando-se uma análise do TI Costa do Descobrimento, a partir do Índice de Priorização, nota-se que o setor de serviços ligados ao turismo congrega a maioria dos pequenos negócios e da geração de empregos também. Em primeiro lugar na priorização aparecem os hotéis, em segundo, os restaurantes e similares, em terceiro, as lanchonetes e casas de suco, em quarto, a gestão de condomínios e prédios e em quinto, atividades ligadas à contabilidade. A Costa do Descobrimento se orienta pelo turismo e a geração de emprego acaba se voltando para segmento especializados, mas com certa concentração em termos de atividade. A diversificação de atividades que podem estar relacionadas ao turismo serviria de referência para expansão de emprego e renda para além da atividade hoteleira e do setor alimentício.

Potencialidades para atuação no setor de comércio e serviços

As oportunidades para o segmento do comércio e serviços consiste no desenvolvimento de alguns setores que apresentam boa quantidade de empresas de micro e pequeno porte, assim como que geram emprego e renda.

Existem algumas regiões do estado que são mais promissoras nesse sentido, conforme se apresenta no quadro a seguir.

Quadro 12 – IP Comércio e Serviços

Priorizada		Menos Relevantes	
Comércio	Serviços	Comércio	Serviços
RMS	RMS	Bacia do Rio Corrente	Chapada Diamantina
Portal do Sertão	Sudoeste Baiano	Piemonte da Diamantina	Velho Chico
Sudoeste Baiano	Costa do Descobrimento	Bacia do Paramirim	Irecê

Fonte: Elaborado a partir de dados MTE (2023).

Quadro 13 – IP Comércio e Serviços Atividades

Priorizada	Atividades Comércio	Atividades Serviços	Potencial
RMS	<ul style="list-style-type: none"> Varejo Alimentícios; Varejo de vestuário e acessórios Varejo Materiais de Construção. 	<ul style="list-style-type: none"> Condomínio Predial; Restaurantes e similares Meios de hospedagem, logística e locomoção; Saúde e Estética 	<ul style="list-style-type: none"> Conexões entre varejo de alimento e indústria de produção de alimentos, cosméticos e de higiene) Conexões com a construção civil e condomínios prediais

			<ul style="list-style-type: none"> • Conexões entre as atividades principais e acessórios do turismo e economia criativa • Estímulos aos empreendimentos relacionados aos cuidados com a saúde e estética
Portal do Sertão	<ul style="list-style-type: none"> • Peças e acessórios para veículos; • Postos de Combustíveis; • Varejo Alimentício. 	<ul style="list-style-type: none"> • Restaurantes e similares; • Transporte Rodoviário de Carga; • Ensino Fundamental. 	<ul style="list-style-type: none"> • “Hub” de distribuição de mercadorias para capital e interior; • Empreendimentos ligados à educação.
Sudoeste Baiano	<ul style="list-style-type: none"> • Varejo Alimentício; • Comércio de Vestuário e Acessórios; • Postos de Combustíveis. 	<ul style="list-style-type: none"> • Restaurantes e similares; • Transporte Rodoviário de Carga; • Ensino Fundamental 	<ul style="list-style-type: none"> • Encadeamento com a indústria de confecção e desenvolvimento regional como polo logístico do estado; • Empreendimentos ligados à educação.
Costa do Descobrimento		<ul style="list-style-type: none"> • Meios de hospedagens • Alimentação fora do lar • Serviços de assessoria aos pequenos negócios (contabilidade); • Logística e meios de transportes 	<ul style="list-style-type: none"> • Expansão do potencial turístico para expansão dos pequenos negócios locais.

Fonte: Elaborado por Valor &Foco (2023).

Comércio e Serviços – Linhas de Ações

1. Cooperação Técnica Sebrae-Ba e Juceb, cabendo à Juceb, respeitando diretrizes da Lei geral de Proteção de Dados (LGPD), disponibilizar cadastros dos empreendimentos formalizados, para que o Sebrae possa estimular os recém-formalizados a participarem dos processos de orientações, educação empreendedora, gestão tributária, financeira, tecnológica e de outras soluções de suporte aos novos empreendedores. O empreendedor sonha em ser dono do seu negócio, mas não sabe por

onde começar. O empreendedor informal não percebe vantagem em formalizar seu negócio ou pagar os impostos; este cenário precisa ser modificado, pois a informalidade dificulta o recolhimento de imposto;

2. Cooperação Técnica entre a Setre, Sebrae Bahia e bancos federais (BB, BNB, CEF) e Desenhahia, onde caberia às instituições financeiras, respeitando diretrizes da Lei geral de Proteção de Dados (LGPD), disponibilizar cadastros dos empreendimentos demandantes de financiamentos, para que o Sebrae possa prestar orientações técnicas nos processos relacionados à captação de recursos — estudo de viabilidade técnica e econômica e aplicação dos recursos durante o processo de captação e pós-provação do financiamento;
3. Diminuição da burocracia envolvida na abertura e fechamento de empresas, o que gera perda da competitividade. Estimulando, dessa forma, novos negócios comerciais e a geração de novos empregos dentro do estado da Bahia a partir de práticas como a expansão da RedeSim, que facilita o processo de abertura de empresas, mas que ainda não está difundida em toda a Bahia;
4. Cooperações técnicas multisetoriais com as diversas entidades representativas de classes empresariais, Salas do Empreendedor e Serviço de Atendimento ao Cidadão (SACs Empresariais) para acolhimento dos candidatos a empreendedores e microempreendedores individuais e transferência de conteúdos que abordem sobre o empreendedorismo e gestão de negócios disponíveis no portfólio do Sebrae Bahia e outras entidades empresariais;
5. Redução da carga tributária e simplificação da cobrança de tributos estaduais como mola propulsora ao crescimento econômico, até que seja definida a reforma tributária e o seu impacto sob os estados e municípios;
6. A aprovação do Código de Defesa do Contribuinte (PLC 127/2017), a fim de aprimorar o relacionamento entre Fisco e contribuinte, possibilitando mais segurança jurídica para os empreendedores, incluindo o comércio e os serviços, cabendo ao governo do estado estar plenamente de acordo com as novas normas para fomentar as melhores práticas e desenvolver

o ambiente de negócios da Bahia, já amplamente discutida em tópico próprio deste documento;

7. Estabelecimento de convênios de cooperações técnicas entre o Secretarias do Governo do Estado (Setre, SDE, Seagri), Sebrae e entidades representativas de classes empresariais, para estimular o associativismo e cooperativismo entre empreendimento e habilitar MEIs, Pequenos Negócios e Agricultores Familiares participarem, coletivamente, de compras institucionais junto aos diversos poderes públicos;
8. Cumprir e estimular as prefeituras a cumprirem legislação que regula compras das MPE (Dispositivo Lei Geral das MPEs – aquisição junto às micro e pequenas empresas);
9. Desenvolvimento de políticas públicas de incentivo ao comércio e serviços para determinadas regiões do estado. A geração de riqueza na Bahia possui alto grau de concentração: 57,8% do PIB e 66,5% dos empregos são gerados por apenas 17 municípios, apesar de existirem 417 municípios na Bahia. Assim, cerca de 97,8% dos municípios têm menos de 20% de receita própria, dependendo exclusivamente dos repasses constitucionais dos outros entes públicos. O setor de comércio e serviço se destaca pela capacidade em gerar emprego e renda e por isso deve ser fomentado, visando a alteração da dinâmica econômica do estado;
10. Estimular executivos municipais, via União de Prefeitos da Bahia, a adotarem ao programa Cidade Empreendedora do Sebrae Bahia, especialmente os dos municípios com maiores vulnerabilidades socioeconômicas, visando: (a) qualificar gestores municipais a construir planos de desenvolvimento municipais, (b) qualificar gestores públicos para implementação plena da Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas; (c) estimular o empreendedorismo conforme suas vocações e aptidões econômicas; (c) identificar e formar lideranças públicas e privadas nos respectivos municípios, para implementar ações em prol do

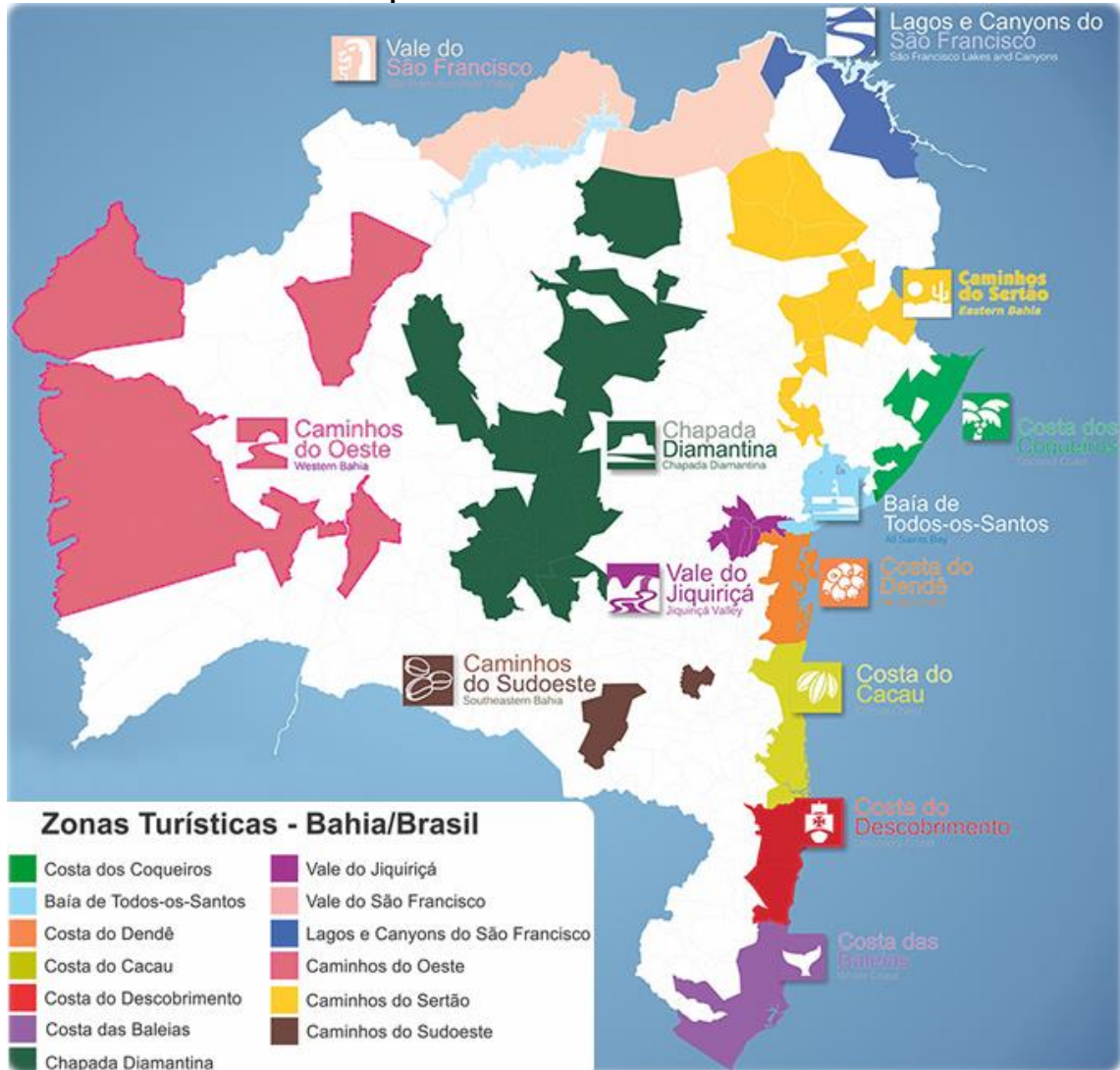
empreendedorismo e dos pequenos negócios, considerando as vocações econômicas desses espaços;

11. Investir em concessões e na modernização da infraestrutura, melhorando os modais de transporte, visando barateamento do frete e possibilitando a prestação adequada de serviços e a melhoria da mobilidade urbana. O comércio e os serviços se utilizam fortemente da mobilidade urbana como meio do consumidor acessá-los, especialmente o comércio de rua. Nesse sentido, a garantia de uma boa mobilidade urbana nos grandes centros urbanos da Bahia é condição necessária para o desenvolvimento do setor;
12. Plano de promoção de ações que visem coibir o impacto de produtos piratas e falsificados. O Fórum Nacional Contra a Pirataria e a Ilegalidade promove o programa de Cidade Livre de Pirataria, visando operações contínuas para coibir este tipo de prática, danosa à economia local. Cabe ao governo do estado promover e orientar ações e melhores práticas;
13. Investimentos na operacionalização dos aeroportos, obras de mobilidade urbana na capital e no interior, a exemplo do sistema de metrô, BRT e VLT; incentivo ao uso dos transportes coletivos e implantação de contornos viários, a exemplo da duplicação do trecho norte do anel rodoviário de Feira de Santana; Modernização da Ferrovia Centro Atlântica S.A. (FCA), no corredor Minas-Bahia, a criação de um segundo terminal de contêiner no Porto de Salvador ou ampliação do Tecon, além de outro terminal de líquidos e tancagem no Porto de Aratu;
14. Melhoria da segurança pública preventiva e ostensiva nos grandes centros comerciais e zonas turísticas do Estado da Bahia, usando também a inovação como ferramenta para a prevenção e combate à criminalidade. O receio compartilhado pela sociedade desempenha um papel determinante na tomada de decisão de abandonar a ideia de uma viagem ou um passeio. A presença da violência na cidade e sua amplificação nos meios de comunicação geram uma sensação difundida de temor, a qual tem um efeito direto na seleção do local como um destino agradável para períodos de descanso e passeios. A circulação impacta diretamente o consumo a bens e serviços nos empreendimentos de rua.

Evolução do Turismo

A Bahia possui 13 zonas turísticas. As zonas englobam todas as grandes regiões do estado, mas especialmente seu litoral, o que contribui para o processo de interiorização do desenvolvimento.

Mapa 5 – Zonas Turísticas da Bahia



Fonte: Observatório Turismo Bahia (2023).

Segundo a Lei Estadual nº 12.933, o turismo é a atividade econômica decorrente de viagens e respectivas permanências das pessoas em lugares distintos dos que vivem, por período inferior a um ano consecutivo e superior a 24 horas, com a finalidade de lazer, negócios, cultura, religião, entretenimento e outros. A atividade gera movimentação econômica, trabalho, emprego, renda e receitas públicas, constituindo instrumento de desenvolvimento econômico e social, promoção e diversidade cultural, conservação e preservação da biodiversidade e do patrimônio histórico. São todas as atividades ligadas à hospedagem, alimentação, agenciamento, transporte, recepção turística, eventos, recreação e entretenimento, além de outras utilizadas pelos turistas em seus deslocamentos (SEI, 2022).

As regiões turísticas da Bahia contemplaram, até o ano de 2020, um total de 133 municípios, observando-se decréscimo na participação das ACT (Atividades Características do Turismo) de 2020 em relação a 2019 em 11 Regiões Turísticas da Bahia decorrente dos desdobramentos da pandemia de Covid-19, que repercutiu nos mais diversos aspectos, sobretudo o econômico

Tabela 31 – Participação das regiões turísticas no total das ACT Bahia — 2018/2019/2020

Regiões Turísticas	% ACT		
	2018	2019	2020
Baía de Todos os Santos	49,20%	46,34%	45,14%
Costa dos Coqueiros	9,39%	9,59%	10,00%
Caminhos do Sertão	6,87%	6,71%	7,26%
Costa do Descobrimento	6,66%	6,78%	5,54%
Costa do Cacau	4,63%	4,51%	4,38%
Caminhos do Sudoeste	3,82%	4,07%	3,96%
Caminhos do Oeste	2,12%	2,36%	2,70%
Costa das Baleias	1,92%	1,91%	2,11%
Chapada Diamantina	1,79%	1,89%	2,00%
Vale do São Francisco	1,45%	1,54%	1,55%
Costa do Dendê	1,34%	1,47%	1,32%
Caminhos de Jiquiriça	0,74%	0,80%	0,77%
Lagos Canyos do São Francisco	0,48%	0,50%	0,47%
Total das Regiões Turísticas	90,41%	88,47%	87,20%

Fonte: Adaptado de SEI / DISTAT / COREF (2020).

Conforme é possível constatar na tabela a seguir, em 2020 a Região Turística da Costa do Descobrimento apresentou a maior dependência das Atividades Características do Turismo (13,96%), o que significa que aproximadamente 1/7 do valor adicionado total dessa zona turística provém dessas atividades, demonstrando o quão são relevantes para o desenvolvimento da região.

Tabela 32 – Participação das ACT em cada região turística Bahia — 2017/2018/2019

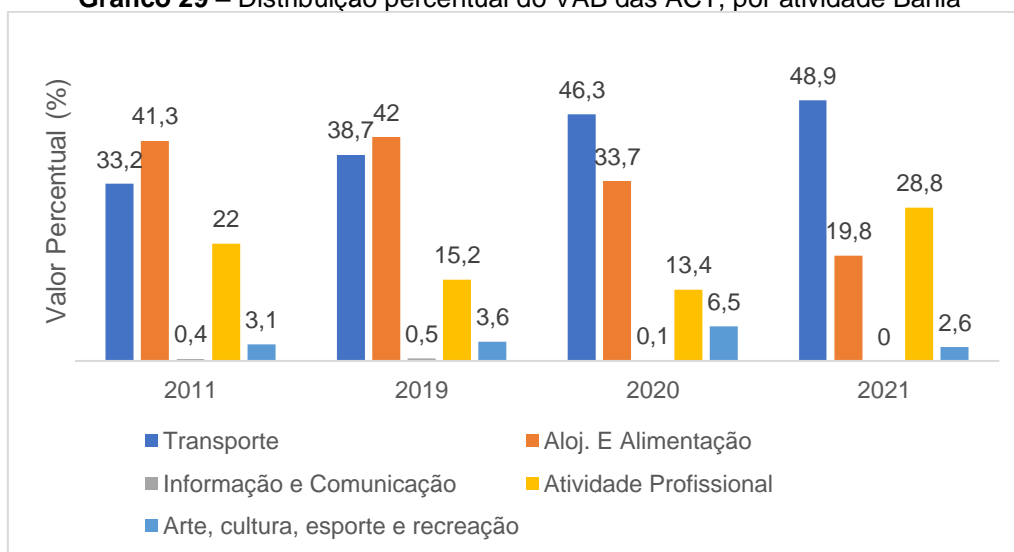
Regiões Turísticas	% VA ACT	% VA ACT	% VA ACT
	2018	2019	2020
Costa do Descobrimento	17,72%	18,79%	13,96%
Baía de Todos os Santos	6,88%	6,78%	5,76%
Costa do Cacau	5,33%	5,34%	4,32%
Costa do Dendê	4,33%	4,81%	4,01%
Caminhos do Sudoeste	4,32%	4,75%	3,98%
Caminhos do Sertão	4,00%	3,85%	3,36%
Costa dos Coqueiros	3,56%	3,69%	3,12%

Costa das Baleias	2,97%	3,06%	2,81%
Caminhos de Jiquiriça	3,28%	3,14%	2,47%
Vale do São Francisco	2,89%	2,66%	2,24%
Chapa Diamantina	2,47%	2,36%	1,84%
Caminhos do Oeste	1,89%	2,28%	1,55%
Lagos e Canyons do São Francisco	1,64%	1,52%	1,04%

Fonte: Adaptado de SEI / DISTAT / COREF (2020).

Outra metodologia de avaliação do turismo da Bahia se baseia no Valor Bruto Adicionado (VBA) das Atividades Características do Turismo (ACT) no estado. Os segmentos de transporte cresceram no longo prazo em participação, enquanto alojamento e alimentação demonstraram uma queda. Atividades profissionais e arte e cultural oscilaram de forma não linear. Essas alterações, representadas no gráfico posterior, são relevantes para entender a mudança nos padrões no consumo dos serviços locais. A demanda por transporte operou um segmento significativo para o estado da Bahia como um todo.

Gráfico 29 – Distribuição percentual do VAB das ACT, por atividade Bahia



Fonte: SEI (2022).

Turismo – Limitações e Desafios

Existe uma visão do turismo da Bahia, que foi herdada do início dos anos 2000, momento em que se criaram as zonas turísticas e se definiu o turismo do estado. Desde então houve novos planejamentos, mas que foram marcados por uma ausência de execução dos planos para o estado. A Bahia começou seus

planejamentos relativamente cedo, e com isso conseguiu destaque nacional. Contudo, houve uma série de descontinuidades na Secretaria do Turismo.

O setor perdeu visão e decresceu em importância política, ainda que possua relevância econômica. Existe uma demanda de mais representação e orçamento, além de ressaltar o papel do investimento em infraestrutura e segurança para garantir sua continuidade. O turismo parou de ser promovido pelo estado, mesmo havendo um universo de possibilidades nestas áreas. Compreende-se que, em termos de turismo, o planejamento não consegue sair do papel. A divulgação e a promoção do governo do estado são pontos nevrálgicos para o desenvolvimento turístico da Bahia. Existem diversos canais que precisam ser atacados para que se possa dar visibilidade aos diversos polos turísticos.

Faltam estudos consistentes sobre o setor, pois o planejamento não opera com base em dados, nem congrega informações setoriais. Despreza-se o fato de a continuidade depender dos indicadores; existem alguns dados setoriais, de instituições de classe, mas o trabalho de produção oficial não é realizado. O planejamento tem que ser visto como parte do turismo da Bahia, e para isso é necessário harmonia também com o setor privado. Estão em curso no estado investimentos privados para o desenvolvimento de algumas regiões, especialmente no litoral norte. O grupo Prima Empreendimentos prevê um investimento de R\$ 5 bilhões para os próximos 6 anos nesta região, na Costa do Dendê, e na Ilha de Boipeba, onde está ocorrendo, também, a criação de um Resort. Ações privadas estão acontecendo em diversas regiões e o governo do estado deve dar fomento e segurança jurídica para que investimentos similares ocorram.

Outro ponto de complemento é que o segmento sofre com a falta de qualificação de mão de obra e os cursos de turismo vêm decrescendo com os anos. Há uma espécie de descrédito no trabalho com o turismo, deixando de ser um caminho profissional. O trabalho exemplar do Senac precisa ser promovido em parceria com o governo do estado, para que cada vez os novos entrantes no mercado de trabalho percebam no turismo um caminho potencial. As zonas

turísticas precisam de fomento aos seus atrativos, para além de ações sazonais. Além da infraestrutura, uma questão fundamental.

A Bahia precisa promover definições para orientar as ações turísticas, mas que tipo de turismo deve ser desenvolvido? Em que a Bahia quer ser a melhor? Que imagem o estado quer passar?

Turismo – Linhas de Ações

1. Ampliar e diversificar a matriz dos produtos e zonas turísticas. Torna-se necessária a definição de eixos prioritários e sua promoção nas respectivas zonas turísticas. O estado tem todos os tipos de turismos, mas é preciso um plano de promoção em parceria com a iniciativa privada ligadas a esse setor. Existem ainda diversos potenciais, como o afroturismo e o turismo religioso, oportunidades de turismo fora do verão para outras regiões, a exemplo das festas juninas no interior do estado que levam renda a cidades menores, Vitória da Conquista com turismo de negócios e hospitalar, o entorno da baía de Todos-os-Santos com seus municípios e ilhas. É necessário promover, planejar e executar;
2. Ampliar as garantias de meios para acesso às experiências turísticas. Infraestrutura: estradas; aeroportos e portos e seus respectivos meios de locomoção, além da segurança pública;
3. Estimular por meio de parcerias com destinos de ecoturismo e turismo de aventura a implantação de procedimentos de segurança nos atrativos públicos, a exemplo de parques, trilhas e cachoeiras, promovendo uma experiência segura para os turistas e normatizando padrões como capacidade de carga, plano de primeiros socorros e estudos geológicos, evitando assim incidentes como no caso de Capitólio(Minas Gerais);
4. Inserir no planejamento turístico do estado a participação efetiva das Instâncias de Governança Regional, promovido pelo Ministério do Turismo. Como meio de desenvolvimento do turismo regional, visando impactar o turismo baiano em ações conjuntas do Governo Federal. Outros estados, como Rio de Janeiro, estão inseridos nessa política e recebem recursos para fomentar o turismo;

5. Criar estratégias para inserção do Estado no turismo internacional, aproveitando os diversos climas da Bahia e os seus aspectos culturais, potencializando as tendências como a promoção da vida tranquila e da sustentabilidade, fortalecendo a imagem da Bahia e do Brasil no exterior e seus diferenciais como destino turístico, melhorando as condições para investimentos nacionais e estrangeiros e orientando a prospecção de mercados internacionais emissores de visitantes que combinem volume e gastos altos;
6. Adição de roteiros alternativos qualificados que proporcionam melhores experiências, advindas de maiores investimentos em infraestrutura, também é um fator primordial. Estimulando o desenvolvimento de novos produtos turísticos que tragam melhor experiência ao visitante, como, por exemplo, a valorização do turismo rural que promove as produções locais, como o queijo de cabra da região de Uauá ou as vinícolas que se estabeleceram em Mucugê, unificando o potencial dos selos de origem, para valorizar os produtos e o turismo para valorização da região;
7. A criação de um ecossistema de economia criativa e inovação para o turismo é fundamental. Além disso, a capacitação de pessoas com qualidade elevada para atuar nos serviços turísticos, ampliando seu conhecimento a partir do ensino fundamental e de forma continuada é extremamente importante;
8. Realização de eventos de promoção do turismo, congregando municípios, governo do estado, associações e empresários do setor de turismo. Para mobilizar operadores do turismo e demonstrar o grande potencial do estado. Similar as ações realizadas pela Secretaria de Cultura e Turismo de Salvador junto da Associação Brasileira da Indústria de Hotéis (ABIH) para promover o turismo da cidade;
9. Incentivos fiscais que apoiem a adequação de empreendimentos às boas práticas de gestão ESG (Environmental, Social and Governance), a exemplo de acessibilidade, energia renovável, gestão de resíduos, entre outras iniciativas, também é de vital importância;
10. Os braços sociais da Fecomércio-BA (Sesc e Senac) prestam fundamental apoio para o incremento da capacitação de guias turísticos, planejamento de roteiros e receptivo, cabendo à Secretaria de Turismo e a Secretaria do

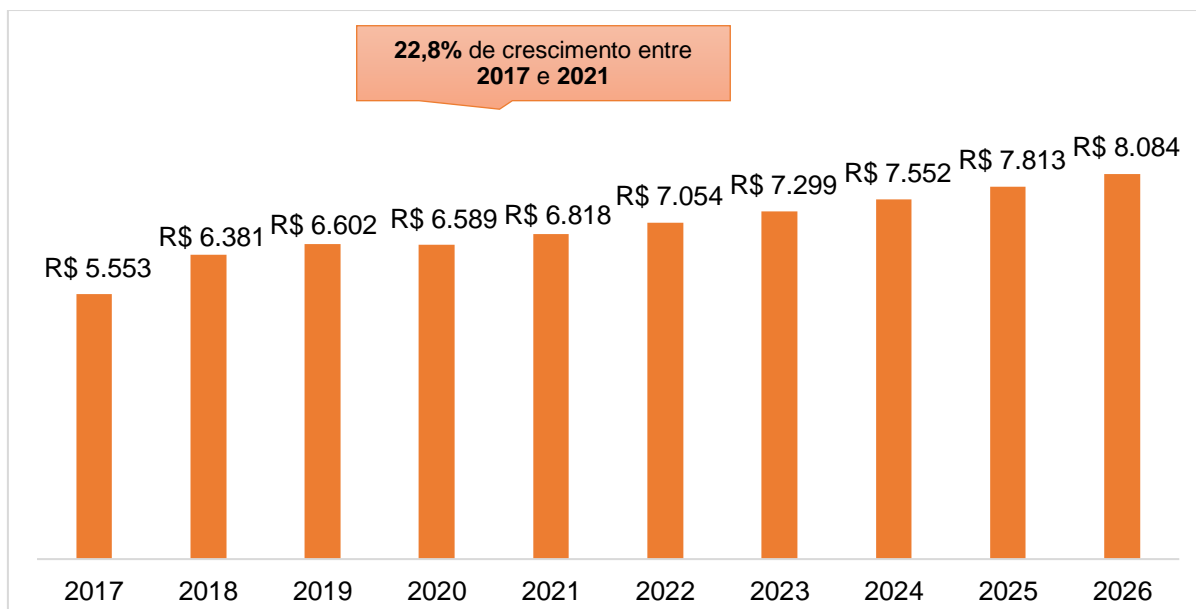
Trabalho, Emprego, Renda e Esporte estabelecer parceria com essas respectivas instituições para a capacitação desses profissionais.

Economia Criativa

A Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), define a economia criativa como "um conjunto de atividades econômicas que envolvem a criação, produção e distribuição de bens e serviços que usam a criatividade e o capital intelectual como principais insumos". Essas atividades incluem setores como arte, design, arquitetura, publicidade, moda, música, cinema, televisão, jogos eletrônicos, gastronomia, entre outros.

Esse segmento é caracterizado como um dos mecanismos para promover o desenvolvimento sustentável, a diversidade cultural, a inovação e o empreendedorismo. Além disso, pode ajudar a gerar empregos, promover a inclusão social e contribuir para o crescimento econômico. A UNESCO tem trabalhado ativamente para promover a economia criativa em todo o mundo, através de iniciativas como a Rede de Cidades Criativas e o Programa de Economia Criativa e Desenvolvimento Sustentável.

Gráfico 30 – Histórico de Receita Total da economia criativa da Bahia (R\$ mil)

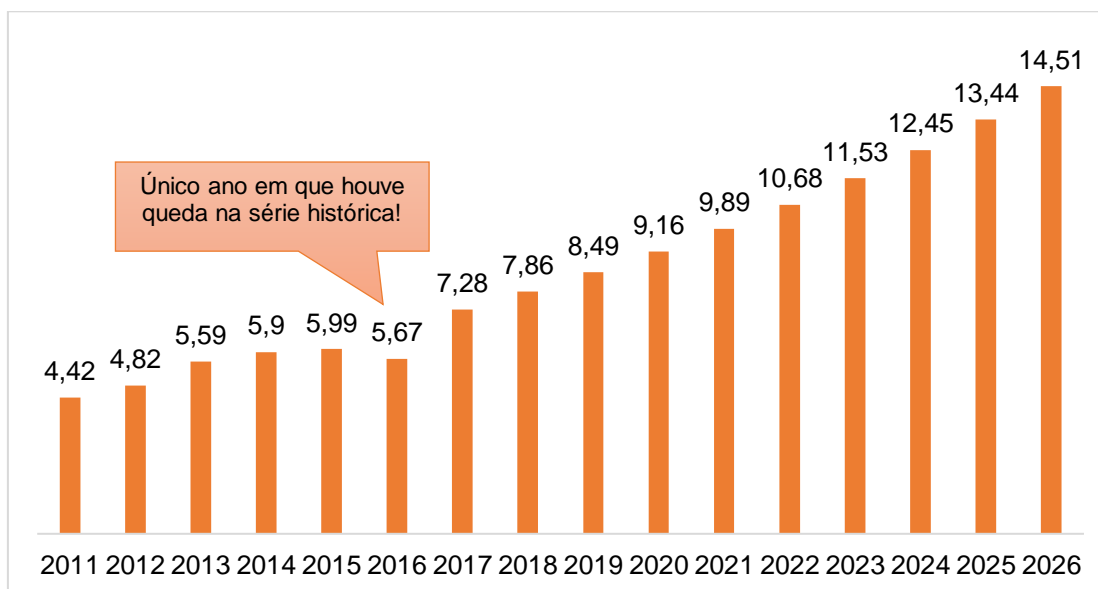


Fonte: Observatório Itaú Cultural (2023).

A economia criativa formal já movimentava mais de 6 milhões de reais por ano na Bahia, constituindo uma fonte de emprego e renda para uma parcela

relevante da população. De 2017 a 2021, o crescimento desse segmento se orientou pelo avanço de algumas atividades tecnológicas na Bahia, a exemplo das Tecnologias da Informação (TIC).

Gráfico 31 – Valor Agregado da Economia Criativa no PIB (Bilhões de Reais)



Fonte: SEI (2021).

O valor agregado pela economia criativa nos últimos anos também vem crescendo em patamares significativos. É complexo estimar a quantidade de empresas e empregos que a economia criativa gera, pois a categorização não é corrente nos levantamentos de dados oficiais, dessa forma ocorrem apenas estimativas. Segundo dados do Observatório do Itaú Cultural, em 2022, a Bahia possuía mais de 64 mil Microempreendedores Individuais (MEI) no segmento criativo, operando principalmente em atividades de publicidade (28.972), moda (14.454) e artes cênicas (5.388), números expressivos para um segmento pouco explorado na economia e que ainda possui forte concentração nas cidades polo do estado.

Economia Criativa – Limitações e Desafios

Dentro deste segmento da economia, existe uma defasagem com relação aos dados exatos. A SEI-BA, por exemplo, tem se utilizado da contribuição do Valor Agregado (VA) para Produto Interno Bruto (PIB) e dos números das ocupações formais produzidos pelo IBGE e pela RAIS – Estoque de Empregados (2011-2021) para definir segmentos de maior relevância, considerando as

definições da Unesco do conceito de Economia Criativa, estimando-se que nesse período representa, em média, de 3,5% a 4% VA/PIB em nosso Estado.

São segmentos que envolvem desde o trabalhador informal, a exemplo da baiana de acarajé, até a televisão e produção cinematográfica. Por outro lado, em razão de alguns CNAES, os dados do segmento estão disponibilizados de forma agregada, a exemplo da arquitetura e engenharia, o que dificulta a segregação mais detalhada da atividade criativa. Caso similar ocorre na Gastronomia, com representação expressiva no PIB da Economia Criativa, incluindo botecos, grandes restaurantes, formais e informais, incorporando uma série de atividades, que podem ou não ser unicamente criativas. Por exemplo, ao olhar para o segmento de gastronomia é impossível distinguir quais empreendimentos são criativos e quais não são; uma rede de fast-food americana e um restaurante com a tradicional comida baiana compartilham do mesmo CNAE, mas apenas o segundo seria caracterizado como parte da economia criativa do estado.

Observando a divisão do estado, a RMS congrega a maioria dos empreendimentos da economia criativa, então a questão da interiorização ainda é um desafio. A cultura tem um papel central no estado que cria renda mesmo que informal. Ações no sentido de impulsionar as atividades culturais como vetor de desenvolvimento para o Estado da Bahia poderão ampliar a potencialidade econômica e simbólica desse segmento, que mesmo subutilizado responde pela geração de ocupações, muitas vezes informais e de baixo rendimento.

As tradições culturais do estado são de grande importância para fortalecer o sentido de identidade, dos laços de solidariedade e de pertencimento às comunidades locais. Se os agentes culturais puderem sobreviver pelo exercício de seus saberes e fazeres, todos sairão ganhando.

Em que pese forte correção e conexões, os atores do setor do turismo e da economia criativa apresentam fragilidade para dialogarem e discutirem propostas comuns aos respectivos segmentos. Além disso, a iniciativa privada ainda não despertou para a importância e potencialidade do investimento no setor cultural, algo que ocorre em alguns outros estados, exemplo de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Pernambuco e Ceará.

Economia Criativa – Linhas de Ações

1. Planejamento de desenvolvimento econômico voltado para a matriz da economia criativa, uma vez que a cultura tem um papel central no estado na geração de emprego e renda, formal e informal. Vale destacar que os empregos criativos demandam profissionais qualificados e oferecem rendimentos acima da média paga no Estado;
2. Incremento das políticas de fomento culturais para expansão de cadeias produtivas, como, por exemplo, audiovisual e artesanato, moda, tecnologia da informação, designer gráfico, edição gráfica, música e festas populares, cadeias que potencializam a promoção da imagem do estado da Bahia promovem efeitos multiplicadores diversos em outros segmentos da economia como meios de hospedagem, alimentação, bebidas, energia elétrica, vestuário, pesquisa e desenvolvimento. Sem falar no impacto sobre a arrecadação fiscal e fortes ligações com o turismo e a inovação, além de produzirem novas ocupações e fontes de renda;
3. Programa de fomento aos empreendimentos criativos. A economia criativa tem forte apelo cultural e comunitário, então fortalecer o empreendedorismo é fortalecer a comunidade, é promover emprego e renda. Salvador já vem realizando trabalhos importantes para o desenvolvimento da economia criativa na cidade como forma de lidar com o desemprego e com a informalidade;
4. Priorizar outros Territórios para além da RMS, para promover a interiorização das atividades culturais no Estado da Bahia. Alguns exemplos típicos poderiam potencializar essa interiorização a partir dos aspectos culturais: nos municípios de Saubara, onde a gastronomia pode ser valorizada a partir das atividades das marisqueiras e o artesanato a partir da renda de bilro; o município de Cachoeira, que já se beneficia com a presença da Universidade Federal do Recôncavo, orientada para o Cinema e produção audiovisual e o turismo étnico, potencializando a sua expressão cultural, que também agrega aspectos gastronômicos peculiares. O estímulo à produção de Queijo de Cabra no Município de Uauá, a exemplo do queijo da Canastra em Minas Gerais, potencializaria gestões ligadas à gastronomia, à identidade geográfica (Bioma da Caatinga), à ESG (agricultura familiar), com potencialidades para desenvolver toda a cadeia produtiva, gerando ocupação

e renda. O apoio às Filarmônicas também seriam iniciativas necessárias, pois estimulam a formação cultural de crianças e jovens, lhes oportunizando conhecer novos lugares e ter novas vivências. Para além do São João, promover e valorizar outros eventos culturais locais;

5. Reconhecendo que a economia criativa inclui diversos subsegmentos a exemplo agências de publicidade, arquitetura, empresas gráficas, estúdios de música e artistas, empresas de infraestrutura para grandes eventos, patrimônio edificado, espaços culturais e artísticos, patrimônio imaterial, com um número razoável de empreendimentos de porte grande e médio, melhores e mais bem estruturadas, dar um tratamento diferenciado aos empreendimentos de menor porte dessa cadeia produtiva, a exemplo de pequenas empresas de marketing e comunicação, escritórios de design, atividades de paisagismo, estúdios de música, produtores de eventos, negócios da moda e recentemente os “*Influencers* Digitais”, que devem ser observados com ressalvas, apoiando os que de fato sejam empreendedores de micro e pequeno porte. O governo do estado pode atuar com a criação de plataformas que congreguem prestadores de serviços e produtores da economia criativa similar ao que a prefeitura de Salvador realiza com o Afrobiz, focada em empreendedores negros;
6. Definir segmentos estratégicos dentro da economia criativa, tendo como critério tripé o uso das tecnologias avançadas, geração de emprego e renda e preservação dos valores culturais, a exemplo dos segmentos de audiovisual e música. Ações como a dos Polos Boca de Brasa, desenvolvidas pela prefeitura de Salvador, poderiam orientar a criação de polos estaduais da economia criativa ou mesmo programas como o SalCine que visa fomentar projetos do audiovisual que poderia ocorrer na esfera estadual;
7. Quanto aos valores culturais, no caso da Bahia, o que diferencia o estado, por exemplo, é a singularidade relacionada às matrizes africanas. Alguns empreendimentos desse segmento estão fortemente ligados ao Carnaval, cabendo ao Estado o papel de fomentar as entidades de matriz africanas como forma de preservar as tradições culturais. Seria possível pensar na valorização da cultura de matrizes africanas para além do carnaval. Por exemplo, as Entidades como Olodum e Ile Aiê, incorporam outras atividades

como educação de jovens, moda, comercialização de mercadorias com simbologias étnicas. Então seria possível pensar em formas de apoio para além do evento do carnaval, que considere o desenvolvimento de toda a cadeia produtiva: da produção cultural, à promoção de eventos, moda e comercialização, habilitando as lideranças e pessoas ocupadas a esses segmentos e fomentando possibilidades de autossustentação e gestão mais elaborada de todos os negócios derivados da atividade carnavalesca;

8. Inclusão da Economia Criativa nos planos de desenvolvimento econômico sustentável do estado. A economia criativa fortalece e se adéqua às discussões de sustentabilidade atuais;
9. Criar premiações, selos e reconhecimentos de segmentos criativos que contribuam de forma efetiva para a geração de ocupação e renda, fortalecimento das questões identitárias, respeito ao patrimônio artístico e cultural, observando aspectos de sustentabilidade (ESG);
10. Estimular maiores entrosamentos entre as Secretarias de Cultura e as Secretarias de Turismo, Desenvolvimento Econômico, Trabalho, Emprego e Renda, Ciência, Tecnologia e Inovação, Meio Ambiente e Desenharia, que possuem fortes ligações com a economia criativa, contudo, não participam de forma efetiva no fomento das atividades culturais;
11. Promoção de debates sobre economia criativa, nas esferas pública e privada, pois, no âmbito do estado, debates não ocorrem de forma efetiva. “A economia criativa não pode ser tratada como um subsegmento do turismo”;
12. Enfatizar e fortalecer as atribuições do Senac na formação e atualização dos profissionais que atuam no segmento da economia criativa, disseminando e divulgando os calendários de eventos e outras iniciativas de capacitação promovidos pela respectiva instituição.

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Compreendemos que a exposição de cenários, limites e desafios de linhas de ações e podem ter se caracterizado com extensas, entretanto, a escuta 42 instituições 57 interlocutores e suas importantes e legítimas contribuições, comprometeu a sumarização com e maior pragmatização, uma vez que são expressões de problemas estruturais que afetam os aspectos transversais e setoriais que impactam sobre os candidatos a empreendedores e o universo dos pequenos negócios, pela importância que tem no desenvolvimento do nosso estado e país.

À despeito do que ocorreu em governo anteriores, caso essa prática tenha sido continuada, sugere-se a constituição de um Fórum de Apoio e Desenvolvimento do Empreendedorismo e dos Pequenos Negócios, sob a liderança da Secretaria de Desenvolvimento do Estado, onde linhas de ações relacionadas às 11 temáticas ora apresentadas poderão ser aprofundadas e devidamente avaliadas quanto às suas reais possibilidades de implementação. Estimamos que o resgate desse Fórum, ainda sob a coordenação da SDE já esteja incluído no Plano Plurianual do Governo 2024-2027, agora sob a perspectiva de “Reestruturar a rede de governança para as micro e pequenas empresas” no Programa Fortalece Aê

Uma vez avaliada tal hipótese, o Sebrae Bahia se coloca à disposição do Governo Estadual para apoiar a construção dessa rede de governança, seu plano de ação, além da avaliação e monitoramento da sua implementação e mensuração dos resultados das suas iniciativas.

O CDE e Diretoria Executiva do Sebrae Bahia coloca suas áreas técnicas, sob a coordenação da Assessoria Técnica do CDE e da Unidade de Gestão Estratégica, à disposição da SDE para dar prosseguimento à essa proposta, compreendendo como importante contribuição para o contar com imprescindível apoio do Governo do Estado da Bahia para fomentar o empreendedorismo e apoiar o desenvolvimento sustentável dos pequenos negócios.

Bibliografia

Agência de Fomento do Estado da Bahia S.A - Desenbahia. **Relatório Integrado de Administração Socioambiental 2022**. Disponível em: <https://www.desenbahia.ba.gov.br/wp-content/uploads/2023/04/rel-int-2022-revfinal.pdf>. Acesso 20/08/2023.

ARCHIBUGI, D. Patenting as an indicator of technological innovation: a review. **Science and public policy**, [S.l.], v. 19, n. 6, p. 357-368, 1992.

AREND, M. et al. Mudança estrutural redutora da produtividade: o falling behind brasileiro. *In: Encontro Nacional De Economia*, 44, 2016. Foz do Iguaçu: ANPEC, 2016.

COSTA, R. Bahia tem maior valor de repasse federal para merenda escolar no Nordeste **Bahia Jornal**, [S. l.], 17 mar. 2023. Disponível em: <https://www.bahiajornal.com.br/noticia/71700/bahia-tem-maior-valor-de-repasse-federal-para-merenda-escolar-no-nordeste>. Acesso em: 6 abr. 2023.

Banco do Nordeste do Brasil. Produtos e Serviços. Disponível em: <https://www.bnb.gov.br/web/guest/produtos-e-servicos>. Acesso 20/08/2023

BASTOS, R. Bahia mantém-se entre os três estados que mais investiram em educação superior no país. **Governo do Estado da Bahia**, [S.l.], 27 abr. 2023. Disponível em: <https://www.bahia.ba.gov.br/2022/04/noticias/administracao/bahia-mantem-se-entre-os-tres-estados-que-mais-investiram-em-educacao-superior-no-pais/>. Acesso em: 19 maio 2023.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Boletim Regional. **BCB**, [S.l.], 2019. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/content/publicacoes/boletimregional/201901/br201901b4p.pdf> Acesso em: 19 maio 2023.

BALLAND, P. A.; RIGBY, D. The Geography of Complex Knowledge. **Economic Geography**, [S.l.], v. 93, p. 1-23, 2017.

INPI. **Indicações Geográficas**. 2023. Disponível: <https://www.gov.br/inpi/pt-br/servicos/indicacoes-geograficas/pedidos-de-indicacao-geografica-no-brasil>. Acessado em: 20 de Maio de 2023.

BRESSER-PEREIRA, L. C. Brasil vive desindustrialização. **Revista Economia & Tecnologia**, [S.l.], v. 6, n. 3, 2010.

BOMFIM, L. A. Grupos focais: conceitos, procedimentos e reflexões baseadas em experiências com o uso da técnica em pesquisas de saúde. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, [S.L.], v. 19, n. 3, p. 777-796, 2009.

CAI o tempo para abertura de empresas no estado da Bahia. **A tarde**, [S.l.], 8 nov. 2022. Disponível em: <https://atarde.com.br/bahia/cai-o-tempo-para-abertura-de-empresas-no-estado-da-bahia-1211102>. Acesso em: 19 maio 2023.

CANO, W. A desindustrialização no Brasil. **Economia e sociedade**, [S.l.], v. 21, p. 931-851, 2012.

COMEX STAT. **Home page - Comércio Exterior Do Brasil**. Governo Federal, Brasília, c2023. Disponível em: <http://comexstat.mdic.gov.br/pt/home>. Acesso em: 07-05-2023

BAHIA comprará R\$ 50 mi em produtos da agricultura familiar para alimentação escolar. **Correio24horas**, [S. l.], 10 mar. 2023. Disponível em: <https://www.correio24horas.com.br/noticia/nid/bahia-comprara-r-50-mi-em-produtos-da-agricultura-familiar-para-alimentacao-escolar/>. Acesso em: 19 maio 2023.

DA SILVA, C. A.; SCHWERTNER, S. F.; ZANELATTO, E. M. Grupos focais: desafios e possibilidades na pesquisa qualitativa. **Debates em Educação**, [S. l.], v. 11, n. 24, p. 1-13, 2019. Disponível em: <https://www.seer.ufal.br/index.php/debateseducacao/article/view/6852>. Acesso em: 25 abr. 2023.

REDESIM diminui o tempo de abertura de empresas no Brasil. **Governo do Estado da Bahia**, [S.l.], 18 dez. 2018. Disponível em: <http://www.juceb.ba.gov.br/noticias/redesim-diminui-o-tempo-de-abertura-de-empresas-no-brasil/> Acesso em: 19 maio 2023.

DE NEGRI, J. A. et al. (org.) **Estrutura e dinâmica do setor de serviços no Brasil**. [S.l.]: Ipea, 2006.

FERREIRA, P. C.; DELALIBERA, B. R.; VELOSO, F. Serviços intermediários e produtividade agregada no Brasil. **Revista Brasileira de Economia**, [S.l.], v. 75, p. 346-370, 2021.

FETRABASE; FAEB; Fecomércio-BA; e FIEB. **AGENDA DO SETOR PRODUTIVO BAIANO 2023** | 2026. Disponível em: https://www.fieb.org.br/wp-content/uploads/2022/08/Agenda-do-Sector-Produtivo-Baiano_WEB_individual.pdf. Acesso 24/07/2023

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. **Mapeamento da Indústria Criativa no Brasil**. Rio de Janeiro: FIRJAN, 2022. Disponível: <https://firjan.com.br/economicriativa/downloads/MapeamentoIndustriaCriativa2022.pdf> . Acesso em: 26 out. 2022.

FORTINI, R. M. **Um novo retrato da agricultura familiar do estado da 2021 Bahia: a partir dos dados do censo agropecuário 2017**. Viçosa: IPPDS, UFV, 2021.

GIOVANINI, A. et al. **Mudança estrutural no século XXI: a contribuição dos serviços intermediários para o aumento na complexidade econômica**, 2018. Tese (Doutorado em Economia) – Universidade Federal de Santa Catarina, Santa Catarina, 2018.

GIOVANINI, A. Mudança estrutural e serviços intermediários: algumas evidências para o limiar do século XXI. **Economia e Sociedade**, [S.l.], v. 30, p. 63-90, 2021.

HAUSMANN, R.; HIDALGO, C. A. The network structure of economic output. **Journal of Economic Growth**, [S.l.], p. 1-34, 2011.

HIDALGO, C. A.; HAUSMANN, R. The building blocks of economic complexity. **PNAS**, [S.l.], v. 106, n. 26, p. 10570–10575, 2009.

HUYLER, D.; MCGILL, C. M. Research Design: qualitative, quantitative, and mixed methods approach, by john creswell and j. david creswell. thousand oaks, ca. **New Horizons In Adult Education And Human Resource Development**, [S.L.], v. 31, n. 3, p. 75-77, jun. 2019. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1002/nha3.20258>. Acesso em: 23-04-2023

HATZICHRONOGLU, T. Revision of the High-Technology Sector and Product Classification, No 1997/2. **OECD Publishing**, Paris, 1997. Disponível em: <https://EconPapers.repec.org/RePEc:oec:stiaaa:1997/2-en>. Acesso em: 27-04-2023

CRESWELL, J. **Research Design: Qualitative, Quantitative, and Mixed Methods Approaches**. 3. ed. California: Sage Publications, 2009.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101972_informativo.pdf. Acesso em: 06 abr. 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Produto Interno Bruto dos Municípios. **IBGE**, 2020. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pib-munic/tabelas>. Acesso em: 23 abr. 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico**. IBGE, 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Pesquisa Agrícola Municipal. **IBGE**, 2017. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pnadca/tabelas>. Acesso em: 23 abr. 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Pesquisa Nacional de Amostra Domiciliar. **IBGE**, 2020. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pnadca/tabelas>. Acesso em: 23 abr. 2023.

IDEB. **Índice de desenvolvimento da educação básica**. 2023.

MACIEL, V. F.; PORTILLO, J. A.; GAMBOA, U. M. R. de. **A liberdade econômica estadual no Brasil (2003-2020)**. 20. ed. Rio de Janeiro: Millenium Papers, 2023. Disponível em: https://milleniumpapers.institutomillenium.org.br/wp-content/uploads/2023/02/02LO_PAPER_EDICAO_20_MILLENIUM_00.pdf. Acesso em: 20 mar. 2023.

MATTOS, Leonardo Vidal; DA SILVA, Rondineli Mendes; DA SILVA, Flávio da Rocha Pires; e LUIZA, Vera Lúcia. **Das farmácias comunitárias às grandes redes: provisão privada de medicamentos, sistema de saúde e financeirização no varejo farmacêutico brasileiro**. In: Cad. Saúde Pública 2022; 38 Sup 2. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/rnm6jQ6rvbLPqNf3V79vBRh/?format=pdf&lang=pt>. Acesso 24/07/2023

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. **Programa de Disseminação das Estatísticas do Trabalho**. Brasília: Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), 2023.

OBSERVATÓRIO ITAÚ CULTURAL. **Mercado de Trabalho e Empreendimentos**. ITAÚ, 2023.

OBSERVATÓRIO DO TURISMO BAIANO. **Indicadores**. 2023.

OBSERVATORY OF ECONOMIC COMPLEXITY. The Observatory of Economic Complexity. **OEC**, [s.d.]. Disponível em: <https://oec.world/>. Acesso em: 23 maio 2023.

OLIVEIRA, Rosana Cavalcante de. **PANORAMA DO HIDROGÊNIO NO BRASIL**. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), 2022. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/11291?mode=full>. Acesso em: 01 jun. 2023.

PAVITT, K. R&D, patenting and innovative activities: A statistical exploration. **Research Policy**, v. 11, n. 1, p. 33-51, 1982.

PESSOTI, G. C. et al. Cenários econômicos perspectivas para Salvador na próxima década de 2021-2030. In: PESSOTI, G. C. et al. (orgs.). **Reflexões de Economistas Baianos 2022: Atualizando o Enigma Baiano: desafios e potencialidades para o estado**. Salvador: CORECON, 2022.

PORTO SUL. In: WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. Flórida: Wikimedia Foundation, 2023. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Porto_Sul&oldid=65578600. Acesso em: 27 mar. 2023.

RECEITA FEDERAL. **Simples Nacional**. Estatísticas de Optantes do Simples Nacional, 2018.

ROCHA, C. S. C.; TATSCH, A. L.; CÁRIO, S. A. F. Mudança estrutural e seu impacto na produtividade: uma análise da ascensão do setor de serviços na economia brasileira. **Revista Economia Ensaios**, [S.l.], v. 33, p. 26-45, 2019.

SARSTEDT, M.; MOOI, E. **A Concise Guide to Market Research The Process, Data, and Methods Using IBM SPSS Statistics**. 3. ed. [S.l.]: Springer, 2019.

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. Agricultura familiar na Bahia. Salvador: SEI, 2017.

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. Agricultura familiar na Bahia. Salvador: SEI, 2018.

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. Agricultura familiar na Bahia. Salvador: SEI, 2021.

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. Boletim das Atividades Características do Turismo da Bahia – 2022. Disponível em: https://sei.ba.gov.br/images/releases_mensais/pdf/bactba/bactba_2022.pdf. Acesso 28/07/2023

Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI). **Relatório da Pesquisa Industrial Mensal da SEI em dezembro de 2022**. Disponível em: https://sei.ba.gov.br/images/releases_mensais/pdf/pim/rel_PIM_dez_22.pdf. Acesso 03/09/2023.

SEPLAN. **Plano Plurianual**. Salvador. 2019.

SERASA EXPERIAN. **Indicadores Econômicos**. 2023.

SILVA, G. B. de A. Dinâmicas de comércio internacional e o contexto pandêmico: uma análise da relação Bahia-Mercosul através das exportações e importações no biênio 2019-2020. In: PESSOTI, G. C. et al. (orgs.). **Reflexões de Economistas Baianos 2022**: Atualizando o Enigma Baiano: desafios e potencialidades para o estado. Salvador: CORECON, 2022.

SEFAZ. **Regime estadual de ME e EPP na Bahia**. SEFAZ Bahia, [S.l.], 2012. Disponível em: https://www.sefaz.ba.gov.br/default/perguntas_respostas/1-ASSUNTOS_GERAIS.pdf Acesso em: 19 maio 2023.

SEBRAE. **Pregão eletrônico SEBRAE/BA nº 012/2022**. Salvador: Sebrae Bahia, 2022.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS – SEBRAE. **Indústria: Panificação**. Salvador, [BA]: Sebrae, 2017. 45 p. Disponível em: <https://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/UFs/BA/Anexos/Ind%C3%BAstri%20da%20panifica%C3%A7%C3%A3o.pdf>

SPINOLA, N. D. O descolamento das Teorias do Desenvolvimento: e o caso da Bahia. In: PESSOTI, G. C. et al. (orgs.). **Reflexões de Economistas Baianos 2022**: Atualizando o Enigma Baiano: desafios e potencialidades para o estado. Salvador: CORECON, 2022.

SOUTO, L. G. E ALMAS, R. S. das. Aglomeração e polarização econômica do Setor de Serviços no estado da Bahia. In: PESSOTI, G. C. et al. (orgs.). **Reflexões de Economistas Baianos 2022**: Atualizando o Enigma Baiano: desafios e potencialidades para o estado. Salvador: CORECON, 2022.

TRAD, L. A. B. Grupos focais: conceitos, procedimentos e reflexões baseadas em experiências com o uso da técnica em pesquisas de saúde. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, [S.L.], v. 19, n. 3, p. 777-796, 2009.

TV BAHIA. Nº de trabalhadores informais cresce 15,4% na Bahia e passa de 3,2 milhões, diz IBGE. **G1**, 29 jul. 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/ba/bahia/noticia/2022/07/29/no-de-trabalhadores-informais-cresce-154percent-na-bahia-e-passa-de-32-milhoes-diz-ibge.ghtml>. Acesso em: 24 mar. 2023.

VIEIRA, Edmundo; CAVALCANTE, Ricardo e MACEDO, Walter Economia Baiana: **Desempenho e Perspectivas. Desenhia**: Artigo Técnico 01/00, jul. 2000.

Apêndice

Apêndice 1 – Equipe Técnica

Instituição		Nome do Representante
Sebrae Bahia	Gerente Adjunta Unidade de Gestão Estratégica	Isabel Ribeiro - Gestora do Contrato
	Assessoria CDE	André Gustavo - Gestor Fiscal do Contrato
		José Cabral Ferreira – Assessoria CDE
	Gerente Unidade de Atendimento Coletivo	Célia Márcia
	Gerente Unidade de Ambiente de Negócios	Cecília Miranda
Diretor Administrativo Financeiro	Vitor Lopes	
CDE-Sebrae Bahia	Universidade Federal da Bahia	Horácio Nelson Hastenreiter Filho
	Federação da Câmara dos Dirigentes Lojistas(FCDL)	Antonie Tawil
	Serviço Nacional de Aprendizagem Rural – Federação da Agricultura do Estado da Bahia	Luis Sande
	Instituto Euvaldo Lodi – Federação das Indústrias do Estado da Bahia	Edison Virginio Costa Nogueira
	Banco do Brasil	José Eduardo Pereira de Lima
Valor & Foco Inteligência de Negócios (Empresa Licitada)		Flávio L. S. Lima
		Guilherme G. C. Neubert
		Lukas Reiter Pezzini
		Gabriel Prichoa Scapini
		Amanda Santos Lima
		Vitor Guillard Bastos

Apêndice 2 – Instituições e Representantes dos Grupos Focais

Instituição	Nome do Representante
Aceleradora de Negócios e Startups UFBA – Universidade Federal da Bahia (GertIN)	Alzir Mahl
Associação Brasileira da Indústria do Hotéis – Bahia (ABIH)	Vinicius Oliveira
Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica (Absolar)	Rodrigo Lopes Sawaia
Associação Brasileira dos Produtores Exportadores de Frutas e Derivados (ABRAFRUTAS)	Eduardo Brandão
Associação das Empresas do Parque Tecnológico da Bahia (AEPTecBA)	Péricles Magalhães Jr
Associação dos Comerciantes de Material de Construção da Bahia (ACOMAC-BA)	Gabriel Dantas Teixeira de Novaes
Bananas Bahia	Ervino Teobaldo Kogler
Banco do Brasil (BB)	José Eduardo
Banco do Nordeste do Brasil (BNB)	Lauro Alberto Chaves Ramos
Caixa Econômica Federal (CEF)	Diego Carraro
Centro de Inovação do Cacau (CIC)	Cristiano Villela Dias
Centro Educacional Itacaré	Imara Queiroz Bispo
Centro Internacional de Negócios (CIN-BA)	Ângelo Calmon de Sá Jr. Patrícia Orrico
Clara Ideia	Fabiana de Araújo
Conselho Bahiano de Turismo (CBTur)	Roberto Duran
Conselho Regional de Contabilidade da Bahia (CRC-BA)	Margarete Luz
Conselho Regional de Economia da Bahia (Corecon-Ba)	Reinaldo Sampaio
	Paulo Dantas
Cooperativa dos Cacaucultores do Sul da Bahia - Coopercabruca	Orlantides Pereira

Coordenadora da CIT da Fecomércio/BA	Isabel Sartori
Cria Rumo Consultoria	Ernesto Ribeiro Maniela Scaldaferrri Rejane Mira
Desenbahia	Marko Svec Silva
Escola Municipal Dias Trindade	José Souza dos Santos
Fecomércio-BA	Geraldo Cordeiro de Jesus
	Glicério Lemos
	Nelson Antônio Daiha Filho
	Sérgio Couto dos Santos
Federação Brasileira de Hospedagem e Alimentação (FBHA)	Eduardo Braga
Federação da Câmara dos Dirigentes Lojistas(FCDL)	Marcos Stallone
Federação das Associações Comerciais do Estado da Bahia(FACEB)	Adriano Câmara Figueira
Federação das Indústrias do Estado da Bahia (FIEB)	Carlos Danilo
Fórum Nacional de Gestores de Inovação e Transferência de Tecnologia (FORTEC)	Gesil Amarante Segundo
Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (Fapesb)	Handerson Leite
Junta Comercial do Estado da Bahia (JUCEB-BA)	Marcus Ferreira Simões
Kinvo (Investimentos em Ativos)	Moacyr Veiga
Rede Mundial de Étnico Empreendedorismo (EMUNDE)	Edson Costa
Secretaria da Ciência, Tecnologia e Inovação (SECTI)	Bárbara Carole Passos Alves
Secretaria de Planejamento do Estado da Bahia (Seplan)	Ana Cristina Antônio Valença Fábio di Natale Guimarães
Secretaria Municipal de Desenvolvimento, Emprego e Renda (SEMDEC) de Salvador	Vinícius Mariano

Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – Bahia – Centro Integrado de Manufatura e Tecnologia (SENAI CIMATEC)	Flávio Marinho
Serviço Nacional de Aprendizagem Rural – Federação da Agricultura do Estado da Bahia	Luis Sande Barbara L. S. Cordeiro Gabriel Felipe Oliveira de Menezes
SETRE – Secretaria do Trabalho, Esporte e Renda	José Paulo Crisóstomo Ferreira
Sindicato e Organização das Cooperativas do Estado da Bahia(OCEB-BA)	Cergio Teccio Jerfesson Siveira
Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI)	João Paulo Caetano Carlota Gotschall
UESC – Universidade Estadual de Santa Cruz	Geovana Pires Araujo Lima Katianny Gomes Santana Estival
UFBA - Universidade Federal da Bahia	Horácio Nelson Hastenreiter Filho
	Luciana Alves Rodas Vera

